



BANCO CENTRAL
— *S. TOMÉ E PRÍNCIPE* —

Relatório de **Estabilidade Financeira**



2025

RELATÓRIO DE ESTABILIDADE FINANCEIRA

2025

Publicação Anual
Gabinete de Estabilidade Financeira
Banco Central de São Tomé e Príncipe

Conteúdo

SUMÁRIO EXECUTIVO.....	1
I. PERSPECTIVA GLOBAL DA ESTABILIDADE FINANCEIRA	5
1. Política Macroprudencial.....	2
1.1 Instrumentos de Política Macroprudencial.....	2
1.2 Implementação da Política Macroprudencial em 2025	7
2. Riscos e vulnerabilidades para a Estabilidade Financeira	8
2.1 Principais vulnerabilidades do Sistema Financeiro	8
2.2 Riscos relacionados com o ambiente macroeconómico e financeiro	11
2.2.1 Análise da Economia Internacional	14
2.2.2 Desenvolvimento da Economia Nacional	18
2.3 Riscos relacionados com a situação patrimonial, financeira e prudencial do sector não financeiro	28
2.3.1 Famílias	28
2.3.2 Instituições não financeiras	37
2.4 Riscos relacionados com a situação patrimonial, financeira e prudencial do sector Financeiro	45
2.4.1 Riscos relacionados com o Sector Bancário	47
2.4.2 Riscos relacionados com o Sector Segurador	69
2.5 Riscos relacionados com as infraestruturas do mercado financeiro	79
II. TEMAS DE DESTAQUE	83
1. Risco Soberano e a Estabilidade Financeira do Sector bancário	83
1.1 Introdução	83
1.2 Revisão de Literatura (nexo soberano-bancário, teoria do "doom loop", casos de estudo de pequenas economias).....	84
1.3 O Perfil de Risco Soberano de STP	86
1.4 Exposição do Sector Bancário à Dívida Pública	88
1.5 Avaliação e Resposta Macroprudencial.....	90
1.6 Perspectivas e Desafios Futuros	92
ANEXOS.....	113

Sumário executivo

O Relatório de Estabilidade Financeira (REF) é uma publicação anual do Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP) que avalia as condições de estabilidade e resiliência do Sistema Financeiro Nacional (SFN), analisando a evolução do enquadramento macroeconómico e financeiro, a situação patrimonial e prudencial dos diferentes sectores e as principais vulnerabilidades susceptíveis de afectar o seu funcionamento.

Em 2025, o enquadramento externo permaneceu desafiante, marcado pela intensificação das tensões comerciais e geopolíticas e pela persistência de incertezas sobre a evolução da actividade económica e das condições financeiras internacionais. Apesar deste contexto, a actividade económica mundial manteve-se relativamente resiliente e as pressões inflacionistas prosseguiram uma trajectória de moderação. Para São Tomé e Príncipe, a elevada dependência das importações e a reduzida margem de cobertura externa continuam a constituir importantes canais de transmissão de choques externos para a estabilidade macrofinanceira.

A economia nacional registou um crescimento real de 1,0% em 2025, inferior ao observado no ano anterior, num contexto condicionado pelas restrições de financiamento, pelos constrangimentos ao investimento público, pela persistência das dificuldades no sector energético e por limitações da oferta de mão-de-obra. Em contrapartida, o turismo manteve uma trajectória de expansão e as exportações de cacau atingiram níveis elevados.

A inflação situou-se em 10,3%, prosseguindo a desaceleração iniciada após o pico de 25,2% registado em 2022. Não obstante, as pressões sobre os preços permaneceram relevantes, particularmente nos bens alimentares, num contexto de vulnerabilidade da oferta doméstica e de elevada dependência de produtos importados.

A condução da política monetária manteve-se orientada para a contenção das pressões inflacionistas, a preservação da estabilidade cambial e o reforço das condições de estabilidade externa. A reduzida disponibilidade de reservas internacionais líquidas (RIL) permaneceu uma vulnerabilidade relevante, com as RIL a situarem-se em cerca de 7,8 milhões de dólares, correspondentes a aproximadamente 15 dias de cobertura de

importações. Paralelamente, a gestão da liquidez bancária continuou a constituir uma dimensão importante da política monetária.

Em 2025, as reservas excedentárias situaram-se, em média, em 270,0 milhões de Dobras, acima do limite de referência de 250 milhões de Dobras. Ao longo do ano, o BCSTP recorreu à emissão de Certificados de Depósito para a absorção de parte da liquidez excedentária, em articulação com a política fiscal, tendo o sistema bancário encerrado o ano com reservas excedentárias de 237,0 milhões de Dobras, abaixo do referido limite.

No domínio da política macroprudencial, 2025 constituiu um período de consolidação do quadro institucional e operacional. No âmbito da NAP n.º 07/2024, o BCSTP procedeu, pela primeira vez, à identificação e publicação das instituições bancárias domésticas de importância sistémica (D-SIB), nos termos da NAP n.º 08/2024, e estabeleceu as respectivas reservas de fundos próprios através das Instruções n.ºs 01/2025 e 04/2025. Estas medidas reforçaram o enquadramento destinado à prevenção e mitigação dos riscos sistémicos e à capacidade de absorção, pelo sector bancário, de choques adversos.

O sector bancário manteve, em 2025, uma posição globalmente resiliente, apoiada por níveis confortáveis de solvabilidade, liquidez e rentabilidade. A qualidade dos activos registou uma melhoria significativa, com o rácio de crédito malparado (CMP) a reduzir-se de 10,0% para 4,8%, enquanto o crédito bruto aumentou 39%, reflectindo sobretudo o maior financiamento às entidades públicas e às operações com garantia estatal. Os níveis de capital permaneceram significativamente acima dos requisitos regulamentares e os testes de esforço realizados pelo BCSTP indicaram capacidade relevante de absorção de choques adversos, embora com redução dos indicadores de capital nos cenários mais severos.

Não obstante a evolução favorável de vários indicadores, persistem vulnerabilidades estruturais relevantes. A exposição do sector bancário ao soberano aumentou significativamente, atingindo 178% dos Fundos Próprios Qualificados em 2025, reforçando a importância do nexo entre o risco soberano e o risco bancário. A concentração sectorial da carteira de crédito e a exposição a determinados grandes devedores constituem igualmente factores a acompanhar no quadro da avaliação dos riscos para a estabilidade financeira.

No sector não financeiro, as famílias e as instituições não financeiras privadas registaram uma melhoria da qualidade das respectivas carteiras de crédito. A taxa de CMP das famílias reduziu-se de 14% para 10%, enquanto a das instituições não financeiras privadas diminuiu para 4%. Apesar desta evolução, permanecem riscos associados à concentração do crédito, ao endividamento de determinados sectores e à capacidade de resposta dos agentes económicos perante eventuais alterações das condições macrofinanceiras.

O sector segurador manteve uma posição financeira adequada, com níveis confortáveis de capitalização e solvabilidade. Os activos aumentaram 8,2%, para 177,18 milhões de Dobras, e os fundos próprios cresceram 4,7%, para 103,6 milhões de Dobras. A margem de solvência situou-se em 139%, permanecendo acima do mínimo regulamentar. Contudo, a reduzida dimensão do mercado, a concentração da actividade e a limitada diversificação continuam a constituir vulnerabilidades estruturais.

As infraestruturas do mercado financeiro apresentaram, em 2025, um funcionamento globalmente estável, não tendo sido registados incidentes operacionais significativos susceptíveis de comprometer a continuidade dos serviços. Paralelamente, a expansão dos pagamentos digitais e a crescente participação das Instituições de Pagamento e de Moeda Electrónica aumentaram a relevância dos riscos operacionais, tecnológicos e de cibersegurança.

De forma agregada, a avaliação realizada no âmbito do REF 2025 aponta para um Sistema Financeiro com capacidade relevante de absorção de choques adversos, sustentada por níveis adequados de capitalização, liquidez e solvabilidade e pela melhoria da qualidade dos activos bancários. Todavia, permanecem vulnerabilidades estruturais relacionadas com a posição externa, a exposição soberana do sector bancário, a concentração do crédito, as condições das finanças públicas e a reduzida profundidade do mercado financeiro.

Neste contexto, a preservação da estabilidade financeira requer a continuidade da monitorização dos principais riscos sistémicos e o aperfeiçoamento dos instrumentos de política monetária e macroprudencial. Para 2026, destacam-se, no âmbito macroprudencial, a reavaliação das condições para a implementação do DSTI, a manutenção do LTV e da reserva sistémica, a avaliação da transformação do limite de exposição ao Estado num instrumento vinculativo e a preparação da introdução do

Liquidity Coverage Ratio (LCR). Estas medidas deverão ser articuladas com a gestão da liquidez e a condução da política monetária, tendo em consideração a evolução das condições macroeconómicas, externas e financeiras.

I. Perspectiva Global da Estabilidade Financeira

Em 2025, a estabilidade financeira em São Tomé e Príncipe foi condicionada por um contexto internacional de elevada incerteza e por vulnerabilidades estruturais da economia, nomeadamente a reduzida diversificação produtiva e a dependência das importações, que mantêm o sistema financeiro exposto a choques externos.

O abrandamento da actividade económica e a deterioração do saldo primário reforçaram os riscos associados à posição financeira do Estado. Neste contexto, o aumento da exposição soberana dos bancos intensificou a interligação entre o sector bancário e o sector público, ampliando os potenciais canais de transmissão de choques.

Apesar da melhoria dos indicadores de qualidade do crédito e da manutenção dos rácios de solvabilidade acima dos mínimos regulamentares, persistem vulnerabilidades associadas à concentração das exposições e à expansão do crédito, que poderão acentuar a exposição do sector bancário a perdas.

A redução da rentabilidade bancária, num contexto de aumento das despesas de exploração e deterioração da eficiência operacional, poderá limitar a capacidade de geração interna de capital, condicionando a capacidade de absorção de perdas perante eventuais choques adversos.

No plano macroprudencial, a identificação das instituições bancárias domésticas de importância sistémica e a determinação das reservas de fundos próprios constituíram avanços relevantes no reforço do quadro nacional de prevenção e mitigação do risco sistémico. Para o período seguinte, a avaliação da estabilidade financeira deverá considerar, em particular, a evolução do nexo soberano-bancário, a concentração das exposições de crédito, as condições de financiamento e a capacidade das instituições para absorver perdas decorrentes de eventuais choques macrofinanceiros.

1. Política Macroprudencial

A política macroprudencial assume um papel central no quadro de preservação da estabilidade financeira, ao contribuir para a identificação, avaliação e mitigação de riscos que, pela sua natureza ou dimensão, possam afectar a estabilidade e o funcionamento regular do Sistema Financeiro (SF). A sua actuação incide, em particular, sobre a prevenção da acumulação de desequilíbrios e vulnerabilidades noSF, bem como sobre o reforço da capacidade de resiliência das instituições e do sistema como um todo perante potenciais choques adversos.

No exercício das competências que lhe são atribuídas pela respectiva Lei Orgânica, o Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP), enquanto autoridade macroprudencial nacional, define e implementa o quadro de política macroprudencial, assegurando o acompanhamento sistemático dos riscos e vulnerabilidades com potencial impacto sobre a estabilidade financeira. Em 2025, a actuação macroprudencial esteve particularmente marcada pela consolidação e operacionalização do quadro regulamentar estabelecido pela NAP n.º 07/2024 – Medidas de Política Macroprudencial, com destaque para a implementação de instrumentos destinados a reforçar a capacidade de absorção de perdas do sector bancário em situações de materialização de riscos sistémicos.

1.1 Instrumentos de Política Macroprudencial

O quadro de política macroprudencial do BCSTP visa prevenir a acumulação de riscos sistémicos e reforçar a capacidade de absorção de perdas do sistema financeiro, através de instrumentos direccionados para as principais fontes de vulnerabilidade.

A política macroprudencial assenta num processo contínuo de avaliação das condições do sistema financeiro (SF), permitindo identificar vulnerabilidades e seleccionar instrumentos adequados à sua mitigação. A sua calibração deve considerar a natureza e a intensidade dos riscos, assegurando uma resposta proporcional e tempestiva.

Em 2025, manteve-se em vigor o quadro estabelecido pela NAP n.º 07/2024 – Medidas de Política Macroprudencial, sem alterações ao respectivo enquadramento regulamentar. Contudo, registaram-se avanços na sua operacionalização, nomeadamente na

identificação das instituições bancárias domésticas de importância sistémica (D-SIB) e na constituição das respectivas reservas de fundos próprios.

Os instrumentos macroprudenciais do BCSTP dividem-se em vinculativos e não vinculativos. Os primeiros estabelecem requisitos e limites de cumprimento obrigatório, enquanto os segundos assumem uma natureza orientadora, promovendo práticas prudenciais adequadas e uma gestão mais equilibrada dos riscos.

Entre os instrumentos vinculativos incluem-se os limites aplicáveis à concessão de crédito, designadamente o rácio Loan-to-Value (LTV) e a maturidade máxima do crédito à habitação, bem como os requisitos de fundos próprios, nomeadamente a Reserva de Fundos Próprios para Risco Sistémico, a Reserva de Conservação de Fundos Próprios e os testes de esforço (Stress Tests).

Os instrumentos não vinculativos abrangem o limite mínimo do rácio Crédito/Depósitos, o limite de exposição ao Estado e o respectivo ponderador de risco para exposições acima do limite, bem como as quotas mínimas de crédito destinado às mulheres e de financiamento de projectos verdes.

As duas últimas medidas visam sobretudo promover a inclusão financeira e o financiamento sustentável, em linha com iniciativas internacionais, designadamente da Alliance for Financial Inclusion (AFI) e da Network for Greening the Financial System (NGFS). Embora não tenham como objectivo primário a mitigação directa de riscos sistémicos, podem contribuir indirectamente para a estabilidade financeira, através da diversificação da base de mutuários e da integração dos riscos climáticos e ambientais nas decisões de financiamento.

Durante o ano em análise, o quadro de instrumentos macroprudenciais era, assim, composto pelos seguintes mecanismos:

Tabela 1 Instrumentos macroprudenciais

INSTRUMENTO	FINALIDADE / NATUREZA
 INSTRUMENTOS VINCULATIVOS	
 Limite máximo da maturidade do crédito à habitação	Limitar o prazo máximo dos empréstimos e, consequentemente, a acumulação de risco de crédito.

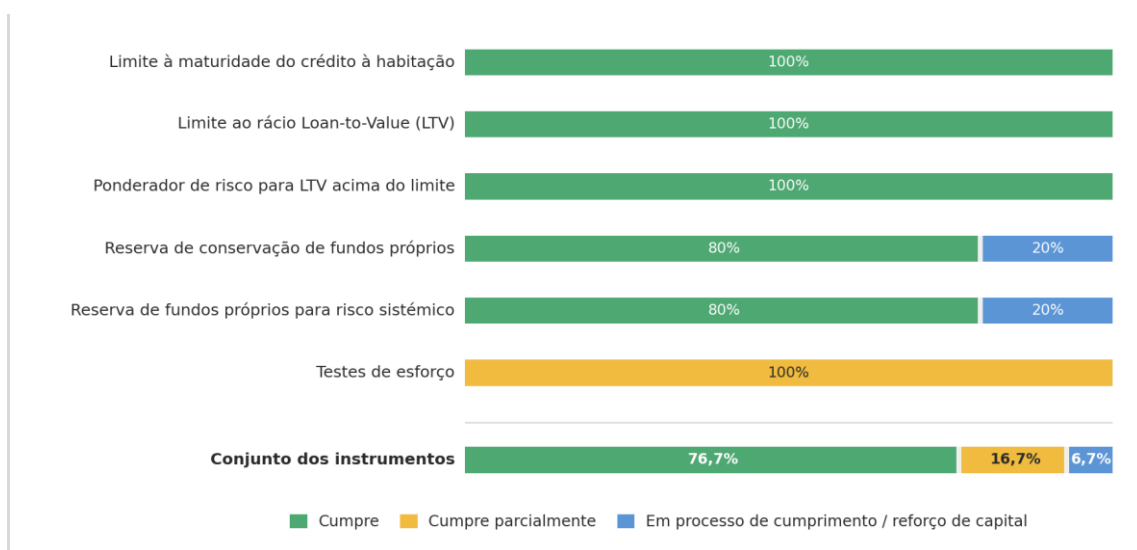
 Limite ao rácio <i>Loan-to-Value</i> (LTV)	Limitar o montante do crédito em relação ao valor do imóvel dado em garantia.
 Ponderador de risco para créditos hipotecários com LTV superior ao limite	Aumentar os requisitos de fundos próprios associados a exposições de maior risco.
 Reserva de Fundos Próprios para Risco Sistémico	Reforçar a capacidade de absorção de perdas perante riscos sistémicos.
 Reserva de Conservação de Fundos Próprios	Assegurar uma almofada adicional de capital para absorção de perdas.
 Testes de esforço (<i>Stress Tests</i>)	Avaliar a resiliência das instituições perante cenários macroeconómicos adversos.
 INSTRUMENTOS NÃO VINCULATIVOS	
 Limite mínimo do rácio Crédito/Depósitos	Promover uma estrutura de financiamento mais equilibrada e sustentável.
 Limite de exposição ao Estado	Orientar a concentração das exposições das instituições ao sector público.
 Ponderador de risco para exposições ao Estado acima do limite	Incentivar uma gestão prudente da concentração de risco soberano.
 Quota mínima de crédito destinado às mulheres	Promover o acesso ao financiamento por parte das mulheres.
 Quota mínima de financiamento de projectos verdes	Incentivar o financiamento de actividades e projectos sustentáveis.

Caixa 1 – Cumprimento dos instrumentos macroprudenciais vinculativos

A avaliação do cumprimento dos instrumentos **macroprudenciais vinculativos**, com referência a Dezembro de 2025, evidencia um nível de cumprimento globalmente satisfatório no sector bancário. Cerca de três quartos das verificações realizadas (76,7%) traduziram-se em cumprimento integral, 16,7% em cumprimento parcial e 6,7% corresponderam a situações em processo de cumprimento, associadas ao reforço de capital. Os limites aplicáveis ao crédito à habitação foram integralmente observados, não se tendo registado novos créditos com LTV superior ao limite estabelecido. As reservas de fundos próprios encontravam-se constituídas pela generalidade das instituições, subsistindo um caso pontual em processo de reforço de capital. Relativamente aos testes de esforço, verificou-se um cumprimento parcial generalizado, evidenciando a necessidade de reforço dos procedimentos associados à sua realização e documentação.

Paralelamente, o limite de referência à exposição ao Estado, de natureza não vinculativa, tem contribuído para reforçar a monitorização e a sensibilização das instituições bancárias relativamente ao risco soberano e à concentração das suas carteiras. Não obstante, a persistência de níveis de exposição superiores ao referido limite de referência evidencia a necessidade de continuar a acompanhar esta vulnerabilidade, ponderando-se, em função da evolução das condições do sistema financeiro, a eventual transição para um regime de natureza vinculativa.

Ilustração 1 Cumprimento dos instrumentos macroprudenciais vinculativos, Dezembro de 2025 (% das instituições)



Os instrumentos não aplicáveis a determinada instituição são considerados como cumpridos.

Fonte: BCSTP

Apesar dos avanços na operacionalização do quadro macroprudencial, a elevada exposição soberana e outras vulnerabilidades estruturais evidenciam a necessidade de reforçar a eficácia e o carácter vinculativo de alguns instrumentos.

De uma forma geral, o actual quadro proporciona uma base para responder às principais vulnerabilidades do sistema financeiro nacional, conjugando instrumentos de mitigação de riscos sistémicos com medidas de promoção de uma afectação mais inclusiva e sustentável do crédito.

A implementação das medidas prudenciais tem contribuído para o reforço da resiliência do sector bancário e para uma maior integração da perspectiva macroprudencial na gestão

dos riscos. Não obstante, a evolução de algumas vulnerabilidades evidencia a necessidade de aperfeiçoar os instrumentos existentes.

Neste contexto, destaca-se a exposição do sector bancário ao Estado. Apesar da redução observada na sequência da reestruturação da dívida pública, esta exposição manteve-se, no final de 2025, em níveis elevados e significativamente acima do limite prudencial de referência definido pelo BCSTP. Esta situação reforça a interligação entre o sector bancário e as finanças públicas, aumentando a vulnerabilidade das instituições perante uma eventual deterioração da posição orçamental do Estado.

Adicionalmente, a concentração de activos sobre o Estado pode restringir a disponibilidade de recursos para o financiamento do sector privado, condicionando o contributo do sistema financeiro para o investimento e o crescimento económico.

Perante este contexto, considera-se oportuno evoluir do actual modelo baseado em recomendações para um regime vinculativo, tornando obrigatório o cumprimento do limite de exposição ao Estado e activando o respectivo ponderador de risco para as instituições que o excedam. Estas medidas poderão promover uma maior diversificação dos activos bancários, mitigar a concentração do risco soberano e reforçar a resiliência do sistema financeiro.

Por outro lado, a crescente importância atribuída à gestão do risco de liquidez recomenda o reforço do enquadramento macroprudencial através da introdução do Liquidity Coverage Ratio (LCR). Este instrumento permitirá assegurar que as instituições mantenham activos líquidos de elevada qualidade em montante suficiente para fazer face às necessidades de liquidez durante períodos de tensão financeira.

A adopção do LCR contribuirá igualmente para aproximar o enquadramento prudencial nacional das recomendações do Comité de Basileia de Supervisão Bancária e das melhores práticas internacionais em matéria de gestão do risco de liquidez.

Em síntese, embora o quadro macroprudencial vigente constitua uma base adequada para responder às principais vulnerabilidades identificadas, a evolução dos riscos e das condições macrofinanceiras recomenda o seu aperfeiçoamento. Neste sentido, o BCSTP deverá avaliar a eficácia dos instrumentos existentes e ponderar o reforço do seu carácter

vinculativo ou a introdução de novas medidas, em função da evolução dos riscos sistémicos.

Tabela 2 Perspectiva para 2026

<i>Instrumento</i>	<i>Situação</i>	<i>2026</i>
<i>DSTI</i>	Suspenso	Reavaliar condições de implementação
<i>LTV</i>	Em vigor	Manter
<i>Reserva sistémica</i>	Em vigor	Manter
<i>Exposição ao Estado</i>	Em vigor, não vinculativo	Avaliar transformação em instrumento vinculativo
<i>LCR</i>	Novo	Avaliar e preparar introdução

1.2 Implementação da Política Macroprudencial em 2025

Em 2025, o BCSTP prosseguiu a operacionalização do quadro de política macroprudencial, destacando-se, pela primeira vez, a identificação das instituições bancárias domésticas de importância sistémica (*Domestic Systemically Important Banks – D-SIB*) e a determinação das respectivas reservas de fundos próprios, nos termos das Instruções n.ºs 01/2025 e 04/2025.

Identificação das instituições bancárias domésticas de importância sistémica (D-SIB)

Nos termos do artigo 5.º da NAP n.º 07/2024 – Medidas de Política Macroprudencial, o BCSTP deve proceder anualmente à identificação e divulgação das D-SIB. Em cumprimento desta disposição, foi realizado, em 2025, o primeiro exercício de avaliação, com base na metodologia estabelecida na NAP n.º 08/2024, que considera indicadores relativos à dimensão, interligação, complexidade e substituíbilidade dos serviços prestados pelas instituições bancárias.

De acordo com a metodologia adoptada, são classificadas como D-SIB as instituições que obtenham uma pontuação igual ou superior a 130 pontos-base. Os resultados do exercício são apresentados no quadro seguinte. Tabela 3 Instituições bancárias domésticas de importância sistémica (D-SIB), 2025.

INSTITUIÇÃO BANCÁRIA	CLASSIFICAÇÃO (PONTOS BASE)
INSTITUIÇÃO BANCÁRIA SISTÉMICA 1	517
INSTITUIÇÃO BANCÁRIA SISTÉMICA 2	264

A identificação das D-SIB constitui a base para a aplicação de requisitos de fundos próprios proporcionais à importância sistémica das instituições.

Determinação das reservas de fundos próprios (capital buffers)

Na sequência da identificação das D-SIB, o BCSTP procedeu à determinação das reservas de fundos próprios aplicáveis às instituições bancárias, ao abrigo das Instruções n.ºs 01/2025 e 04/2025, relativas à Reserva de Fundos Próprios para Risco Sistémico e à Reserva de Conservação de Fundos Próprios.

Tabela 4 Taxas de reserva de risco sistémico e conservação de Fundos Próprios

INSTITUIÇÃO	INSTRUÇÃO N.º 01/2025 – RISCO SISTÉMICO	INSTRUÇÃO N.º 01/2025 – RESERVA DE CONSERVAÇÃO	INSTRUÇÃO N.º 04/2025 – RISCO SISTÉMICO	INSTRUÇÃO N.º 04/2025 – RESERVA DE CONSERVAÇÃO
I.B. SISTÉMICA 1	2,25%	1,40%	2,38%	2,07%
I.B. SISTÉMICA 2	1,00%	0,73%	1,71%	1,98%

As reservas determinadas visam reforçar a capacidade de absorção de perdas das instituições e contribuir para a mitigação dos riscos sistémicos, em função da importância e do perfil de risco das instituições identificadas.

2. Riscos e vulnerabilidades para a Estabilidade Financeira

2.1 Principais vulnerabilidades do Sistema Financeiro

As principais vulnerabilidades do Sistema Financeiro nacional em 2025 estiveram associadas à reduzida margem de cobertura externa, à elevada exposição do sector bancário ao soberano e à concentração da carteira de crédito, num contexto de significativa expansão do crédito bancário.

Estas vulnerabilidades mantêm-se como factores relevantes de risco para a estabilidade financeira, dada a sua capacidade de amplificar os efeitos de eventuais choques adversos sobre as instituições e sobre o SF no seu conjunto.

As reservas internacionais líquidas (RIL) permaneceram reduzidas, cobrindo cerca de 15 dias de importações e mantendo limitada a margem de segurança face a potenciais choques externos. Esta situação reflecte a persistência das vulnerabilidades da posição externa, num contexto ainda marcado pelos efeitos acumulados dos choques energéticos e de outros factores externos adversos observados desde 2021. A reduzida cobertura de importações limita a margem de manobra das autoridades para absorver choques externos e pode condicionar a estabilidade cambial.

Esta vulnerabilidade é reforçada pela deterioração do saldo primário do Estado, que passou de 0,2% do PIB em 2024 para -1,0% em 2025, evidenciando um agravamento das necessidades de financiamento do **sector público**.

A elevada exposição do sector bancário à dívida soberana constitui uma das principais vulnerabilidades estruturais do SF. Em 2025, esta exposição aumentou significativamente face ao ano anterior, atingindo 178% dos Fundos Próprios Qualificados das instituições bancárias. Este nível de exposição reforça a interdependência entre a situação financeira do sector bancário e a evolução das finanças públicas, constituindo uma fonte relevante de risco de concentração e de risco soberano.

A matéria é objecto de análise aprofundada no Tema de Destaque dedicado ao nexo soberano-bancário. Num sector bancário de reduzida dimensão e constituído por apenas cinco instituições, a materialização de um choque adverso sobre o valor ou a liquidez dos activos soberanos poderá assumir particular relevância e apresentar potencial de transmissão para o conjunto do sistema.

O **crédito bancário** registou uma expansão de 39% em 2025, face ao ano anterior, reflectindo, em particular, o aumento do financiamento concedido a entidades públicas e de operações com garantia estatal. Esta evolução contribuiu para a redução do rácio agregado de CMP. Contudo, considerando os níveis ainda reduzidos de intermediação financeira junto das famílias e do sector privado, a monitorização deve incidir sobretudo sobre a evolução das operações com o Estado e das exposições associadas a garantias

estatais, tendo em vista acompanhar a concentração dos activos bancários e os potenciais riscos decorrentes da interligação entre o sector bancário e o sector público.

A concentração sectorial da carteira de crédito permaneceu elevada em 2025, associada, em larga medida, a entidades públicas e a operações com garantia estatal, concentrou uma parcela significativa do financiamento concedido, seguida pelo sector da construção. Esta estrutura evidencia uma exposição relevante do sector bancário à evolução de determinados sectores e segmentos de actividade, podendo amplificar o impacto de choques sectoriais sobre a qualidade dos activos bancários.

O Índice de Herfindahl-Hirschman (IHH) da carteira de crédito por sector manteve-se, em 2025, acima do limiar habitualmente utilizado para caracterizar uma situação de elevada concentração. Este resultado confirma a existência de uma estrutura de crédito relativamente concentrada e reforça a necessidade de acompanhar a evolução das exposições sectoriais, particularmente nos segmentos com maior peso na carteira e maior sensibilidade a alterações das condições económicas e financeiras.

Em contrapartida, as famílias e as instituições não financeiras privadas registaram uma evolução favorável da qualidade da carteira de crédito em 2025, traduzida em reduções assinaláveis das respectivas taxas de CMP. Esta evolução contribuiu para reduzir, no curto prazo, as pressões sobre a rentabilidade e a solvabilidade das instituições de crédito.

Não obstante a evolução favorável da qualidade global da carteira de crédito, a concentração do incumprimento nos segmentos da construção e do crédito ao consumo constitui uma fonte de risco para a qualidade dos activos e a estabilidade do SF. No sector financeiro não bancário, os riscos permaneceram globalmente contidos, reflectindo a reduzida dimensão deste segmento e a sua limitada interligação com o restante SF. O sector segurador manteve níveis adequados de capitalização, liquidez e solvabilidade, embora persistam desafios estruturais associados à reduzida penetração do seguro e à concentração da carteira em determinados ramos de actividade. Neste contexto, a limitada interligação com o sector bancário reduz, no curto prazo, o potencial de transmissão de choques entre os diferentes segmentos do Sistema Financeiro.

Por fim, São Tomé e Príncipe permanece particularmente exposto aos riscos associados às alterações climáticas, em razão das suas características de pequeno Estado insular e da elevada importância de sectores como o turismo e a agricultura. A ocorrência de eventos

climáticos adversos poderá afectar a actividade económica, as receitas e a capacidade de cumprimento das obrigações financeiras dos agentes económicos, com potenciais efeitos sobre a qualidade dos activos e o risco de crédito das instituições financeiras.

Neste contexto, assume particular relevância a continuidade dos trabalhos desenvolvidos pelo BCSTP no sentido de aprofundar a avaliação e a monitorização dos riscos climáticos e a sua possível transmissão para o SF.

2.2 Riscos relacionados com o ambiente macroeconómico e financeiro

A incerteza geopolítica, as pressões inflacionistas e as restrições financeiras globais continuam a condicionar as perspectivas de crescimento mundial, num contexto de gradual flexibilização da política monetária das principais economias avançadas.

O crescimento económico mundial deverá acelerar de 3,0% em 2024 para 3,2% em 2025, estimando-se uma ligeira desaceleração para 3,1% em 2026, seguida de uma recuperação para 3,2% em 2027. A revisão em baixa das perspectivas para 2026 reflecte, entre outros factores, os impactos da evolução dos conflitos geopolíticos no Médio Oriente, a persistência de pressões inflacionistas e as perturbações nas cadeias de abastecimento. O agravamento dos conflitos e das tensões geopolíticas poderá, adicionalmente, aumentar os riscos de uma desaceleração mais acentuada da actividade económica mundial.

Neste contexto, os riscos para o médio prazo continuam associados a um enquadramento externo caracterizado pela persistência do conflito militar entre a Rússia e a Ucrânia, o agravamento das tensões no Médio Oriente, a intensificação das disputas geopolíticas e os seus potenciais efeitos sobre os preços internacionais do petróleo e dos bens alimentares. Acrescem a possibilidade de manutenção de condições monetárias relativamente restritivas e de uma maior restrição das condições financeiras globais.

No que respeita às tensões comerciais e geopolíticas, as restrições estratégicas, as medidas comerciais e a utilização de sanções têm vindo a alterar a dinâmica das cadeias de valor internacionais, com impactos significativos sobre os fluxos comerciais, os custos de produção e as perspectivas de crescimento das economias.

Paralelamente, os governos, à escala global, têm enfrentado, desde 2021, restrições crescentes sobre as suas posições orçamentais, associadas, entre outros factores, ao elevado custo do serviço da dívida e à necessidade de manutenção de medidas de apoio às famílias e às empresas. Estas condições têm limitado a margem de manobra da política fiscal e poderão condicionar a capacidade de financiamento das redes de protecção social e do investimento em infra-estruturas, sobretudo nas economias emergentes e em desenvolvimento.

A inflação, embora tenha apresentado uma trajectória de moderação, permanece um factor relevante no enquadramento macroeconómico internacional. A persistência de pressões sobre os preços, em particular em determinados segmentos, condiciona a margem de actuação dos principais bancos centrais das economias avançadas e limita o espaço para uma redução mais célere das taxas de juro directoras.

Nos Estados Unidos da América, a inflação fixou-se em 2,7% em 2025, face a 2,9% em 2024, prevendo-se uma estabilização em torno de 2,5% a 2,6% até 2028. Na área do euro, a inflação média situou-se em 2,3% em 2025, aproximando-se do objectivo de médio prazo de 2,0% definido pelo Banco Central Europeu (BCE).

Neste contexto de gradual desinflação, os bancos centrais das principais economias avançadas iniciaram, a partir do segundo semestre de 2024, um processo de redução gradual das taxas de juro, procurando equilibrar a necessidade de apoiar a actividade económica com a preservação da estabilidade de preços.

O Banco Central Europeu (BCE) iniciou este processo em Junho de 2024, tendo a taxa da facilidade permanente de depósito diminuído 100 pontos base até ao final desse ano, para 3,0%, e posteriormente para 2,25% em Abril de 2025. As taxas aplicáveis às operações principais de refinanciamento e à facilidade permanente de cedência de liquidez situaram-se, então, em 2,4% e 2,65%, respectivamente. Este processo ocorreu num contexto de normalização gradual da política monetária e de redução das medidas extraordinárias de apoio à liquidez e de aquisição de activos.

Nos Estados Unidos, a Reserva Federal (Fed) iniciou, em Setembro de 2024, o processo de redução das taxas de juro, acumulando uma diminuição de 100 pontos base até ao final desse ano. Em 2025, a Fed manteve as taxas inalteradas, num contexto marcado por

elevada incerteza quanto à evolução da actividade económica, da inflação e das condições financeiras.

Contexto macroeconómico interno. A desaceleração económica projectada para 2026, aliada às vulnerabilidades externas e às pressões inflacionistas associadas aos bens alimentares e importados, poderá condicionar a recuperação económica e limitar a capacidade de resposta a choques adversos.

Ao nível da envolvente interna, após um crescimento de 1,0% em 2025, projecta-se uma desaceleração da actividade económica para 0,4% em 2026, reflectindo o agravamento das condições internas e externas. A partir de 2027, prevê-se uma recuperação gradual da actividade económica, com taxas de crescimento de 1,9% em 2027 e 2,6% em 2028, seguida de uma estabilização do crescimento em torno de 2,3% no período 2029–2031.

Para além dos efeitos decorrentes da conjuntura externa, os riscos macroeconómicos de médio prazo estão associados, nomeadamente, à possibilidade de prolongamento das restrições no fornecimento de energia, aos potenciais efeitos do ciclo eleitoral sobre a mobilização de donativos e à execução do investimento público.

Neste contexto, persistem riscos para a recuperação das reservas internacionais líquidas (RIL) para níveis adequados no médio prazo, bem como pressões sobre o endividamento interno e vulnerabilidades acrescidas perante eventuais choques externos e eventos climáticos extremos. A conjugação destes factores poderá limitar a margem de manobra das autoridades para responder a choques adversos e condicionar a recuperação sustentada da actividade económica.

A dinâmica da inflação interna permanece particularmente condicionada pela componente alimentar, que representa cerca de 72,7% do Índice de Preços no Consumidor (IPC). A elevada participação desta componente torna a inflação particularmente sensível a choques de oferta domésticos e à evolução dos preços internacionais dos bens alimentares. Adicionalmente, uma eventual intensificação dos choques energéticos globais poderá aumentar as pressões sobre os preços dos bens importados, incluindo através dos efeitos sobre os preços praticados nos principais mercados de origem das

importações, podendo atrasar a transmissão dos efeitos das medidas de política monetária restritiva.

Neste contexto, considerando, por um lado, a vulnerabilidade estrutural dos sectores da agricultura de subsistência e das pescas e, por outro, a elevada exposição da economia nacional aos preços dos bens importados, permanecem relevantes os riscos associados à transmissão de pressões inflacionistas externas para a inflação doméstica.

Esta transmissão poderá ocorrer, designadamente, através da evolução dos preços nos principais mercados de origem das importações, com particular relevância para Portugal, enquanto importante parceiro comercial de São Tomé e Príncipe. Neste âmbito, a evolução da inflação em Portugal constitui um factor relevante para as perspectivas de inflação doméstica, tendo-se situado em 10,3% em 2025, com projecção de aumento para 11,7% em 2026, antes de uma desaceleração gradual para cerca de 5,0% no médio prazo.

2.2.1 Análise da Economia Internacional

Espera-se uma desaceleração do crescimento global, num contexto de intensificação dos riscos associados às transformações geopolíticas e comerciais.

Em 2025, a actividade económica mundial foi condicionada pelo aumento das tensões geopolíticas e comerciais, embora estes factores tenham sido parcialmente compensados pela resiliência do consumo privado e do sector dos serviços. O crescimento global deverá situar-se em 3,0% em 2025, representando uma desaceleração de 0,2 pontos percentuais (p.p.) face a 2024.

Nos Estados Unidos da América (EUA), o crescimento real da economia deverá abrandar para 1,8% em 2025, face a 2,9% em 2024. Esta evolução reflecte, entre outros factores, os efeitos das medidas proteccionistas adoptadas pela Administração Trump, o aumento das tensões comerciais e um menor dinamismo da produtividade. O desempenho da economia foi igualmente condicionado pela redução da despesa pública, pela antecipação de compras por parte das empresas, como forma de mitigar os efeitos esperados das tarifas comerciais, e pelo abrandamento do investimento residencial.

Na Área do Euro, o Produto Interno Bruto (PIB) deverá crescer 1,5% em 2025, traduzindo uma aceleração moderada face ao crescimento de 0,9% registado em 2024. Esta evolução foi apoiada pela resiliência do consumo privado, num contexto de melhoria do poder de compra, estabilização do mercado de trabalho e aumento do emprego. Estes factores contribuíram para sustentar a confiança das famílias e a procura interna, apesar das pressões decorrentes do contexto geopolítico e comercial.

A China registou um crescimento real de 4,0% em 2025, menos 1 p.p. do que no ano anterior. O desempenho foi sustentado, sobretudo, pelo dinamismo das exportações, que compensou parcialmente o abrandamento do consumo interno e a persistência das dificuldades no sector imobiliário.

Apesar das tensões comerciais, o comércio mundial de bens e serviços cresceu acima do inicialmente esperado em 2025, atingindo 5,1%, face a 3,7% em 2024. Este desempenho foi impulsionado, em parte, pela aceleração do comércio de mercadorias, reflectindo a antecipação de operações comerciais no início do ano, em resposta à expectativa de agravamento das tarifas norte-americanas, bem como pelo dinamismo do comércio das economias emergentes, com destaque para a China.

As exportações chinesas registaram igualmente um crescimento significativo em 2025, com maior dinamismo nos mercados africanos, asiáticos e da União Europeia, contribuindo para atenuar parcialmente os efeitos do aumento das tarifas aduaneiras impostas pelos EUA. Destaca-se, ainda, o forte investimento em inteligência artificial (IA), que impulsionou a procura e as exportações de bens associados a este sector, particularmente nas economias asiáticas.

Gráfico 1- PIB real global (% , 2015 a 2028)

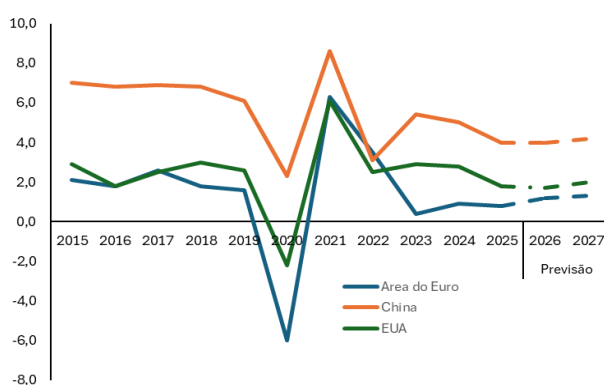
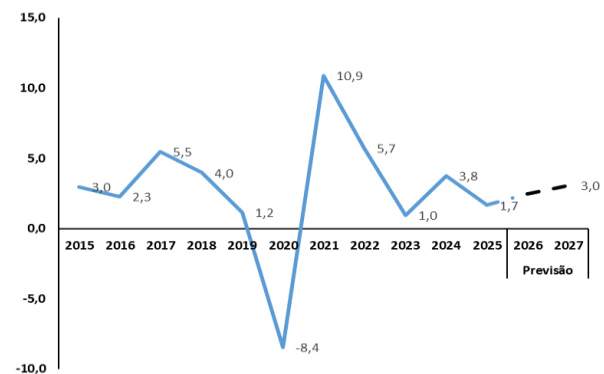


Gráfico 2- Comércio de bens e serviços (% , 2015–2028)



Fonte: FMI (2025) – cálculo e tratamento do BCSTP

Os preços do petróleo registaram uma tendência descendente em 2025, num contexto de aumento da oferta global e menor dinamismo da procura.

Em 2025, os mercados internacionais de matérias-primas permaneceram sujeitos a elevada volatilidade, influenciada pelas tensões geopolíticas, pelas condições climáticas e pela evolução da actividade económica mundial. Contudo, o menor dinamismo do crescimento global, conjugado com o aumento da oferta, contribuiu para uma tendência descendente dos preços da energia, favorecendo a redução das pressões inflacionistas a nível mundial.

Neste contexto, o preço médio do petróleo, considerando a média dos três principais referenciais Brent, Dubai e WTI situou-se em cerca de 67,4 dólares por barril. Paralelamente, os preços de algumas matérias-primas agrícolas e dos metais básicos registaram igualmente uma evolução descendente, reflectindo, em determinados segmentos, uma maior disponibilidade da oferta face à procura.

Gráfico 3 Índice matéria-prima energética (% , 2015 a 2025)

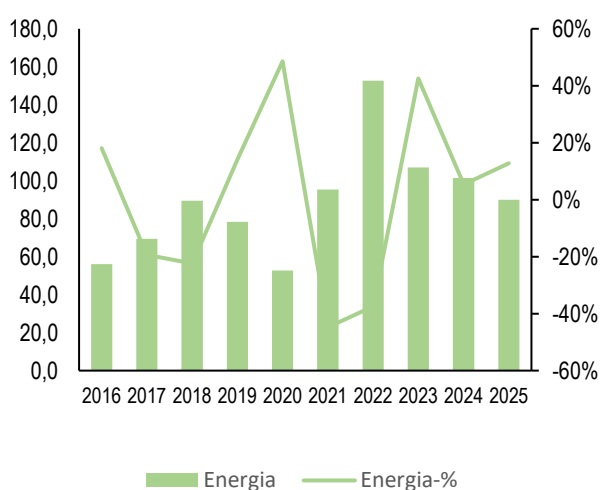
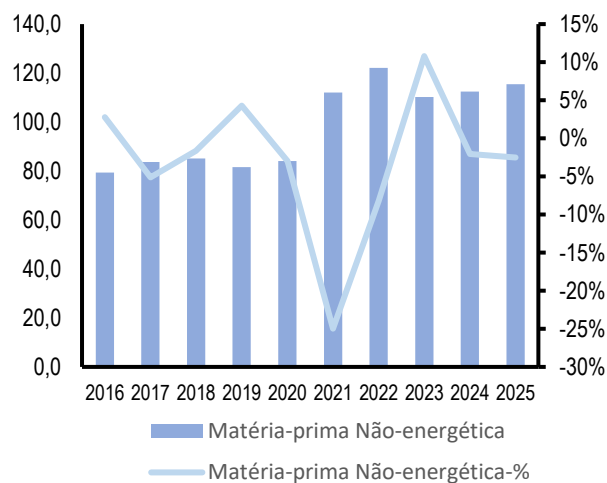


Gráfico 4 - Índice matéria-prima não energética (% , 2015 a 2025)



Fonte: World Bank Commodity Markets – cálculo e tratamento do BCSTP

A inflação global está em trajetória descendente em 2025, aproximando-se da meta de médio prazo de 2,0% estipulada pelo Banco Central Europeu (BCE).

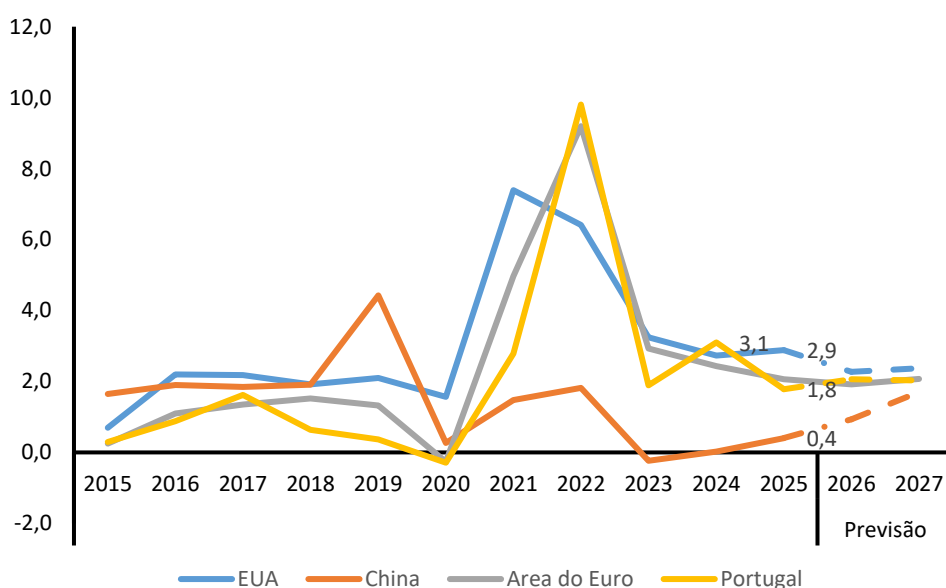
A inflação nas principais economias mundiais prosseguiu uma trajetória de desaceleração em 2025, embora de forma diferenciada entre as diversas economias. Esta evolução foi favorecida, em particular, pelo abrandamento dos preços da energia e de

alguns produtos alimentares, num contexto de menor dinamismo da actividade económica mundial. Contudo, a persistência de pressões inflacionistas nos serviços e os efeitos associados à introdução de novas tarifas comerciais limitaram o ritmo de desinflação em algumas das principais economias.

Na Área do Euro, a inflação situou-se em 1,9% em 2025, face a 3,2% no ano anterior, representando uma redução de 1,3 p.p.. Em Portugal, a inflação situou-se em 1,8%, permanecendo próxima do objectivo de médio prazo de 2,0% do Banco Central Europeu (BCE).

Nos EUA, a inflação encerrou 2025 em cerca de 2,9%, mais 0,2 p.p. do que no ano anterior. Apesar do abrandamento da actividade económica, a inflação permaneceu acima do objectivo de 2,0% da Reserva Federal (Fed). A evolução dos preços reflectiu, entre outros factores, os efeitos das medidas tarifárias, os custos associados à habitação e a evolução dos preços da energia e dos alimentos.

Gráfico 5 Inflação (%), final período, 2015 a 2028)



Fonte: International Monetary Fund, World Economic Outlook Database – cálculo e tratamento do BCSTP

As taxas de juro directoras do Banco Central Europeu (BCE) mantiveram-se inalteradas no segundo semestre de 2025.

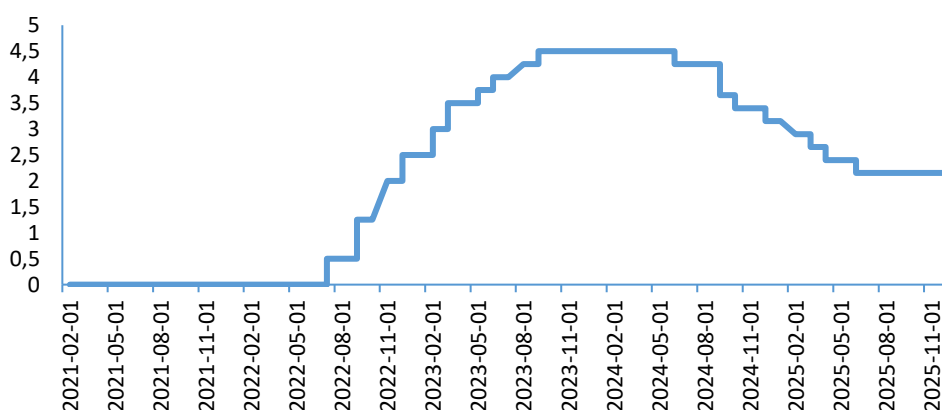
As decisões de política monetária do Banco Central Europeu (BCE) em 2025 foram marcadas pela continuidade do processo de flexibilização monetária, com uma redução de 25 pontos base em Junho, seguida da manutenção das taxas directoras no segundo

semestre do ano. Esta orientação reflectiu a avaliação de que as pressões inflacionistas se encontravam progressivamente contidas e de que a inflação se aproximava do objectivo de médio prazo de 2,0%.

As principais decisões de política monetária do BCE em 2025 podem ser sintetizadas da seguinte forma:

- Redução das taxas em Junho: em 5 de Junho de 2025, o BCE reduziu as suas taxas directoras em 25 pontos base, dando continuidade ao processo de flexibilização iniciado em 2024;
- Manutenção no segundo semestre: nas reuniões subsequentes, incluindo as decisões de Setembro, Outubro e Dezembro, as taxas directoras foram mantidas inalteradas, reflectindo uma postura de prudência perante a evolução das perspectivas de inflação e actividade económica;
- Revisão das projecções: as projecções do Eurosistema publicadas em Dezembro apontaram para uma inflação subjacente de 2,4% em 2025, excluindo energia e alimentos.

Gráfico 6 Taxas de Referência do BCE



Fonte: BCE – tratamento do BCSTP

2.2.2 Desenvolvimento da Economia Nacional

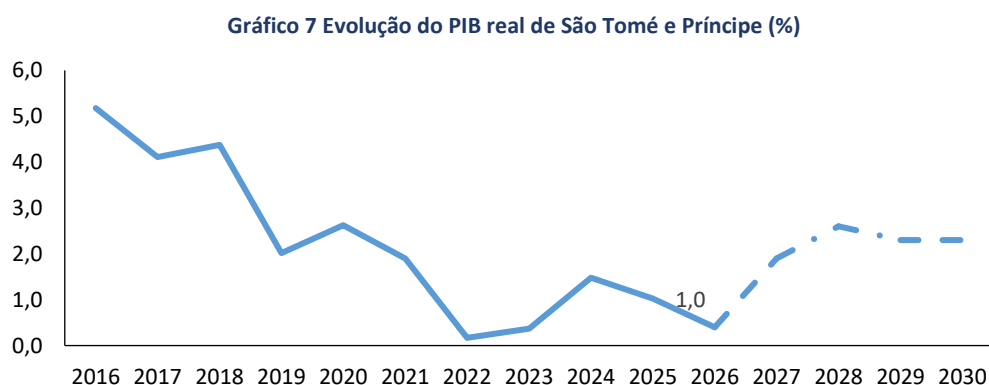
O crescimento económico manteve-se moderado em 2025, permanecendo condicionada a recuperação da actividade económica no médio prazo.

Em 2025, a economia de São Tomé e Príncipe registou um crescimento real de 1,0%, representando uma desaceleração de 0,5 p.p. face a 2024. Este desempenho confirma a

persistência de um quadro de crescimento económico moderado, condicionado, sobretudo, pelas restrições de financiamento externo e interno, com efeitos sobre o investimento público e sobre a actividade dos principais sectores da economia.

O desempenho económico continuou igualmente condicionado pelo prolongamento das dificuldades no sector energético, associadas, em particular, aos constrangimentos operacionais e financeiros da EMAE, bem como pela menor disponibilidade de mão-de-obra, num contexto de intensificação dos fluxos migratórios. Estes factores limitaram a capacidade produtiva da economia e condicionaram o ritmo de recuperação da actividade económica.

Em contrapartida, o sector do turismo manteve uma trajectória de expansão, enquanto as exportações de cacau atingiram níveis historicamente elevados, constituindo importantes factores de suporte à actividade económica e às receitas externas.

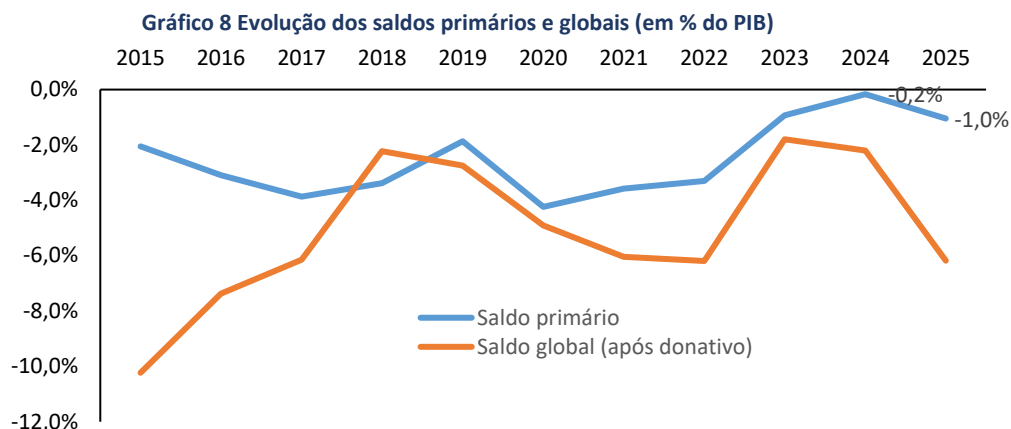


Fonte: INE – cálculo e tratamento do BCSTP.

As medidas de consolidação orçamental em curso apontam para uma melhoria gradual do saldo primário no médio prazo.

As reformas fiscais em curso e a implementação do programa acordado com o FMI apontam para uma trajectória de consolidação orçamental gradual. Em 2025, o saldo primário registou um défice de 1,0% do PIB, agravando o défice de 0,2% do PIB observado em 2024.

No médio prazo, perspectiva-se uma melhoria gradual do saldo primário, com a possibilidade de obtenção de saldos positivos, dependendo, contudo, da implementação efectiva das reformas estruturais, em particular no sector energético, bem como do reforço do controlo e da eficiência da despesa pública.



Fonte: MEF

O *stock* da dívida pública em percentagem do PIB tem apresentado uma trajectória descendente nos últimos anos, apesar do aumento nominal do valor da dívida. Entre 2022 e 2025, a dívida do sector público passou de 105% para 75% do PIB, enquanto a dívida do Governo Central passou de 69% para 44% do PIB.

A redução dos rácios da dívida em percentagem do PIB reflecte, em parte, o efeito do crescimento do denominador nominal, num contexto de aumento dos preços e da actividade económica nominal. Assim, a evolução favorável dos rácios deve ser interpretada em conjunto com a trajectória do *stock* nominal da dívida, que continuou a aumentar no período considerado.

Tabela 5- Stock da dívida pública

PERÍODOS	2022	2023	2024	2025
DÍVIDA DO SECTOR PÚBLICO (DSP)	573,0	603,6	629,0	643,7
% PIB	105%	88%	79%	75%
DÍVIDA DO GOVERNO CENTRAL (DGC)	376,6	338,8	366,8	384,3
% PIB	69%	50%	46%	44%
DÍVIDA EXTERNA	278,2	236,7	269,3	281,3
% PIB	51,0%	34,6%	33,8%	32,6%
DÍVIDA INTERNA	98,4	102,1	97,5	103,0
% PIB	18,0%	14,9%	12,2%	11,9%

Fonte: MEF

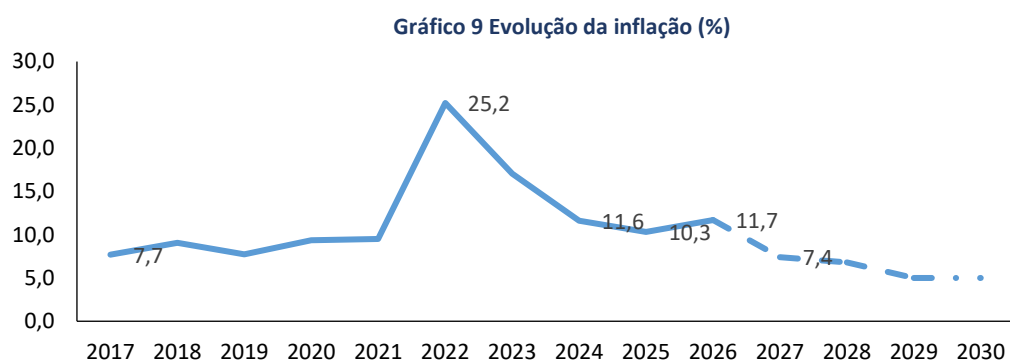
A trajectória de desinflação deverá prosseguir, embora a inflação permaneça elevada no curto prazo.

A taxa de inflação situou-se em 10,3% em 2025, prosseguindo a trajectória de desaceleração iniciada após o pico de 25,2% registado em 2022. Esta evolução reflecte a

combinação de factores externos e internos, incluindo a moderação da inflação importada e a manutenção de uma orientação monetária restritiva pelo BCSTP.

Não obstante a trajectória de desinflação, persistiram constrangimentos do lado da oferta doméstica, particularmente nos sectores da pesca e da agricultura, que contribuíram para manter as pressões sobre os preços dos bens alimentares e limitaram a velocidade do processo de desinflação.

Para 2026 e 2027, projecta-se uma inflação de 11,7% e 7,4%, respectivamente. Esta evolução reflecte a persistência de pressões sobre a oferta doméstica, associadas à vulnerabilidade estrutural da agricultura e das pescas, bem como os riscos de transmissão da inflação externa, nomeadamente através dos preços dos bens importados provenientes dos principais mercados de origem.



Fonte: INE/BCSTP

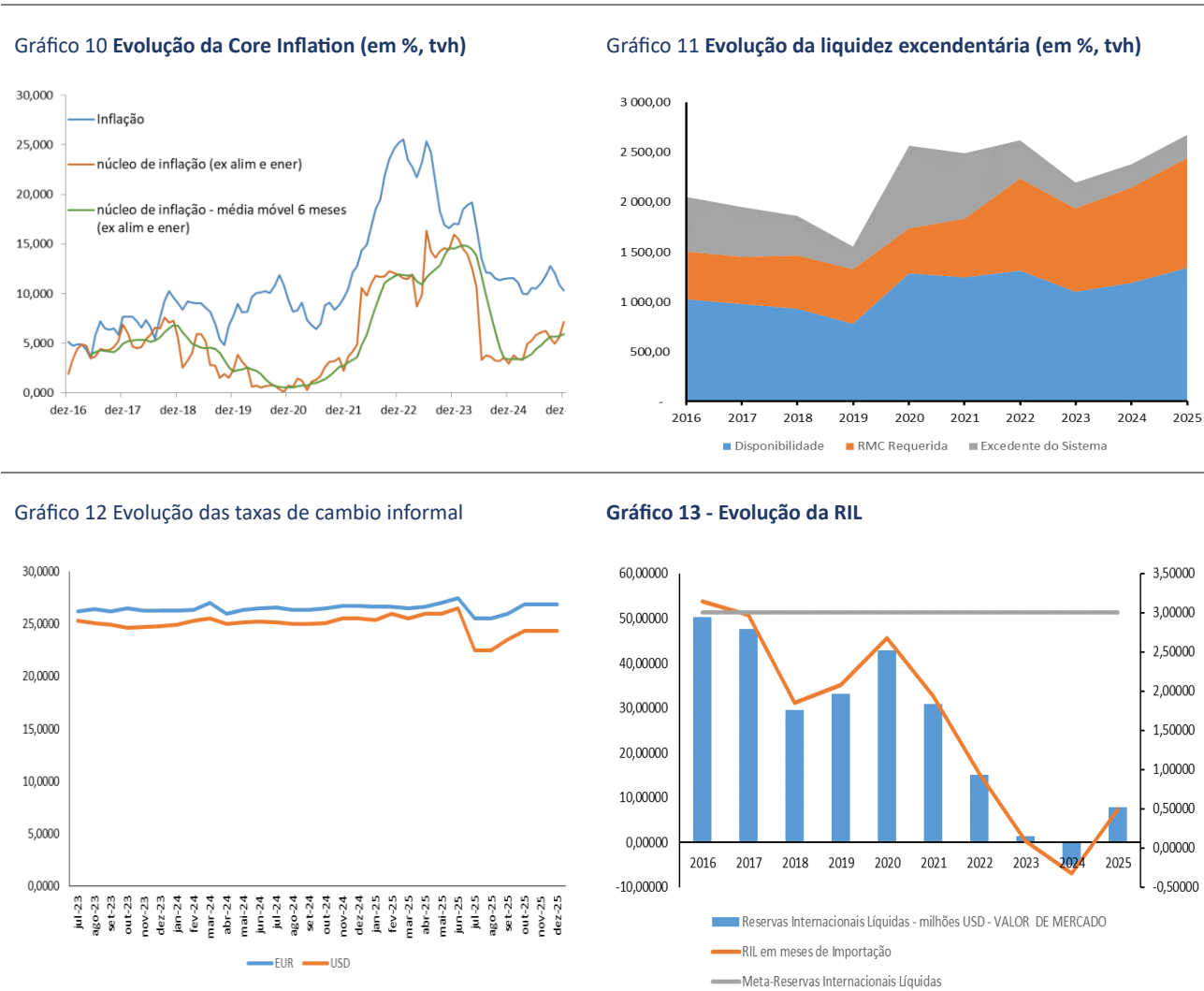
Os desafios da política monetária do BCSTP permanecem associados à recuperação das reservas externas, à gestão da liquidez e à estabilidade cambial.

No contexto da sobreposição de choques externos, particularmente os associados à evolução dos preços da energia desde 2021, a recuperação das reservas internacionais líquidas (RIL) para níveis adequados, a gestão da liquidez excedentária e o acompanhamento da evolução das taxas de câmbio no mercado informal constituem desafios relevantes para a política monetária do BCSTP.

Neste contexto, com o objectivo de conter as pressões cambiais e limitar potenciais riscos de especulação no mercado informal, o BCSTP tem mantido uma orientação monetária restritiva, apoiada na absorção de liquidez através da emissão de Certificados de Depósito (CD) desde 2021. Em Dezembro de 2025, a liquidez excedentária do sistema situou-se

em 237 milhões de Dobras, permanecendo ligeiramente abaixo do limite de 250 milhões de Dobras.

As RIL permaneceram, contudo, em níveis reduzidos. Em 2025, situaram-se em cerca de 7,8 milhões de dólares, correspondendo a uma cobertura de aproximadamente 15 dias de importações. Apesar do nível reduzido das reservas externas, não se observaram, no período, movimentos especulativos de dimensão crítica no mercado cambial informal. No domínio da inflação subjacente, a inflação global situou-se em 10,3% em 2025, enquanto a *core inflation* atingiu 7,1%. A média dos últimos seis meses deste indicador situou-se em 5,9%, permanecendo acima da meta de 3,1%.

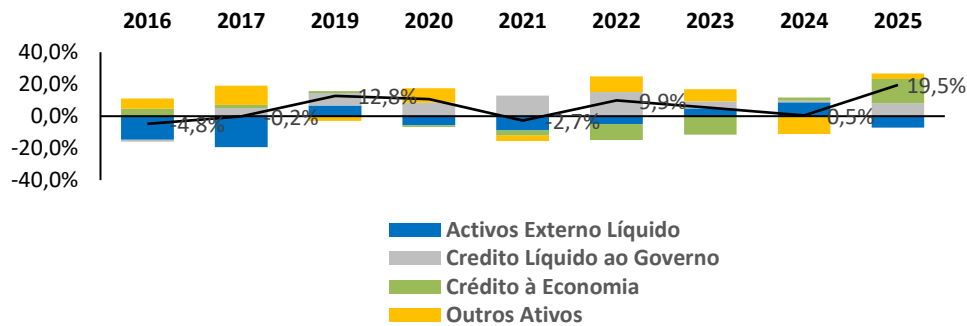


Fonte: INE/BCSTP

Apesar da orientação monetária restritiva adoptada pelo BCSTP e da desaceleração das pressões inflacionistas, a oferta monetária registou uma forte expansão em 2025,

atingindo 19,5%, face a apenas 0,5% em 2024. Esta evolução reflectiu, sobretudo, o contributo positivo do crédito à economia e do crédito líquido ao Governo, que mais do que compensaram o efeito negativo dos activos externos líquidos. Esta dinâmica evidencia a influência da expansão do crédito sobre as condições monetárias, num contexto marcado pela reduzida cobertura das importações pelas reservas internacionais e pelos desafios de gestão da liquidez do sistema bancário.

Gráfico 14 Oferta monetária (em %)



Fonte: BCSTP

Caixa 2 – Excedente de liquidez do sector bancário e absorção através de Certificados de Depósito em 2025

A posição de liquidez do sector bancário é avaliada tendo por referência o cumprimento das Reservas Mínimas de Caixa (RMC), sendo as reservas excedentárias correspondentes às disponibilidades que excedem as exigências regulamentares. No âmbito do programa com o Fundo Monetário Internacional, foi estabelecido, para 2025, um limite de referência de 250 milhões de Dobras para o excedente de liquidez do sector bancário, prevendo-se, quando necessário, a sua absorção através da emissão de Certificados de Depósito (CD) pelo BCSTP.

Em 2025, as reservas excedentárias do sector bancário situaram-se, em média, em 270,1 milhões de Dobras, valor superior em 20,1 milhões de Dobras ao limite de referência. O excedente situou-se acima deste limite em oito dos doze meses do ano, tendo atingido o

nível mais elevado em Março, com 356,1 milhões de Dobras, correspondente a 106,1 milhões acima do limite, seguido de Setembro, com 313,4 milhões de Dobras.

Os níveis mais baixos foram registados em Novembro, com 169,9 milhões de Dobras, e em Janeiro, com 225,7 milhões de Dobras. No final do ano, o excedente situava-se em 237,4 milhões de Dobras, abaixo do limite de referência.

A evolução das reservas excedentárias ocorreu num contexto de aumento das RMC requeridas entre Janeiro e Novembro, de 976,2 milhões para 1.097,6 milhões de Dobras, embora com oscilações ao longo do período.

Tabela 6 Reservas excedentárias do sector bancário em 2025 (milhões de Dobras)

Mês (2025)	Disponibilidades	RMC requerida	Reservas excedentárias	Desvio face à meta
Janeiro	1.201,9	976,2	225,7	-24,3
Fevereiro	1.294,3	998,7	295,6	+45,6
Março	1.376,7	1.020,6	356,1	+106,1
Abril	1.309,5	1.045,8	263,7	+13,7
Maio	1.320,9	1.027,6	293,3	+43,3
Junho	1.365,1	1.072,2	292,9	+42,9
Julho	1.312,6	1.076,0	236,6	-13,4
Agosto	1.376,3	1.099,0	277,3	+27,3
Setembro	1.422,6	1.109,2	313,4	+63,4
Outubro	1.382,7	1.103,5	279,2	+29,2
Novembro	1.267,4	1.097,6	169,9	-80,1
Dezembro (a)	1.339,3	1.102,0	237,4	-13,0
Média do ano			270,0	+20,0

(a) Dados de disponibilidades e de RMC requerida não disponíveis à data de fecho. Meta anual: 250,0 milhões de Dobras.

Fonte: BCSTP

Absorção de liquidez através de CD

Com vista à gestão do excedente de liquidez, o BCSTP realizou 22 leilões de CD ao longo de 2025, tendo colocado 1.355,0 milhões de Dobras, de um montante total oferecido de 3.165,0 milhões, correspondente a uma taxa de colocação de 42,8%. Em sete leilões não se registou participação das instituições bancárias e, na generalidade dos leilões com procura, participou apenas uma instituição.

A taxa de colocação apresentou uma evolução diferenciada ao longo do ano, variando entre 100,0%, registada em Fevereiro, Agosto e Setembro, e 0,0%, em Novembro e

Dezembro. Nestes dois últimos meses, não se registou procura nos cinco leilões realizados. As taxas praticadas situaram-se entre 4,50% e 5,50%.

As emissões de CD, enquanto instrumento de política monetária, foram programadas tendo em consideração a evolução da liquidez do sector bancário e a **necessária articulação com a política fiscal, em particular com as necessidades de financiamento do Tesouro e o respectivo calendário de emissão de Bilhetes e Obrigações do Tesouro.** Num contexto **caracterizado pela** reduzida dimensão do mercado financeiro nacional e **por** uma base de liquidez relativamente estreita, **esta articulação assume particular relevância, na medida em que as operações de absorção de liquidez realizadas pelo BCSTP e as emissões de dívida pública mobilizam recursos do mesmo sistema bancário.**

A programação das emissões de CD considerou igualmente **a evolução dos demais factores autónomos susceptíveis de afectar a liquidez bancária, designadamente as operações cambiais realizadas pelo BCSTP para assegurar a cobertura das importações de bens essenciais.**

Esta abordagem visa assegurar que a absorção de liquidez através dos instrumentos de política monetária seja compatível com as condições prevalecentes no mercado, evitando pressões excessivas sobre a liquidez do sistema bancário e preservando, simultaneamente, a eficácia da política monetária.

Tabela 7 Emissões de Certificados de Depósito em 2025 (milhões de Dobras)

Mês (2025)	N.º de leilões	Montante oferecido	Montante colocado	Taxa de colocação
Fevereiro	1	125,0	125,0	100,0%
Março	3	550,0	200,0	36,4%
Abril	2	380,0	190,0	50,0%
Maiο	2	320,0	230,0	71,9%
Junho	2	365,0	60,0	16,4%
Julho	4	425,0	160,0	37,6%
Agosto	1	50,0	50,0	100,0%
Setembro	1	110,0	110,0	100,0%
Outubro	1	270,0	230,0	85,2%
Novembro	2	270,0	0,0	0,0%
Dezembro	3	300,0	0,0	0,0%
Total	22	3.165,0	1.355,0	42,8%

Fonte: BCSTP

Implicações para a estabilidade financeira

A evolução da liquidez do sector bancário em 2025 evidencia a importância de uma análise que considera, para além da posição agregada, a distribuição da liquidez entre as instituições e as condições de funcionamento dos instrumentos de absorção. Embora as reservas excedentárias tenham permanecido, em média, acima do limite de referência, a procura pelos CD apresentou uma evolução diferenciada ao longo do ano, incluindo a ausência de procura nos leilões realizados em Novembro e Dezembro.

Distribuição assimétrica da liquidez: o excedente encontra-se concentrado num número reduzido de instituições, correspondendo, em larga medida, a reservas livres destinadas a fazer face a compromissos de importação, ao financiamento de projectos específicos e às necessidades correntes de tesouraria.

Indicadores agregados pouco representativos: excedente de liquidez do sistema, quando analisado isoladamente, tende a sobrestimar o nível de liquidez efectivamente disponível. Em 2025, registaram-se situações de instituições que recorreram à Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez ou que apresentaram posições aquém do exigido pelas RMC, num contexto em que a generalidade dos bancos opera próximo do limite regulamentar.

Coordenação com a política fiscal e concorrência entre instrumentos: Os CDs e os títulos da dívida pública concorrem pela mesma base de liquidez, o que exige uma articulação permanente entre a política monetária, a política fiscal e o calendário de emissões do Estado.

Neste contexto, a retoma das emissões de Bilhetes e Obrigações do Tesouro no segundo semestre de 2025, conjugada com a venda de divisa para a importação de combustíveis, coadjuvou a absorção de liquidez do sistema e a própria emissão de CD.

Eficácia dos mecanismos de absorção: A procura pelos CDs apresentou variações significativas ao longo do ano, tendo-se registado ausência de procura nos leilões realizados em Novembro e Dezembro. Esta evolução evidencia limitações na mobilização da liquidez disponível através deste instrumento. A introdução prevista do Liquidity Coverage Ratio (LCR) contribuirá para uma avaliação mais abrangente da capacidade das instituições bancárias para fazer face às suas necessidades de liquidez.

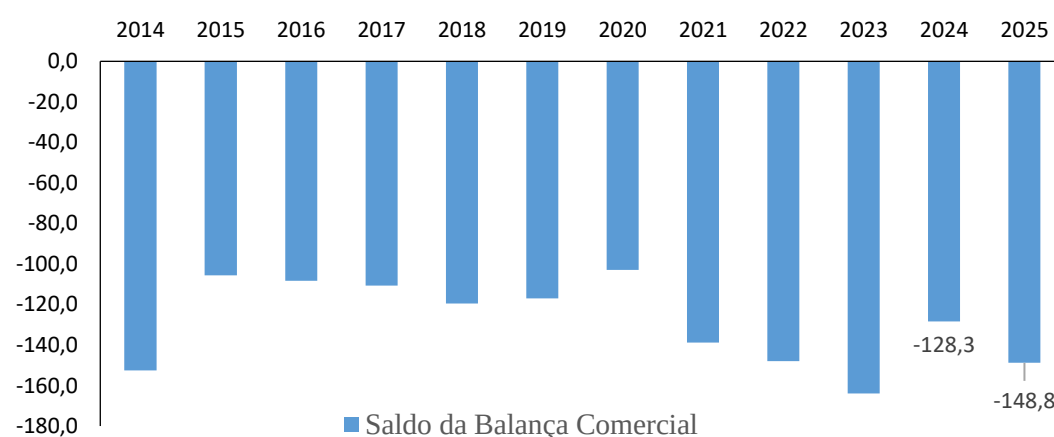
As tensões comerciais e a instabilidade geopolítica constituem desafios relevantes para o comércio externo de São Tomé e Príncipe.

Em 2025, o enquadramento externo continuou condicionado pela instabilidade geopolítica e pelo aumento das tensões comerciais, incluindo a adopção de novas medidas tarifárias pelos Estados Unidos, com potenciais efeitos sobre os fluxos do comércio internacional e sobre os preços dos bens transaccionáveis.

Neste contexto, o défice da balança comercial de São Tomé e Príncipe situou-se em cerca de 149 milhões de dólares, representando um agravamento de 20,5 milhões de dólares face a 2024. A deterioração do saldo comercial reflecte, entre outros factores, a elevada dependência da economia nacional de bens importados e a limitada capacidade exportadora.

Importa, contudo, destacar que o défice observado em 2024 foi parcialmente atenuado pelo forte crescimento das exportações de cacau, beneficiando do aumento dos preços deste produto nos mercados internacionais. A evolução dos preços das principais *commodities* e das condições de procura nos mercados externos constitui, assim, um factor relevante para o desempenho do sector externo e para a posição das reservas internacionais do país.

Gráfico 15 Evolução Balança Corrente e de Capital



Fonte: BCSTP

2.3 Riscos relacionados com a situação patrimonial, financeira e prudencial do sector não financeiro

Em 2025, a situação patrimonial e financeira das famílias apresentou uma evolução globalmente favorável, marcada pelo reforço dos activos financeiros, pelo crescimento dos depósitos bancários e pela melhoria da qualidade da carteira de crédito. O património financeiro das famílias aumentou em cerca de 10,9%, enquanto o endividamento registou uma recuperação moderada de 2%, após a redução observada no ano anterior.

A melhoria da posição financeira das famílias contribuiu para reforçar a sua capacidade de fazer face a necessidades de liquidez no curto prazo. Contudo, persistem vulnerabilidades associadas à elevada concentração dos activos financeiros em depósitos bancários, à reduzida diversificação das aplicações financeiras e à concentração do crédito em determinadas finalidades. A estas vulnerabilidades acrescem os riscos decorrentes de eventuais choques sobre o rendimento disponível, o emprego, os preços e as condições de financiamento.

A qualidade da carteira de crédito das famílias registou uma evolução favorável, com a taxa de CMP a reduzir-se de 14% em 2024 para 10% em 2025. Não obstante esta melhoria, reflectindo a exposição do sector bancário ao risco de incumprimento das famílias, particularmente nos segmentos de crédito com maior exposição ao incumprimento.

No conjunto, os desenvolvimentos observados em 2025 apontam para uma melhoria da posição financeira das famílias e para uma redução do risco de crédito associado a este segmento. Todavia, a reduzida diversificação do património financeiro, a concentração do crédito em habitação e consumo e a persistência de níveis de CMP ainda elevados constituem factores de vulnerabilidade com potenciais implicações para a estabilidade financeira.

2.3.1 Famílias

Reforço do património financeiro das famílias, impulsionado pelo crescimento dos depósitos bancários.

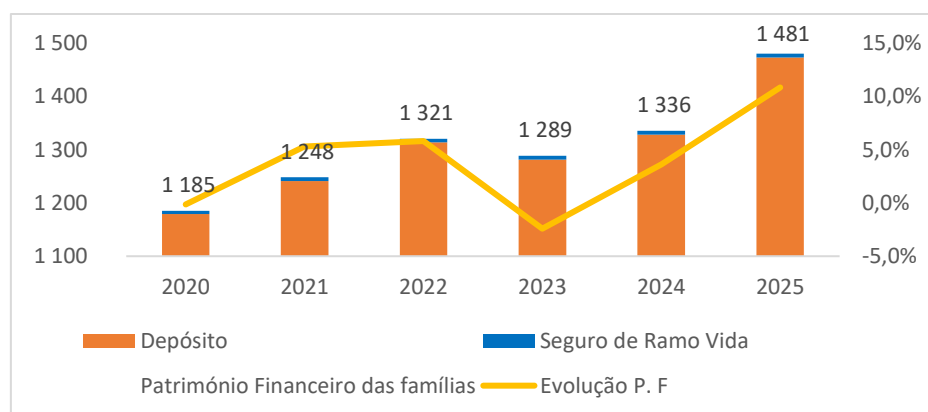
Em 2025, o património financeiro das famílias registou um crescimento de 10,9%, passando de 1 336 milhões de Dobras, em 2024, para 1 481 milhões de Dobras. Esta evolução reflecte, essencialmente, o aumento dos depósitos bancários, que continuam a constituir a principal componente dos activos financeiros das famílias.

A composição do património financeiro manteve-se praticamente inalterada face ao ano anterior, permanecendo fortemente concentrada em depósitos bancários, que representaram 99,5% do património financeiro, enquanto o seguro do ramo vida correspondeu a apenas 0,5%.

A elevada concentração dos activos financeiros em depósitos constitui, por um lado, um factor de suporte à liquidez das famílias, permitindo-lhes dispor de recursos financeiros de elevada liquidez para fazer face a necessidades de curto prazo. Por outro lado, evidencia uma reduzida diversificação das aplicações financeiras e uma exposição limitada a instrumentos de poupança e investimento de médio e longo prazo.

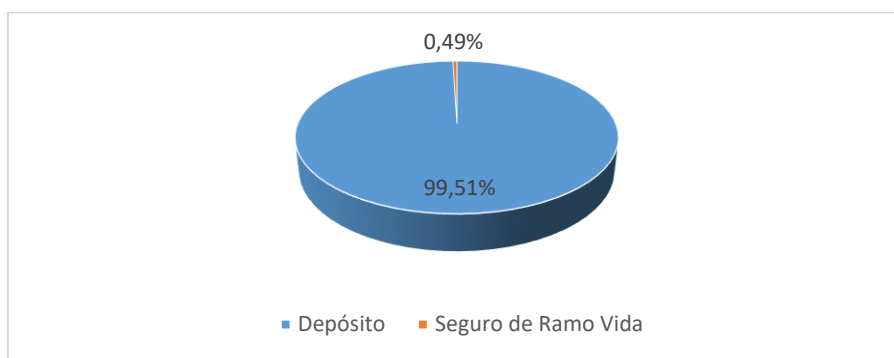
Esta estrutura poderá igualmente reflectir a reduzida disponibilidade de instrumentos financeiros alternativos no mercado nacional, bem como a preferência das famílias por activos de menor risco e maior liquidez. Do ponto de vista da estabilidade financeira, esta estrutura limita a exposição das famílias a riscos financeiros, embora evidencie a reduzida diversificação das suas aplicações financeiras.

Gráfico 16 Evolução do património financeiro das famílias



Fonte: BCSTP.

Gráfico 17 Estrutura do património financeiro das famílias em 2025



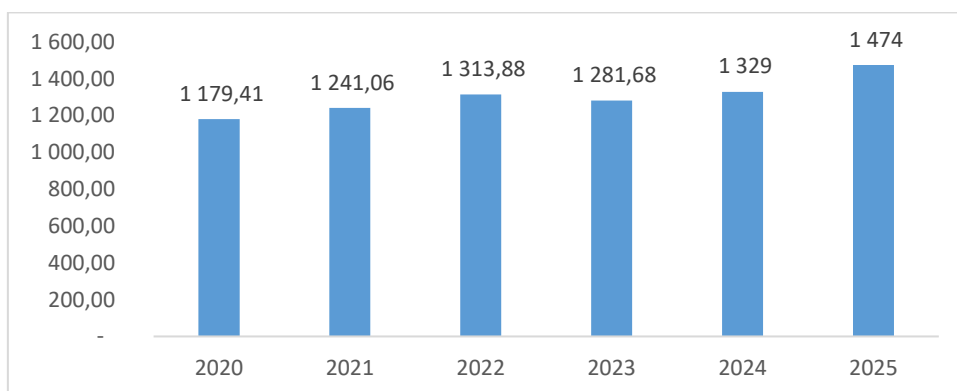
Fonte: BCSTP.

Os depósitos bancários das famílias mantiveram uma trajectória de crescimento em 2025, reforçando a sua posição de liquidez, embora persista uma elevada preferência por aplicações de maior liquidez.

No final de 2025, os depósitos bancários das famílias ascenderam a 1 473,5 milhões de Dobras, correspondendo a um aumento de 10,9% face aos 1 328,5 milhões de Dobras registados em 2024. A evolução dos depósitos acompanhou o crescimento do património financeiro das famílias e contribuiu para o reforço da sua posição de liquidez.

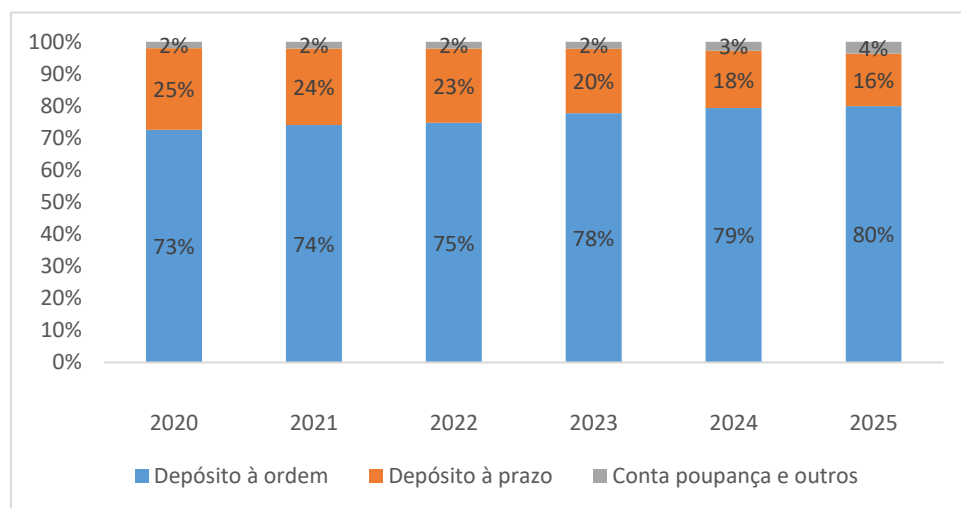
O crescimento dos depósitos constitui um factor positivo do ponto de vista da capacidade das famílias para fazer face a necessidades financeiras de curto prazo e a eventuais choques temporários sobre o rendimento. Simultaneamente, os depósitos representam uma fonte relativamente estável de recursos para o sector bancário, reforçando a capacidade de financiamento das instituições de crédito.

Gráfico 18 Depósito bancário das famílias



A estrutura dos depósitos, contudo, revela uma clara preferência por aplicações de elevada liquidez. Em 2025, os depósitos à ordem representaram 80% do total dos depósitos das famílias, face a 79% no ano anterior. Em sentido contrário, os depósitos a prazo reduziram a sua participação de 18% para 16%, enquanto as contas poupança e outros depósitos aumentaram ligeiramente a sua participação (de 3% para 4%).

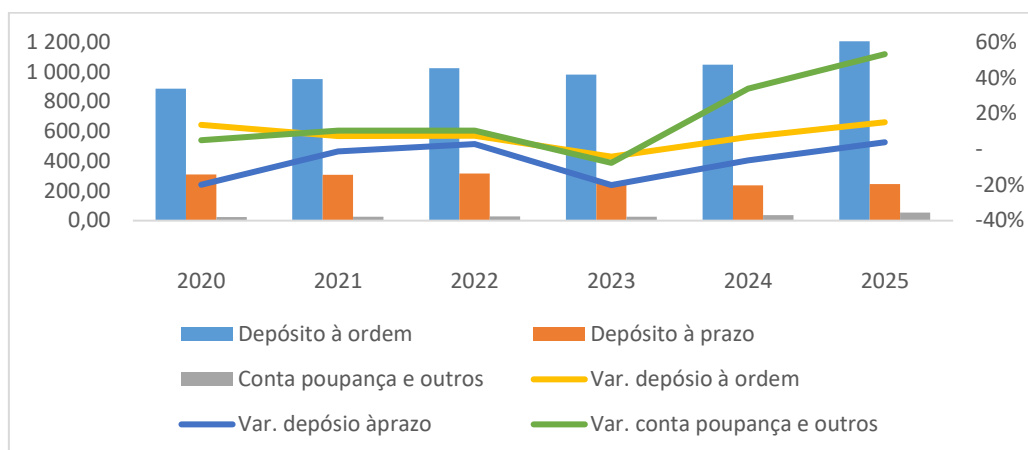
Gráfico 19 Estrutura dos depósitos bancários das famílias (%)



Fonte: BCSTP.

Em termos de evolução, observou-se um crescimento das diferentes modalidades de depósitos. Os depósitos à ordem mantiveram-se predominantes, registando um aumento de cerca de 15%, enquanto os depósitos a prazo cresceram aproximadamente 9%. As contas poupança e outros depósitos registaram o maior crescimento relativo (cerca de 50%), embora continuem a representar uma fração reduzida do total dos depósitos. Esta evolução evidencia a manutenção da preferência por depósitos à ordem, sem alterações significativas na estrutura global dos depósitos.

Gráfico 20 Evolução das componentes dos depósitos bancários das famílias

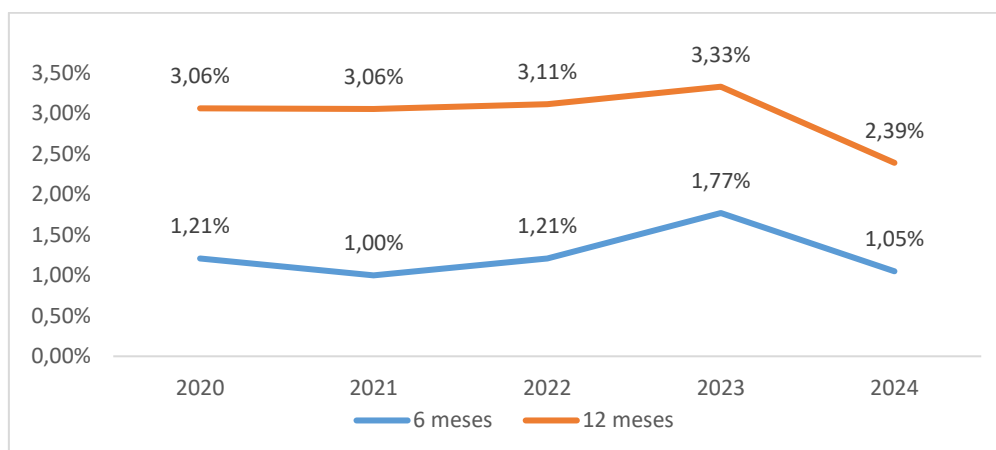


Fonte: BCSTP.

A evolução das taxas médias de remuneração dos depósitos a prazo reforça esta leitura. Em 2025, as taxas médias de remuneração diminuirão para 1,05% nas aplicações a seis meses e para 2,39% nas aplicações a 12 meses, correspondendo a reduções de aproximadamente 0,7 p.p. e 0,9 p.p., respectivamente, face ao ano anterior.

A menor remuneração dos depósitos a prazo poderá ter contribuído para a redução da sua participação na estrutura dos depósitos, favorecendo a preferência por aplicações de maior liquidez. Esta evolução poderá limitar os incentivos à constituição de poupança de médio e longo prazo, embora, do ponto de vista da estabilidade financeira das famílias, a elevada liquidez dos depósitos constitua um elemento de suporte à capacidade de absorção de choques de curto prazo.

Gráfico 21 Taxas médias de remuneração dos depósitos a prazo



Fonte: BCSTP

O seguro do ramo vida mantém reduzida expressão no património financeiro das famílias.

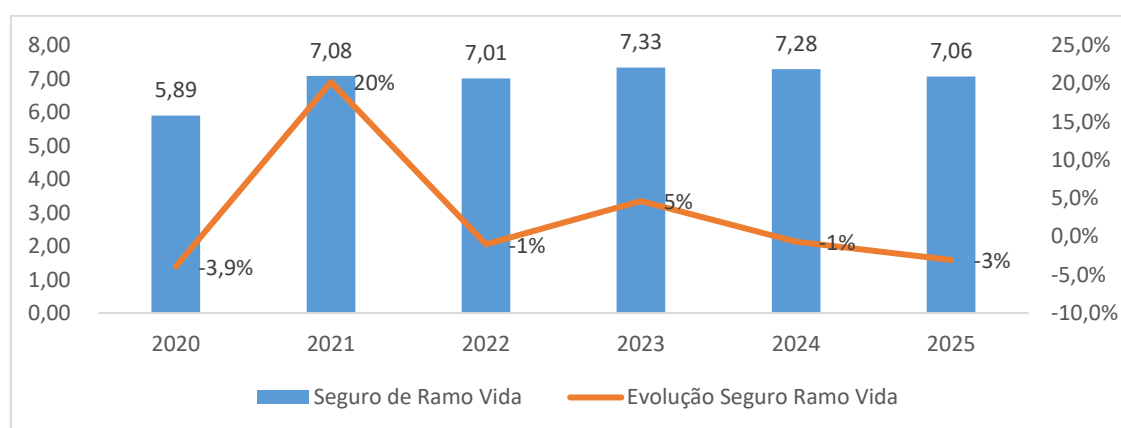
Em 2025, a produção do seguro do ramo vida diminuiu 3%, passando de 7,28 milhões de Dobras, em 2024, para 7,06 milhões de Dobras. Esta evolução interrompe a recuperação observada em 2023 e traduz uma ligeira contracção da actividade deste segmento.

A evolução do ramo vida encontra-se estreitamente associada ao comportamento do crédito concedido às famílias, uma vez que uma parte significativa da subscrição destes produtos está associada a contratos de crédito celebrados com instituições bancárias. Neste contexto, as variações da carteira de crédito das famílias tendem a reflectir-se na produção deste ramo de seguro.

Apesar da redução observada em 2025, o volume de prémios manteve-se relativamente estável quando comparado com os últimos anos. Esta evolução sugere que a procura por seguros do ramo vida permanece, em larga medida, associada à dinâmica do crédito, em detrimento de uma procura autónoma por produtos de protecção financeira e de poupança de longo prazo.

A reduzida dimensão do ramo vida limita a sua relevância directa para a estabilidade financeira. Contudo, a sua evolução constitui um indicador complementar da dinâmica do crédito às famílias e do grau de utilização de instrumentos de protecção financeira e de poupança de longo prazo.

Gráfico 22 Evolução do seguro no ramo vida



Fonte: BCSTP

O endividamento das famílias registou uma recuperação moderada em 2025, permanecendo, contudo, significativamente abaixo dos níveis observados nos anos anteriores.

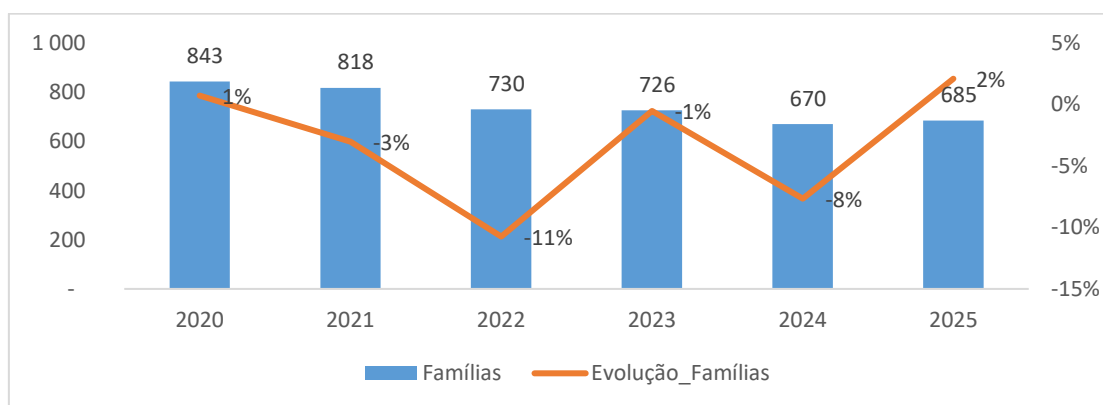
Após a redução observada em 2024, o endividamento das famílias registou uma recuperação moderada em 2025, aumentando 2%, de 670 milhões de Dobras para 685 milhões de Dobras.

Apesar deste aumento, o *stock* da dívida permaneceu significativamente abaixo dos níveis observados entre 2020 e 2023, indicando que, em termos agregados, as famílias continuam menos endividadas do que nos anos anteriores. A recuperação observada em 2025 não altera, assim, o processo de desalavancagem registado nos últimos anos.

O aumento do endividamento poderá estar associado à recuperação gradual da procura de crédito para financiamento de habitação e consumo, bem como à normalização da actividade de concessão de crédito pelas instituições financeiras. Embora a expansão tenha sido moderada, a sua evolução poderá ter implicações para a capacidade das famílias de fazer face a choques sobre o rendimento disponível das famílias, o emprego e as condições de financiamento.

Do ponto de vista da estabilidade financeira, a evolução do endividamento constitui um factor relevante, na medida em que uma deterioração da capacidade de serviço da dívida poderá traduzir-se num aumento do incumprimento e, consequentemente, numa deterioração da qualidade dos activos das instituições de crédito.

Gráfico 23 Evolução da dívida financeira das famílias



Fonte: BCSTP

O crédito às famílias manteve-se fortemente concentrado na habitação e no consumo, que, em conjunto, representaram 91% da carteira em 2025, constituindo uma importante fonte de exposição ao risco.

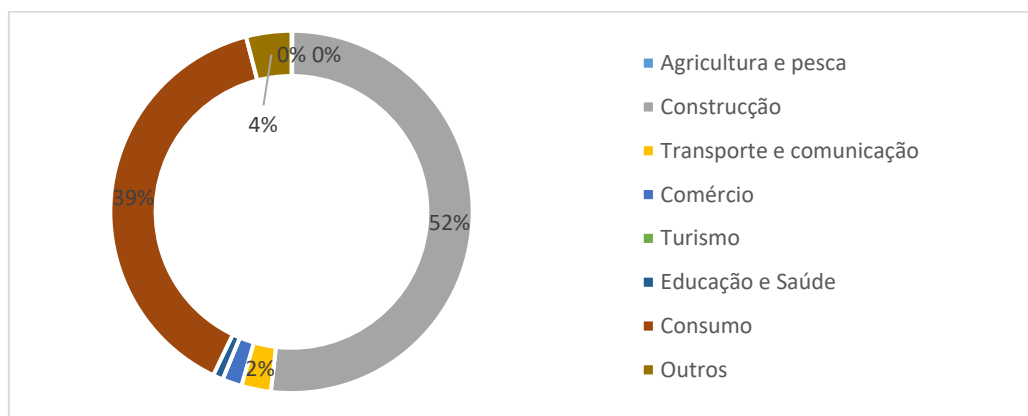
A estrutura do crédito às famílias manteve-se relativamente estável em 2025. O crédito destinado à habitação continuou a representar a maior parcela, correspondendo a 52% do total, seguido pelo crédito ao consumo, com 39%.

Em conjunto, estas duas finalidades representaram 91% do crédito concedido às famílias, evidenciando uma elevada concentração da carteira nestes segmentos. Os restantes 9% corresponderam às demais finalidades de crédito.

Face ao ano anterior, registaram-se apenas alterações marginais na composição da carteira, com o crédito ao consumo a aumentar a sua participação em 1 p.p., enquanto o crédito à habitação reduziu a sua participação na mesma proporção.

A concentração do crédito nestas duas finalidades constitui um factor relevante para a avaliação da vulnerabilidade financeira das famílias. A capacidade de cumprimento das obrigações associadas ao crédito à habitação e ao consumo poderá ser particularmente sensível à evolução do rendimento disponível, do emprego, dos preços e das condições de financiamento.

Gráfico 24 Estrutura do Crédito das Famílias



Fonte: BCSTP

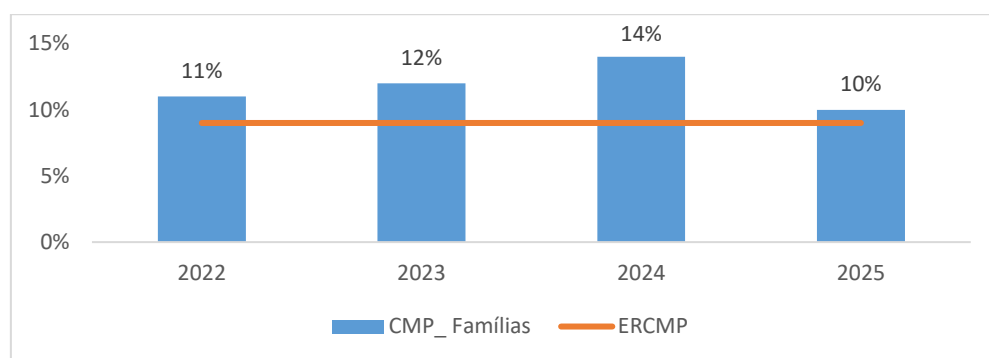
Melhoria da qualidade da carteira de crédito das famílias reduz o risco de incumprimento.

A qualidade da carteira de crédito das famílias registou uma evolução favorável em 2025, com a taxa de CMP a reduzir-se de 14% em 2024 para 10% em 2025.

A redução da taxa de CMP constitui um sinal positivo quanto à capacidade de cumprimento das obrigações financeiras pelas famílias e contribui para reduzir, no curto prazo, os riscos associados à deterioração da qualidade dos activos das instituições de crédito.

No final de 2025, o crédito das famílias em situação de incumprimento ascendia a cerca de 69,5 milhões de Dobras, correspondente a 10% da carteira de crédito deste segmento. Apesar da melhoria registada, o nível de incumprimento permanece material, com potenciais implicações para as necessidades de constituição de provisões, a rentabilidade das instituições de crédito e a capacidade de expansão do financiamento às famílias.

Gráfico 25 CMP das famílias



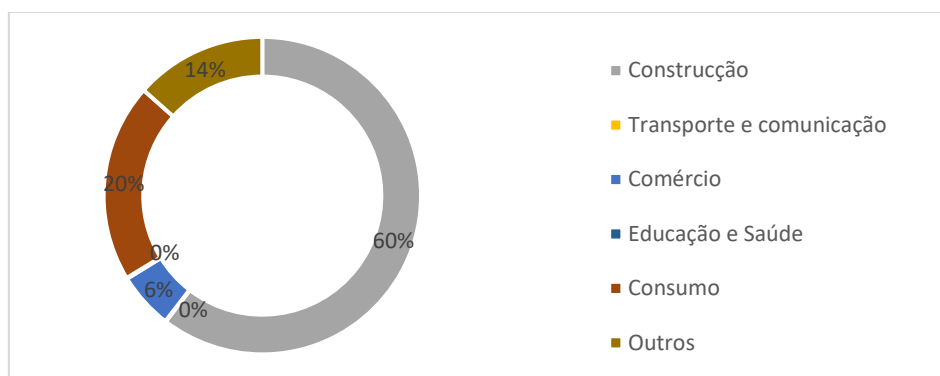
Fonte: BCSTP

A distribuição do CMP por finalidade evidencia uma concentração significativa em determinados segmentos. A construção e o consumo representaram, respectivamente, 60% e 20% do total do crédito das famílias em situação de incumprimento.

Esta concentração representa um risco, sobretudo nos segmentos em que a capacidade de cumprimento das obrigações financeiras das famílias possa ser mais sensível à evolução do rendimento disponível, do emprego e das condições económicas.

Numa perspectiva sectorial, o segmento de “Serviços e Outros” apresentou a maior incidência relativa de incumprimento, com cerca de 40% do crédito concedido a este segmento classificado como CMP. Embora represente uma parcela reduzida da carteira global das famílias, esta incidência evidencia uma maior vulnerabilidade relativa e uma exposição acrescida ao risco de incumprimento neste segmento.

Gráfico 26 CMP por finalidade de crédito em 2025



Fonte: BCSTP

Em 2025, a posição financeira das famílias apresentou uma evolução globalmente favorável, sustentada pelo crescimento do património financeiro e dos depósitos bancários e pela melhoria da qualidade da carteira de crédito. O nível de endividamento registou apenas uma recuperação moderada e permaneceu abaixo dos níveis observados nos anos anteriores, enquanto a redução da taxa de CMP contribuiu para diminuir o risco de incumprimento.

Não obstante, persistem vulnerabilidades associadas à elevada concentração dos activos financeiros em depósitos bancários evidencia uma reduzida diversificação das aplicações, enquanto a concentração do crédito em habitação e consumo aumenta a sensibilidade das famílias a eventuais choques sobre o rendimento, o emprego e as condições de financiamento. Adicionalmente, apesar da melhoria registada, o nível de CMP permanece relevante.

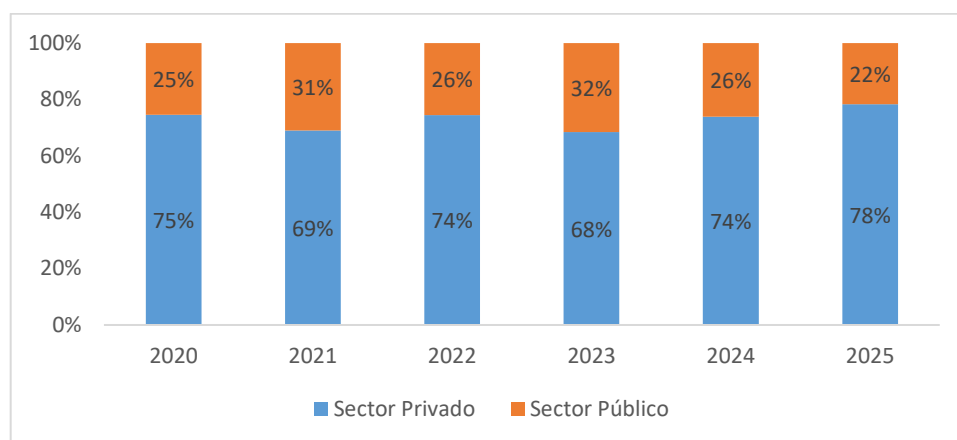
Assim, a avaliação global aponta para uma redução dos riscos financeiros associados às famílias em 2025, sem que tal represente a eliminação das vulnerabilidades existentes. A evolução do endividamento, da capacidade de serviço da dívida, da qualidade do crédito e da composição dos activos financeiros permanece relevante para a resiliência das famílias e para a transmissão de eventuais choques ao sistema financeiro.

2.3.2 Instituições não financeiras

Em 2025, as instituições não financeiras detinham depósitos no SFNacional no montante de 2 721 milhões de Dobras, dos quais 2 122 milhões de Dobras (78%) pertenciam às instituições do sector privado e 588 milhões de Dobras (22%) às instituições do sector

público. Face ao ano anterior, observou-se um reforço da participação do sector privado na estrutura dos depósitos, em contraste com a redução da participação do sector público.

Gráfico 27 Depósito das instituições não financeiras

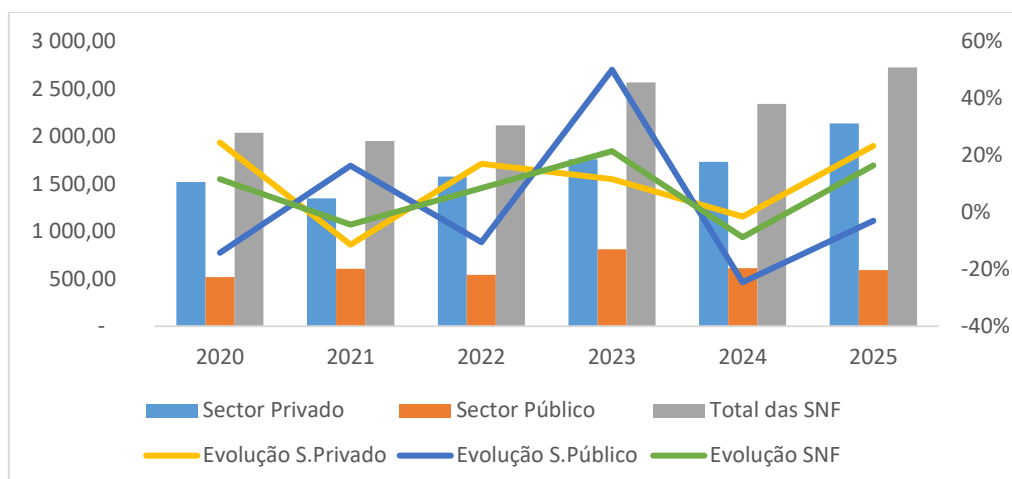


Fonte: BCSTP

Os depósitos das instituições não financeiras registaram um crescimento de aproximadamente 17% face a 2024, impulsionado pelo aumento de 24% dos depósitos das instituições do sector privado, que passaram de 1 713 milhões de Dobras para 2 122 milhões de Dobras. Em sentido contrário, os depósitos das instituições do sector público diminuíram cerca de 5%, de 618 milhões de Dobras para 588 milhões de Dobras. Em consequência, a participação do sector privado no total dos depósitos aumentou de 74% para 78%, enquanto a do sector público diminuiu de 26% para 22%.

O crescimento dos depósitos das instituições não financeiras contribuiu para o reforço dos recursos captados pelo sector bancário e para a manutenção da sua capacidade de financiamento. Para as próprias instituições não financeiras, a acumulação de depósitos representa uma importante reserva de liquidez para fazer face às necessidades operacionais e financeiras.

Gráfico 28 Evolução do depósito das instituições não financeiras



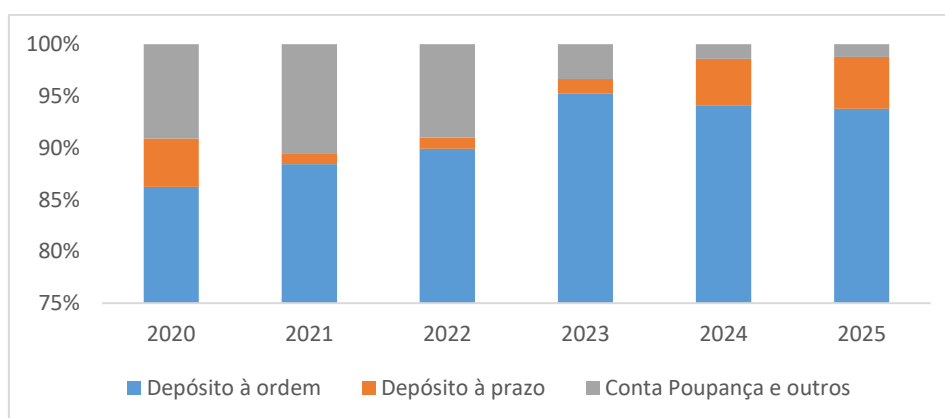
Fonte: BCSTP

Os depósitos à ordem representam a principal componente dos depósitos das instituições não financeiras.

Em 2025, os depósitos das instituições privadas permaneceram fortemente concentrados em depósitos à ordem, que representaram 94% do total, enquanto os depósitos a prazo corresponderam a 5% e as contas poupança e outros depósitos a apenas 1%.

Esta estrutura evidencia uma clara preferência pela manutenção de recursos em instrumentos de elevada liquidez, compatível com as necessidades de gestão corrente da tesouraria das empresas. A reduzida expressão dos depósitos a prazo e das contas poupança limita, por outro lado, a diversificação da estrutura de aplicações financeiras das instituições privadas.

Gráfico 29 Composição dos depósitos das Instituições Privadas

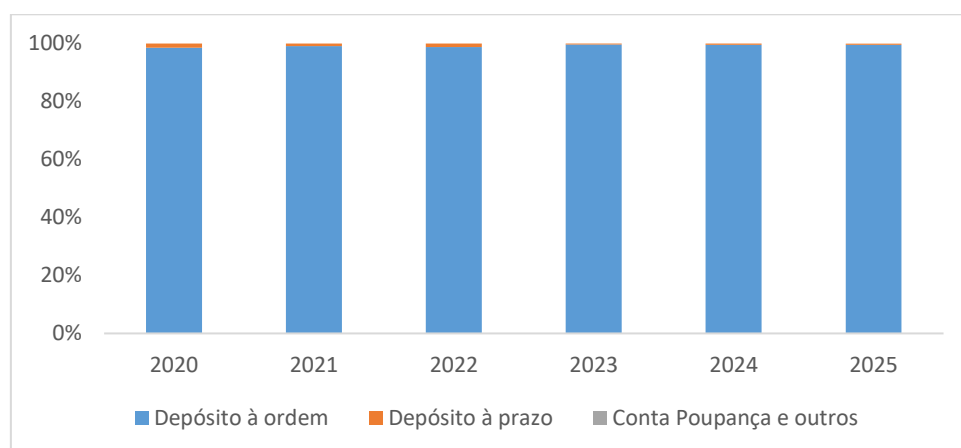


Fonte: BCSTP

No caso das instituições públicas, os depósitos mantiveram-se igualmente concentrados em depósitos à ordem, que representaram praticamente a totalidade dos recursos depositados. Os depósitos a prazo e as contas poupança e outros depósitos apresentaram uma expressão residual, sem alterações relevantes face ao ano anterior.

Esta estrutura é compatível com a necessidade de assegurar a disponibilidade de recursos para a execução regular das despesas e para a gestão corrente da tesouraria pública.

Gráfico 30 Composição dos depósitos das Instituições Públicas



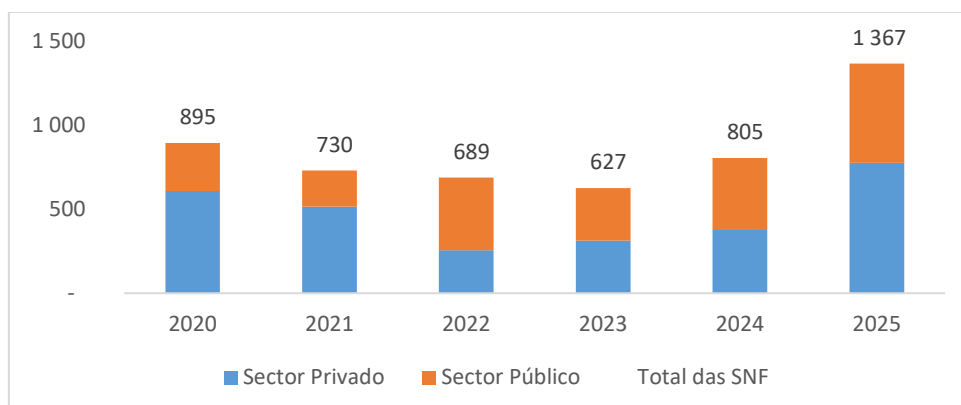
Fonte: BCSTP

O financiamento bancário às instituições não financeiras registou um crescimento expressivo em 2025, impulsionado sobretudo pela expansão do crédito ao sector privado. Esta evolução reflecte o aumento das necessidades de financiamento das empresas e do sector público, reforçando a exposição do sistema bancário a estes segmentos.

O endividamento das instituições não financeiras ascendeu, em 2025, a 1 367 milhões de Dobras, o valor mais elevado dos últimos seis anos, representando um aumento de 70% face aos 805 milhões de Dobras registados em 2024. Este crescimento resultou do aumento do crédito concedido tanto às instituições do sector privado como às do sector público, com maior intensidade no primeiro caso.

O sector privado continuou a concentrar a maior parcela do endividamento das instituições não financeiras, reforçando a sua participação no crédito concedido pelo sector bancário.

Gráfico 31 Endividamento das sociedades não financeiras

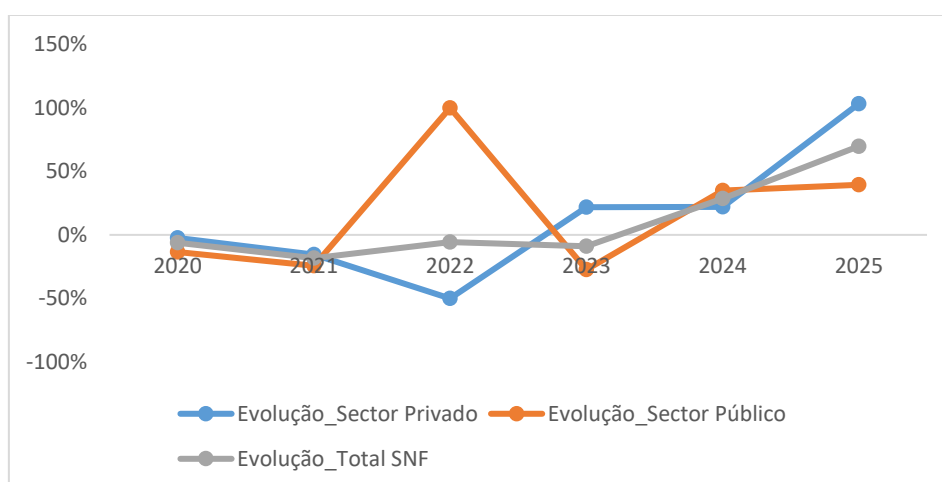


Fonte: BCSTP

A expansão do endividamento foi particularmente expressiva em 2025, com a taxa de crescimento do endividamento total a situar-se em cerca de 70%, face a aproximadamente 30% em 2024. Esta evolução foi determinada sobretudo pelo sector privado, cuja taxa de crescimento acelerou de cerca de 24% para mais de 100%, enquanto o endividamento do sector público registou um crescimento próximo de 40%, ligeiramente superior ao observado no ano anterior.

O aumento do recurso ao financiamento bancário reflectiu, entre outros factores, as necessidades de financiamento associadas à importação de combustível, que assumiram particular relevância em 2025, bem como a maior procura de crédito para financiar o investimento e a expansão da actividade económica.

Gráfico 32 Evolução do endividamento das sociedades não financeiras



Fonte: BCSTP

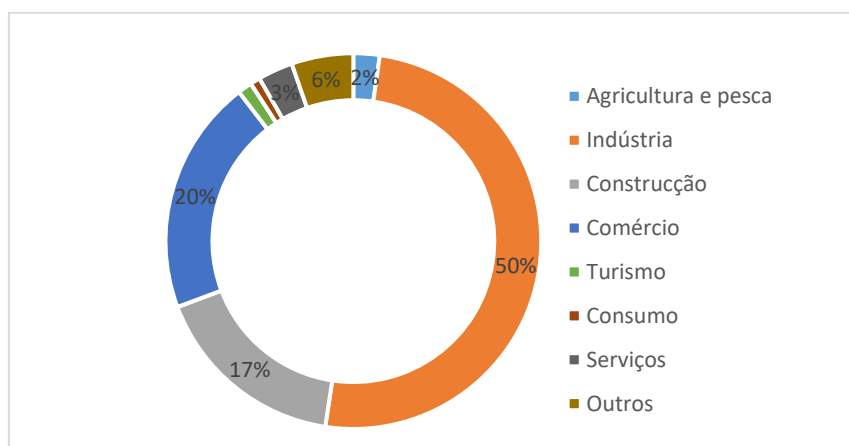
O crédito às instituições privadas permanece concentrado na indústria, construção e comércio, que representam, em conjunto, 87% da carteira. Esta concentração aumenta a exposição do sector bancário a choques sectoriais e à consequente deterioração da qualidade do crédito.

A carteira de crédito às instituições privadas permaneceu concentrada num número reduzido de sectores de actividade. A Indústria passou a absorver a maior parcela do crédito, seguido pelos sectores da construção e do comércio, que, em conjunto, representaram uma parcela significativa da carteira (87%).

Os restantes sectores, nomeadamente agricultura e pescas, transportes e comunicações, turismo, educação e saúde e outros serviços, apresentaram uma participação relativamente reduzida (13%).

Esta concentração reflecte, em parte, a estrutura da actividade económica nacional e a procura de financiamento por parte dos sectores com maior peso na economia. Contudo, a concentração da exposição bancária em determinados sectores constitui uma vulnerabilidade, dada a possibilidade de choques sectoriais se traduzirem em deterioração da capacidade de cumprimento das obrigações financeiras e, consequentemente, na qualidade da carteira de crédito.

Gráfico 33 Estrutura do crédito às instituições privadas



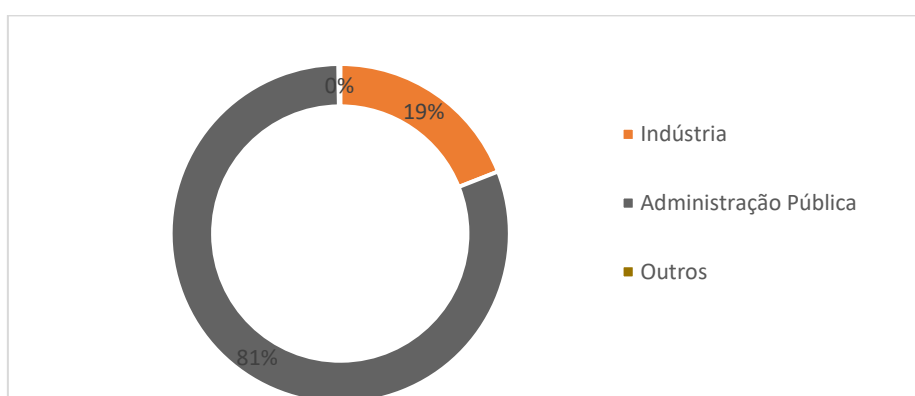
Fonte: BCSTP

O crédito às instituições públicas mantém-se fortemente concentrado na Administração Pública, que representa 81% do total, evidenciando uma elevada exposição do sector bancário à situação orçamental e financeira do Estado.

No que diz respeito às instituições públicas, verificou-se, uma elevada concentração na Administração Pública, que representa 81% do total analisado, evidenciando uma distribuição bastante assimétrica.

Esta estrutura revela uma forte predominância da Administração Pública, em contraste com a participação relativamente reduzida da Indústria e dos demais setores. Esta concentração poderá traduzir uma dependência significativa da atividade bancária em relação ao Estado, tornando os bancos potencialmente mais vulneráveis a alterações na situação orçamental e financeira do setor público.

Gráfico 34 Estrutura do crédito às instituições públicas



Fonte: BCSTP

Em síntese, a carteira de crédito às instituições não financeiras permaneceu concentrada em determinados sectores de actividade em 2025. Enquanto o crédito às instituições privadas se concentrou principalmente nos sectores do comércio, construção e indústria, o crédito às instituições públicas manteve-se predominantemente direccionado para a Administração Pública.

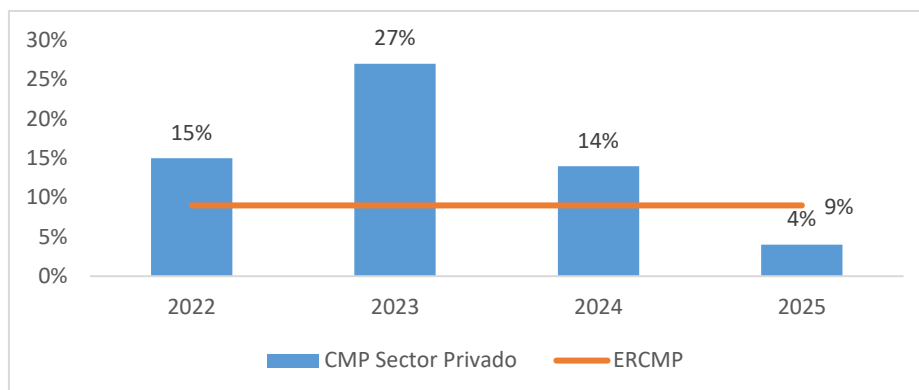
Esta concentração constitui uma vulnerabilidade, uma vez que a materialização de choques em sectores específicos ou na situação financeira do sector público poderá afectar a capacidade de cumprimento dos mutuários e, consequentemente, a qualidade da carteira de crédito bancário.

A qualidade da carteira de crédito às instituições privadas melhorou significativamente em 2025, com o rácio de CMP a recuar de 14% para 4%. Apesar desta evolução, a concentração do crédito malparado no comércio mantém-se como uma vulnerabilidade relevante, atendendo ao peso deste sector na carteira.

No período em análise, a qualidade da carteira de crédito às instituições privadas registou uma melhoria significativa, com o rácio de CMP a diminuir para 4%, face aos 14% observados em 2024. Esta evolução dá continuidade à trajectória de melhoria iniciada após o agravamento registado em 2023, ano em que a taxa de CMP atingiu 27%.

A redução do rácio de CMP reflectiu a conjugação da diminuição do stock de crédito em incumprimento com a expansão significativa da carteira de crédito.

Gráfico 35 CMP do sector privado

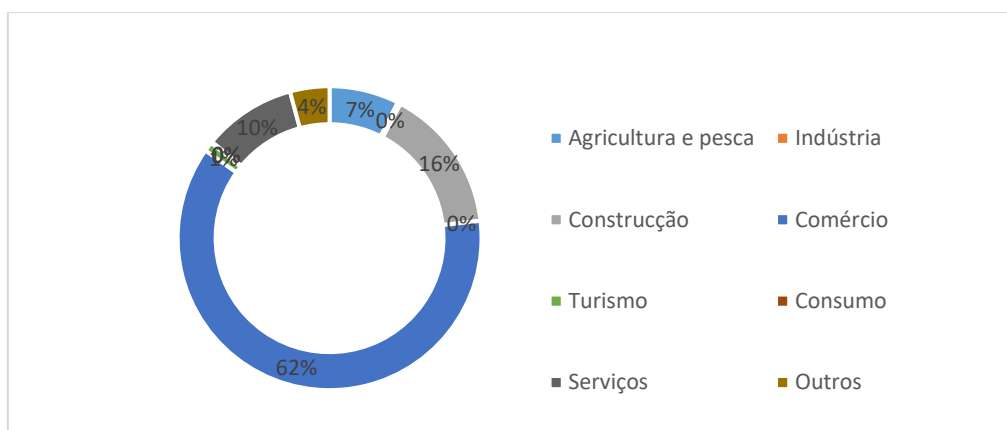


Fonte: BCSTP.

Em termos sectoriais, o CMP permaneceu concentrado no comércio, que representou a maior parcela da carteira em incumprimento, seguido pelos sectores da construção e dos serviços. Os sectores da agricultura e pescas, turismo, indústria, consumo e outros apresentaram uma participação significativamente inferior.

A concentração do CMP no comércio reflecte, em parte, o peso deste sector na carteira de crédito às instituições privadas. Contudo, dada a sua relevância na carteira e na actividade económica nacional, a evolução da qualidade do crédito neste segmento assume particular importância para a avaliação dos riscos para a estabilidade financeira.

Gráfico 36 CMP das Instituições do sector privado



Fonte: BCSTP

2.4 Riscos relacionados com a situação patrimonial, financeira e prudencial do sector Financeiro

Em 2025, o SF registou uma evolução globalmente favorável, marcada, no sector bancário, por uma redução significativa do CMP e pela manutenção de níveis confortáveis de solvabilidade e liquidez.

Em contrapartida, observaram-se alguns sinais de pressão sobre a rentabilidade, num contexto de aumento das despesas de exploração e de crescimento mais moderado do produto bancário.

No sector bancário, a qualidade da carteira de crédito registou uma melhoria significativa, com o rácio de CMP bruto a diminuir de 10,0% para 4,8%, acompanhando uma redução do *stock* de CMP em diferentes segmentos da carteira. Esta evolução ocorreu num contexto de expansão significativa do crédito, cujo volume bruto aumentou 39%, impulsionado, em particular, pelo financiamento às entidades públicas e pelas operações garantidas pelo Estado.

Apesar da evolução favorável da qualidade dos activos, a expansão do balanço bancário esteve igualmente associada ao aumento da exposição ao soberano. A exposição global do sector bancário ao Estado, considerando títulos de dívida pública, crédito directo e crédito com garantia do Estado, aumentou de 1.180,1 milhões de Dobras, em 2024, para 1.927,7 milhões de Dobras em 2025. Este desenvolvimento constitui uma vulnerabilidade

relevante, na medida em que uma eventual deterioração das condições fiscais ou de refinanciamento do Estado poderá repercutir-se sobre a posição financeira das instituições bancárias. A reestruturação da dívida pública realizada em 2024, com a substituição de parte da dívida por Bilhetes e Obrigações do Tesouro, continuou, contudo, a contribuir para uma estrutura de maturidades mais equilibrada.

Os activos totais do sector bancário aumentaram 15,6%, atingindo 6.192,1 milhões de Dobras. Em paralelo, o rácio de transformação aumentou de 39,9% para 47,6%, reflectindo um crescimento do crédito superior ao dos depósitos. Embora esta evolução represente alguma redução da folga de liquidez, o rácio permanece em níveis historicamente baixos, mantendo-se uma margem de liquidez relevante no sistema.

Em termos de solvabilidade, o sector bancário manteve uma posição confortável. O rácio de fundos próprios qualificados situou-se em 37,5%, enquanto o rácio de fundos próprios de base atingiu 36,0%, registando ambos uma ligeira melhoria face a 2024. Esta evolução reflecte a capacidade de geração orgânica de capital prudencial pelo sector, embora o ritmo de reforço tenha sido condicionado pela redução da rentabilidade.

Para além da exposição soberana, permanecem como vulnerabilidades estruturais a concentração da carteira de crédito, a exposição a grandes devedores e o crescimento acelerado do crédito em determinados segmentos. Estes factores evidenciam a importância de uma abordagem prudencial sistemática, tendo em vista a identificação atempada de eventuais sinais de acumulação de riscos e o reforço da capacidade de absorção de perdas do SF.

No sector segurador, a actividade registou uma evolução moderadamente positiva, com os prémios brutos emitidos a aumentarem 10,7%, para 81,66 milhões de Dobras. Esta evolução foi determinada essencialmente pelo segmento não vida, cujos prémios aumentaram 12,2%, enquanto o segmento vida registou uma redução de 3,0%. Apesar do crescimento observado, a dimensão do mercado segurador permanece reduzida, representando menos de 1% do PIB, enquanto a taxa de penetração se situou em 0,71%.

A actividade seguradora permanece igualmente concentrada num número limitado de ramos, com destaque para o seguro automóvel, acidentes e doença e incêndio e outros danos. Esta concentração constitui uma vulnerabilidade estrutural, sobretudo num mercado de reduzida dimensão e com limitada diversificação de produtos.

Em 2025, os custos com sinistros aumentaram 22%, reflectindo, sobretudo, a evolução dos ramos de acidentes e doença e automóvel. O rácio médio de sinistralidade situou-se em 45%, mais 3 pontos percentuais do que no ano anterior, sinalizando alguma pressão sobre os resultados técnicos das seguradoras.

Os activos do sector segurador aumentaram 8,2%, para 177,18 milhões de Dobras, enquanto os fundos próprios cresceram 4,7%, atingindo 103,6 milhões de Dobras. O resultado líquido aumentou 20,3%, para 15,68 milhões de Dobras, traduzindo-se em rentabilidade dos activos de 9% e dos fundos próprios de 15%.

A posição de solvabilidade manteve-se confortável. Os fundos disponíveis para cobertura da margem de solvência atingiram 101,74 milhões de Dobras, enquanto os requisitos de solvência aumentaram 9%, para 73,09 milhões de Dobras. Consequentemente, o rácio da margem de solvência situou-se em 139%, embora tenha registado uma redução de 6 pontos percentuais face a 2024.

Em síntese, o sector financeiro manteve, em 2025, uma posição globalmente resiliente, suportada por níveis confortáveis de capitalização e liquidez no sector bancário e por uma posição de solvabilidade adequada no sector segurador. Todavia, persistem vulnerabilidades associadas à elevada exposição soberana, à concentração do crédito, ao aumento do endividamento de determinados sectores e à pressão sobre a rentabilidade bancária, com potenciais implicações para preservação da estabilidade financeira.

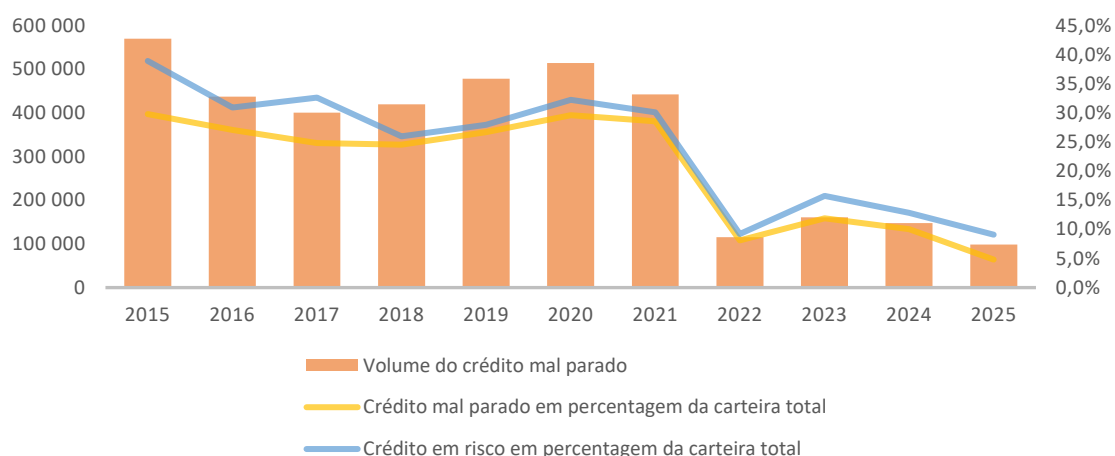
2.4.1 Riscos relacionados com o Sector Bancário

O rácio do crédito malparado diminuiu significativamente em 2025, passando de 10,0% para 4,8%, reflectindo a redução do *stock* de incumprimento e a expansão da carteira de crédito. A melhoria foi transversal aos principais sectores de actividade, embora persista uma concentração relevante do CMP nas categorias de maior risco.

Em 2025, o rácio do CMP registou uma redução significativa, passando de 10,0% para 4,8% da carteira de crédito, correspondente a uma diminuição de 5,2 pontos percentuais. O stock de CMP reduziu-se em 33,2%, de 147,9 milhões para 98,7 milhões de Dobras.

Esta evolução ocorreu num contexto de expansão significativa da carteira de crédito, cujo volume bruto aumentou 39%, de 1.475,6 milhões de Dobras para 2.051,5 milhões de. Assim, a redução do rácio de CMP reflectiu a conjugação de dois factores: a diminuição do stock de crédito em incumprimento e o aumento do denominador, decorrente da expansão da carteira de crédito.

Gráfico 37 Evolução do CMP do sector bancário

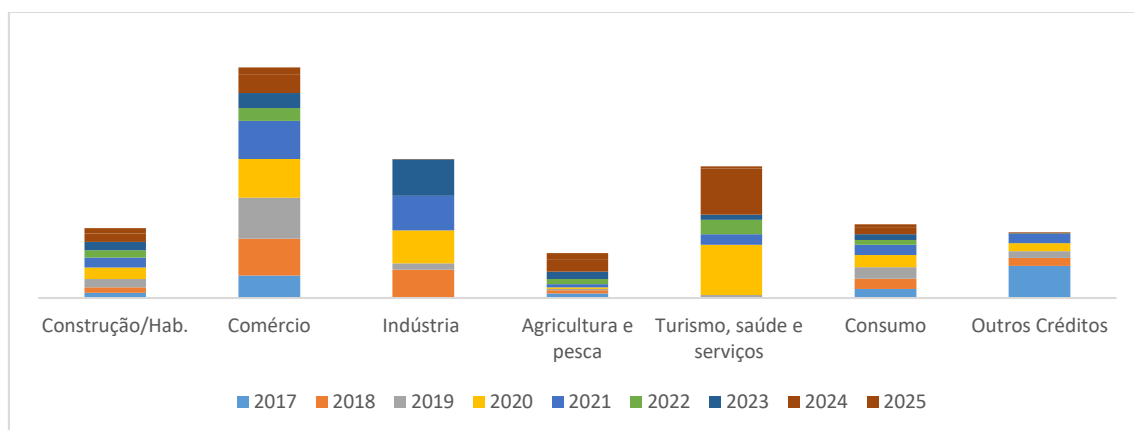


Fonte: BCSTP

A melhoria foi observada de forma transversal entre os principais segmentos da carteira. No sector primário, o stock de CMP diminuiu de 8,6 milhões para 2,2 milhões de Dobras. No sector secundário, que inclui a construção/habitação e a indústria, reduziu-se de 67,0 milhões para 46,6 milhões de Dobras, enquanto no sector terciário, que inclui o comércio, turismo, consumo e outras actividades, passou de 71,0 milhões para 49,9 milhões de Dobras.

Em termos de rácios sectoriais, o CMP na construção/habitação diminuiu de 14,4% para 9,6%, no comércio de 31,9% para 13,0%, na agricultura e pescas de 20,6% para 11,8% e no crédito ao consumo de 12,5% para 5,2%. Na indústria, o nível de CMP manteve-se próximo de zero.

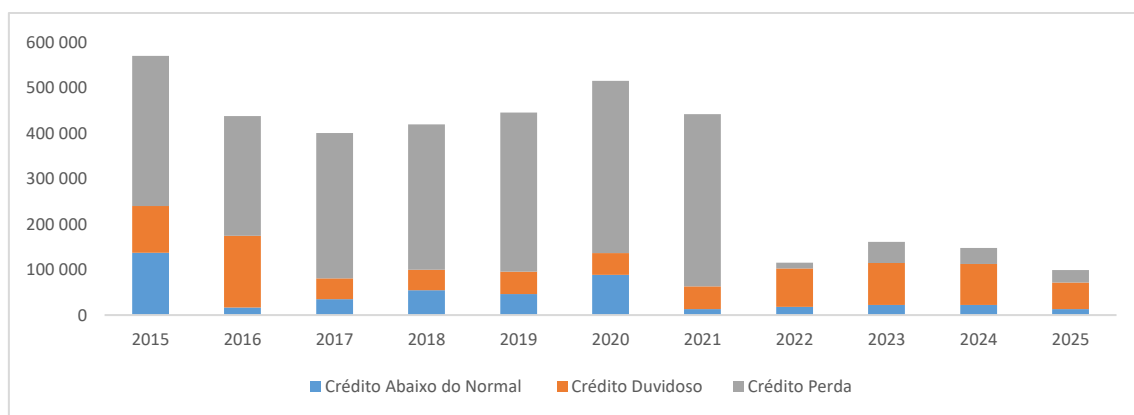
Gráfico 38 Evolução do CMP nos sectores



Fonte: BCSTP

Apesar da evolução favorável, a composição do CMP continua a justificar acompanhamento. Em 2025, o crédito classificado como duvidoso representava 59,2% do *stock* de CMP, correspondente a 58,4 milhões de Dobras, enquanto o crédito classificado como perda representava 27,8%, equivalente a 27,4 milhões de Dobras. O crédito abaixo do normal correspondia a 13,0%, ou 12,9 milhões de Dobras.

Gráfico 39 Distribuição de CMP do sector bancário por categoria de risco



Fonte: BCSTP

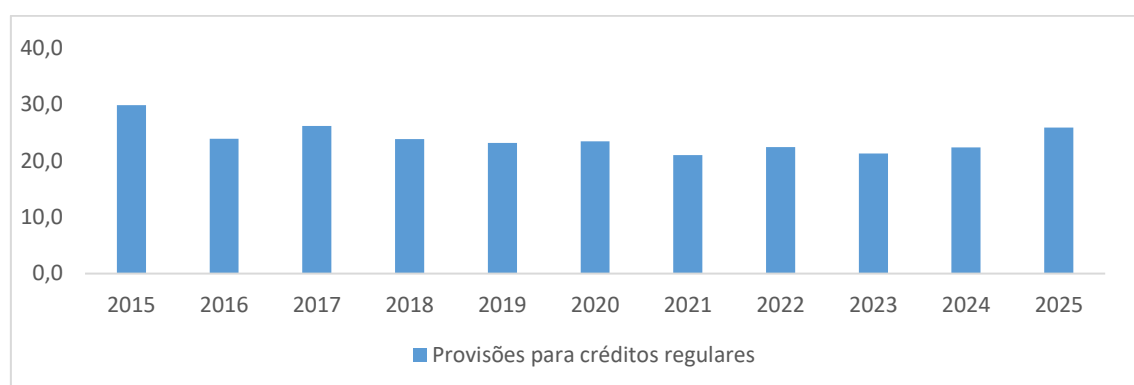
O crédito sob supervisão representava 0,9% da carteira, equivalente a 18,1 milhões de Dobras, tendo aumentado 1,2 milhões de Dobras no período. Este indicador deverá continuar a ser acompanhado, enquanto potencial sinal antecipado de deterioração da qualidade de determinados activos.

O rácio de cobertura do crédito malparado recuou em 2025, reflectindo a redução das provisões específicas, embora se mantenha em níveis prudentes.

As provisões específicas constituídas para cobertura do CMP totalizaram 67,0 milhões de Dobras, menos 38,9% do que em 2024. Em consequência, o rácio de cobertura do CMP diminuiu de 74,1% para 67,8%. Apesar desta redução, o nível de cobertura permanece relevante, devendo a sua evolução ser acompanhada em conjunto com a composição e antiguidade dos activos em incumprimento.

Adicionalmente, as provisões sobre crédito regular aumentaram 15,6%, para 25,9 milhões de Dobras, contribuindo para o reforço da cobertura da carteira de crédito. A evolução das provisões constitui um elemento relevante na avaliação da capacidade do sector para acomodar potenciais perdas de crédito, devendo ser analisada em conjunto com a qualidade dos activos e o perfil de risco da carteira.

Gráfico 40 Evolução das provisões para crédito regulares constituídas pelos bancos em milhões de Dobras



Fonte: BCSTP

Caixa 3 – Qualidade da carteira de crédito e cobertura por provisões: evolução entre 2024 e 2025

Evolução agregada

Em 2025, a carteira de crédito bruta das instituições em análise aumentou 39,0%, passando de 1.475,6 milhões para 2.051,5 milhões de Dobras, num contexto de forte expansão do financiamento, particularmente a entidades públicas e em operações com garantia do Estado. Em simultâneo, o stock de CMP diminuiu 33,2%, para 98,7 milhões de Dobras, determinando a redução do rácio de CMP de 10,0% para 4,8% da carteira de crédito.

A redução do rácio de CMP resultou da conjugação do crescimento da carteira de crédito com a diminuição efectiva do stock de CMP. Mantendo-se o stock de CMP ao nível de

2024, o aumento da carteira teria reduzido o rácio para cerca de 7,2%, explicando aproximadamente 2,8 pontos percentuais da redução observada. A diminuição do stock de CMP terá contribuído para a redução dos restantes 2,4 pontos percentuais. A redução do crédito vencido, de 67,6 milhões para 46,4 milhões de Dobras, constitui igualmente um sinal de melhoria da qualidade da carteira.

As provisões para CMP diminuíram 38,9%, de 109,6 milhões para 67,0 milhões de Dobras, uma redução superior à observada no stock de CMP. Em consequência, o rácio de cobertura do CMP por provisões diminuiu 6,3 pontos percentuais, de 74,1% para 67,8%. Esta evolução reflecte, por um lado, a regularização de créditos conjugada com o provável abate de operações classificadas como Perda, integralmente provisionadas, cuja eventual saída da carteira implica a correspondente redução das provisões e, por outro, a diminuição da cobertura do crédito classificado como Duvidoso, de 75,5% para 61,4%, sobretudo na instituição que concentra a maior parcela do CMP do sistema.

Apesar da redução do rácio de cobertura, o CMP líquido de provisões, correspondente à parcela do CMP não coberta por provisões, diminuiu de 2,6% para 1,5% da carteira de crédito bruta. Esta evolução reflecte a redução do stock de CMP e o crescimento da carteira, traduzindo uma menor exposição potencial dos fundos próprios a perdas associadas ao CMP.

Tabela 8 Indicadores de qualidade do crédito e de provisionamento

Indicador	2024	2025	Varição
Crédito bruto (milhões de Dobras)	1.475,6	2.051,5	+39,0%
CMP (milhões de Dobras)	147,9	98,7	-33,2%
Rácio de CMP (%)	10,0	4,8	-5,2 p.p.
Crédito vencido (milhões de Dobras)	67,6	46,4	-31,5%
Rácio de crédito vencido (%)	4,6	2,3	-2,3 p.p.
Provisões para CMP (milhões de Dobras)	109,6	67,0	-38,9%
Rácio de cobertura do CMP por provisões (%)	74,1	67,8	-6,3 p.p.
Provisões totais (milhões de Dobras)	131,8	93,2	-29,3%
CMP líquido de provisões (% do crédito bruto)	2,6	1,5	-1,0 p.p.

Fonte: BCSTP

Evolução histórica da cobertura

Numa perspectiva de mais longo prazo, o CMP líquido de provisões apresenta uma trajectória globalmente descendente, tendo diminuído de 6,6% da carteira de crédito em 2015 para 1,5% em 2025, o nível mais baixo da série. Esta evolução traduz a redução da

parcela do CMP não coberta por provisões e, conseqüentemente, da exposição potencial dos fundos próprios das instituições a perdas associadas a esta carteira.

O rácio de cobertura do CMP, por sua vez, oscilou entre 67,8% e 90,9% ao longo do período, reflectindo, entre outros factores, alterações na composição do CMP por categorias de risco. Em 2025, o rácio reduziu-se de 74,1% para 67,8%, situando-se no nível mais baixo da série, sobretudo em resultado da redução da cobertura do crédito classificado como Duvidoso, de 75,5% para 61,4%, e da diminuição do peso do crédito classificado como Perda, integralmente provisionado.

Não obstante esta redução, a cobertura do crédito Duvidoso permaneceu acima do mínimo regulamentar de 50%, enquanto a cobertura do crédito Abaixo do normal se manteve em 25,0%, em linha com o requisito aplicável. O crédito classificado como Perda permaneceu integralmente provisionado.

Tabela 9 Evolução do rácio de cobertura de CMP por provisão (em %)

Categoria de Risco	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Crédito Abaixo do Normal	25,3	26,4	25,0	27,6	53,5	26,5	25,0	48,7	45,4	25,1	25,0
Crédito Duvidoso	51,5	50,5	50,0	61,3	90,6	59,6	39,9	67,7	67,5	75,5	61,4
Crédito Perda	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total	77,9	79,4	87,8	86,4	87,6	83,7	90,9	68,3	73,8	74,1	67,8
CMP líquido de imparidade	6,6	5,6	3,0	3,3	3,3	4,8	2,6	2,6	2,4	2,6	1,5

Fonte: BCSTP

Composição por categoria de risco

A expansão da carteira concentrou-se essencialmente no crédito classificado como Normal, que aumentou 47,2%, passando a representar 94,3% do crédito bruto, face a 89,1% em 2024. Em paralelo, todas as categorias de CMP registaram reduções: o crédito Abaixo do normal diminuiu 42,3%, o crédito Duvidoso 35,4% e o crédito classificado como Perda 21,9%.

Os níveis de cobertura mantiveram-se em conformidade com os requisitos regulamentares, tendo a cobertura do crédito Duvidoso diminuído de 75,5% para 61,4%, embora permanecesse acima do mínimo de 50%.

O Crédito Sob supervisão aumentou 33,7%, para 18,1 milhões de Dobras. Embora represente uma parcela reduzida da carteira, esta evolução constitui um potencial sinal de

risco, na medida em que poderá antecipar alterações futuras na qualidade da carteira de crédito.

Tabela 10 Classificação do crédito e provisões por categoria de risco (milhões de Dobras e %)

Categoria de risco	2024			2025			Var. (%)
	Crédito bruto	Provisões	Cobertura (%)	Crédito bruto	Provisões	Cobertura (%)	
Normal	1.314,2	20,9	1,6	1.934,7	24,2	1,2	+47,2
Sob supervisão	13,6	1,4	10,0	18,1	2,0	11,3	+33,7
Abaixo do normal	22,3	5,6	25,1	12,9	3,2	25,0	-42,3
Duvidoso	90,5	68,3	75,5	58,4	35,9	61,4	-35,4
Perda	35,1	35,7	100,0	27,4	27,9	100,0	-21,9
Total	1.475,6	131,8	8,9	2.051,5	93,2	4,5	+39,0

Fonte: BCSTP

Análise por instituição

A redução do rácio de CMP foi observada de forma transversal às instituições analisadas, acompanhada, na maioria dos casos, por uma diminuição do CMP líquido de provisões. A estrutura da carteira de crédito registou igualmente alterações, com uma redução da concentração da actividade creditícia na principal instituição e um aumento da participação das restantes instituições. A evolução do provisionamento foi, contudo, diferenciada, com algumas instituições a reforçarem os respectivos níveis de cobertura, enquanto outras registaram reduções, num contexto de expansão das carteiras de crédito. No conjunto, esta evolução evidencia uma melhoria da qualidade dos activos, mas também uma heterogeneidade na cobertura do CMP e na dinâmica das carteiras, com diferentes níveis de materialização e exposição ao risco de crédito entre as instituições.

Tabela 11 Indicadores de qualidade do crédito (%)

Instituição	Rácio de CMP (%)		Cobertura do CMP (%)		CMP líquido (%)	
	2024	2025	2024	2025	2024	2025
Instituição bancária sistémica I	13,0	8,5	79,4	68,1	2,7	2,7
Instituição bancária sistémica II	4,4	2,6	63,6	68,2	1,6	0,8

Fonte: BCSTP

Implicações para a estabilidade financeira

A evolução da qualidade do crédito em 2025 foi globalmente favorável, reflectida na redução do CMP e do CMP líquido de provisões, constituindo um factor positivo para a resiliência do sector bancário.

Contudo, a forte expansão da carteira de crédito requer acompanhamento da qualidade das novas exposições, enquanto a redução do rácio de cobertura do CMP para 67,8% recomenda atenção à adequação das provisões face à evolução do risco de crédito.

Neste contexto, a evolução das provisões, das migrações entre categorias de risco e do Crédito Sob supervisão é relevante para a identificação atempada de potenciais riscos para a rendibilidade e a solvabilidade do sector bancário.

Neste contexto, a evolução das provisões, das migrações entre categorias de risco e do Crédito Sob supervisão é relevante para a identificação atempada de potenciais riscos para a rendibilidade e a solvabilidade do sector bancário.

A exposição soberana aumentou significativamente em 2025, atingindo cerca de 178% dos fundos próprios qualificados, reforçando a interligação entre o sector bancário e o Estado e a vulnerabilidade do sistema a eventuais choques na posição fiscal ou nas condições de financiamento soberano.

A exposição global do sector bancário ao soberano aumentou significativamente em 2025, passando de 1.180,1 milhões para 1.927,7 milhões de Dobras. Este valor inclui a exposição através de títulos de dívida pública, crédito directo e crédito garantido pelo Estado.

O aumento da exposição soberana ocorreu num contexto de expansão do balanço bancário, mas representa uma vulnerabilidade relevante devido ao potencial impacto que uma eventual deterioração da posição fiscal ou das condições de refinanciamento do Estado poderá exercer sobre os balanços das instituições bancárias. Em 2025, a exposição soberana correspondia a cerca de 178% dos fundos próprios qualificados, evidenciando a sua relevância para a avaliação dos riscos do sector.

Gráfico 41 Evolução dos activos de exposição soberana



Fonte: BCSTP

Caixa 4 – Emissões de Bilhetes e Obrigações do Tesouro em 2025

Na sequência da reestruturação da dívida pública interna realizada em 2024, que resultou na conversão de 96,4% dos Bilhetes do Tesouro (BT) em aberto, no montante de 781,3 milhões de Dobras, em Obrigações do Tesouro (OT) com maturidades de 3, 5 e 7 anos, o mercado primário de títulos de dívida pública registou um período de interrupção da actividade emissora.

A emissão de novos títulos foi retomada no segundo semestre de 2025. No segmento das OT, foi realizada uma única emissão, em Agosto, com maturidade de cinco anos, taxa de cupão de 7,07% e colocação de 49,0 milhões de Dobras, correspondente a 81,7% do montante oferecido de 60,0 milhões de Dobras.

No segmento dos BT, foram realizados dois leilões, em Setembro e Outubro, tendo sido colocados, no conjunto, 129,1 milhões de Dobras, face a uma oferta total de 150,0 milhões de Dobras, correspondendo a uma taxa de colocação de 86,0%. A taxa de juro média ponderada das emissões situou-se em 5,73%.

No conjunto do ano, foram colocados 178,1 milhões de Dobras em títulos de dívida pública, dos quais 49,0 milhões em OT e 129,1 milhões em BT. A retoma da actividade emissora contribuiu para a reactivação do mercado primário de dívida pública, após o período de ajustamento decorrente da reestruturação realizada em 2024.

Quadro X.1 – Emissão de Obrigações do Tesouro em 2025 (milhões de Dobras)

Tabela 12 Emissão de Obrigações do Tesouro em 2025 (milhões de Dobras)

ISIN	Data de emissão	Período de subscrição	Data de reembolso	Prazo	Taxa de cupão	N.º de partic.	Oferta	Colocação	Taxa de colocação
ST000A4EFC29	08/08/2025	06/08/2025 a 08/08/2025	08/08/2030	5 anos	7,07%	1	60,00	49,00	81,7%

Fonte: BCSTP

Tabela 13 Emissões de Bilhetes do Tesouro em 2025 (milhões de Dobras)

ID	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Tipo de leilão	N.º de partic.	Oferta	Colocação	Procura	Excesso de procura
STPBTES0031	18/09/2025	15/06/2026	6,73%*	Taxa variável (americano)	5	90,00	89,06	89,06	-1,05%
STPBTES0032	27/10/2025	27/10/2026	3,50%	Taxa fixa	1	60,00	40,00	40,00	-33,33%
Total 2025			5,73%*			150,00	129,06	129,06	-13,96%

* Média ponderada pelos montantes colocados.

Fonte: BCSTP

A estrutura das emissões caracterizou-se por uma procura relativamente concentrada e por montantes colocados inferiores aos inicialmente oferecidos.

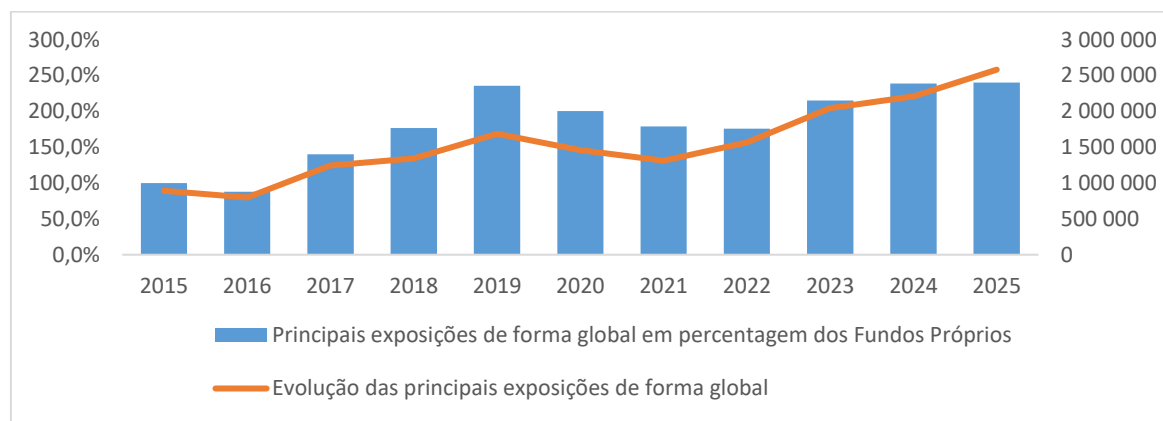
Do ponto de vista da estabilidade financeira, a evolução do mercado de títulos de dívida pública assume relevância no contexto da exposição do sistema financeiro ao soberano. A retoma das emissões e a estrutura da procura constituem, assim, elementos a acompanhar no âmbito da análise do nexo soberano-financeiro, em particular quanto à evolução da concentração das exposições e às condições de financiamento no mercado doméstico.

O acompanhamento da evolução do mercado primário e do desenvolvimento do mercado secundário de títulos de dívida pública continuará a constituir um elemento relevante da monitorização Macroprudencial, tendo em vista a avaliação das potenciais interligações entre as condições de financiamento do Estado e a estabilidade do SF.

A concentração do crédito aumentou em 2025, reflectindo o crescimento da exposição aos grandes devedores e o agravamento da concentração sectorial da carteira, elevando a vulnerabilidade do sector bancário a perdas em exposições de maior dimensão.

A concentração da exposição junto de grandes devedores também aumentou. A exposição a grandes devedores atingiu 2.582,4 milhões de Dobras, mais 16,8% do que em 2024, passando a representar cerca de 2,4 vezes os fundos próprios qualificados, contra 2,1 vezes no período anterior. A evolução evidencia que a exposição dos bancos aos principais devedores aumentou a um ritmo superior ao crescimento dos fundos próprios qualificados.

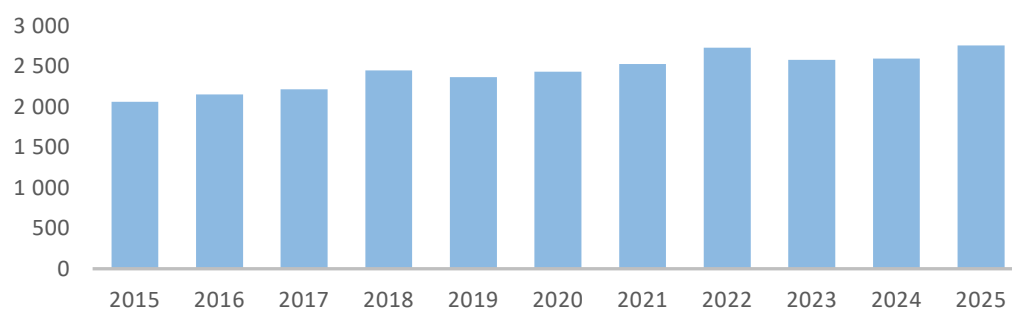
Gráfico 42 Nível global de concentração dos maiores devedores



Fonte: BCSTP

O índice de Herfindahl-Hirschman (IHH) relativo à concentração sectorial do crédito aumentou de 2.597 para 2.758, sinalizando um ligeiro agravamento da concentração da carteira por actividade económica. Esta evolução reforça a importância da monitorização dos riscos de concentração e da capacidade das instituições para absorver potenciais perdas associadas a exposições de maior dimensão.

Gráfico 43 Índice IHH mede a concentração de crédito por sector



Fonte: BCSTP

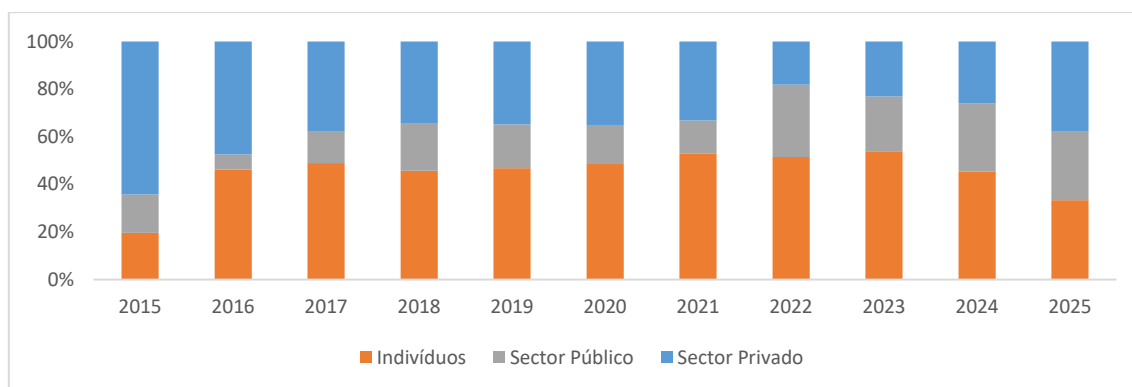
A carteira de crédito registou uma alteração significativa da sua composição, com o forte crescimento do financiamento às empresas privadas e às entidades públicas. Esta evolução reduziu o peso relativo do crédito às famílias e reforçou a exposição

aos sectores empresarial e público, evidenciando mudanças no perfil de concentração do risco de crédito.

A estrutura da carteira de crédito registou alterações significativas em 2025. O crédito às empresas privadas aumentou 103,3%, atingindo 777,1 milhões de Dobras e passando a representar 37,9% da carteira, contra 25,9% em 2024.

O crédito às entidades públicas aumentou 39,5%, para 589,9 milhões de Dobras, representando 28,8% da carteira. Por seu lado, o crédito às famílias aumentou apenas 2,1%, para 684,5 milhões de Dobras, tendo o seu peso relativo diminuído de 45,4% para 33,4%, em resultado do crescimento mais acelerado das restantes componentes da carteira.

Gráfico 44 Estrutura de crédito por sector económico



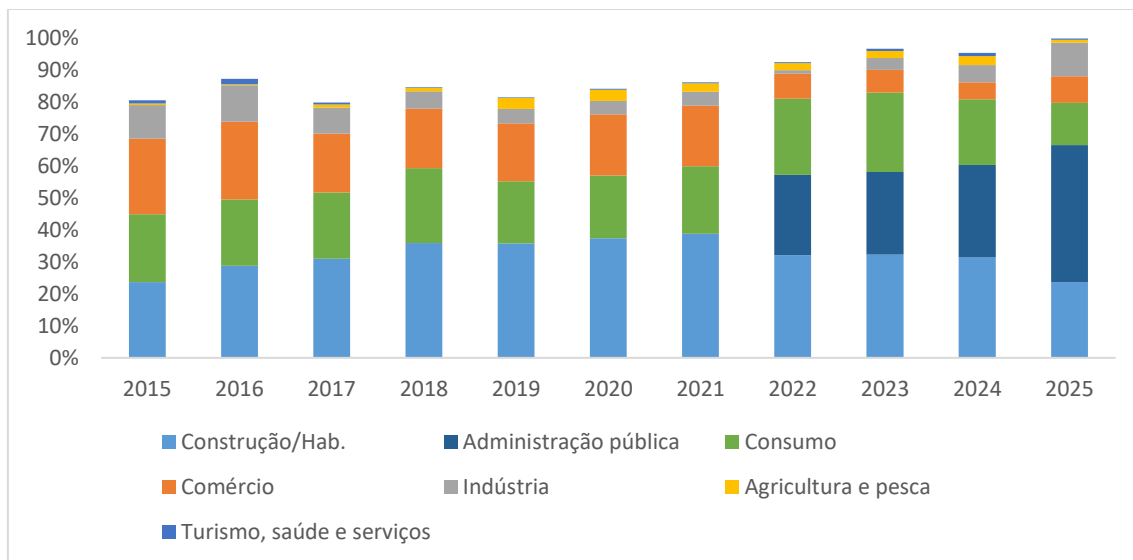
Fonte: BCSTP

Por actividade económica, a construção e habitação continuaram a representar a maior componente, com 485,1 milhões de Dobras, correspondentes a 23,7% da carteira, embora o seu peso tenha diminuído face aos 31,4% observados em 2024.

O crédito à indústria aumentou de 80,7 milhões para 216,6 milhões de Dobras, passando a representar 10,6% da carteira. O crédito ao comércio aumentou de 78,2 milhões para 169,0 milhões de Dobras, correspondendo a 8,2%. Em sentido contrário, o crédito à agricultura e pescas diminuiu de 41,6 milhões para 18,3 milhões de Dobras, reduzindo o seu peso de 2,8% para 0,9%.

O crédito ao consumo manteve-se relativamente estável em termos absolutos, embora o seu peso na carteira tenha diminuído de 20,6% para 13,3%, em virtude do crescimento das restantes componentes.

Gráfico 45 Estrutura de crédito por sector de actividade



Fonte: BCSTP

Os depósitos do sector bancário cresceram 14,4% em 2025, invertendo a contracção registada no ano anterior. Esta evolução foi impulsionada sobretudo pelos depósitos das sociedades não financeiras, que reforçaram o seu peso na estrutura de financiamento do sector. Contudo, a elevada concentração em depósitos à ordem mantém-se como uma característica relevante da estrutura de captação.

Os depósitos totais do sector bancário aumentaram 14,4% em 2025, atingindo 4.199,9 milhões de Dobras, invertendo a redução de 4,6% observada em 2024. Os depósitos à ordem aumentaram 13,2%, para 3.683,7 milhões de Dobras, representando 87,7% do total. Os depósitos a prazo, de poupança e outras modalidades aumentaram 23,8%, para 516,2 milhões de Dobras, correspondentes a 12,3% do total.

Gráfico 46 Evolução dos depósitos colectados

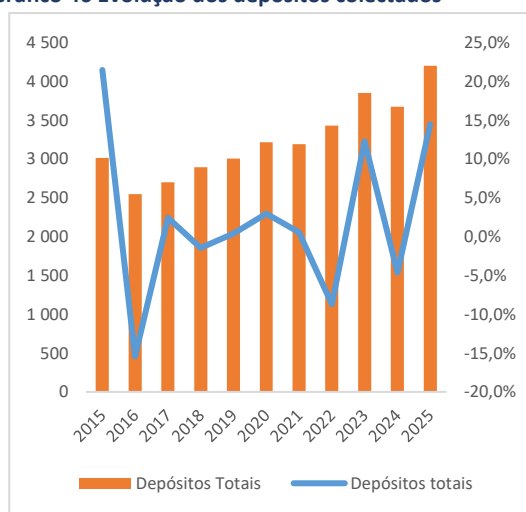
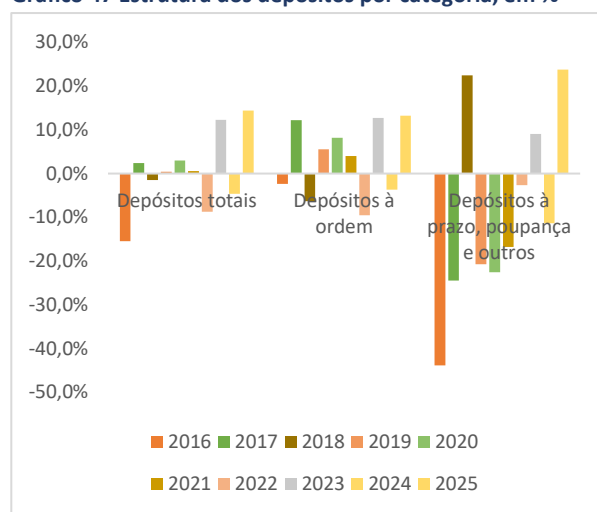
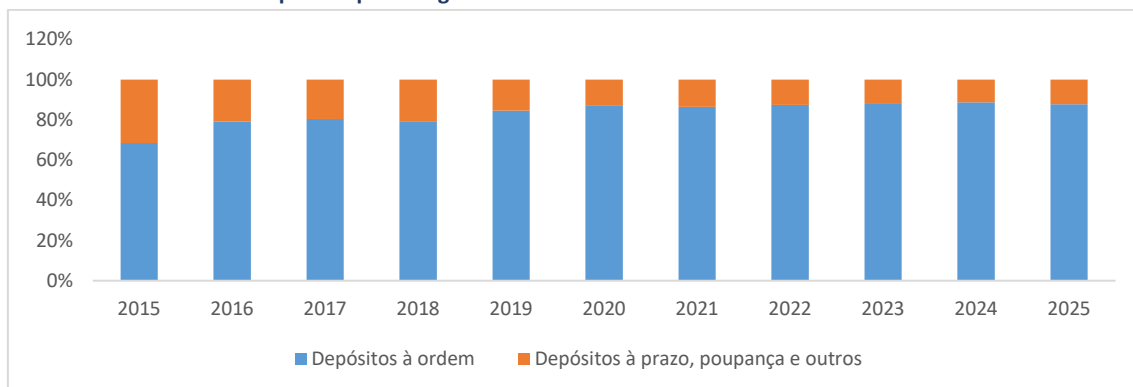


Gráfico 47 Estrutura dos depósitos por categoria, em %



Fonte: BCSTP

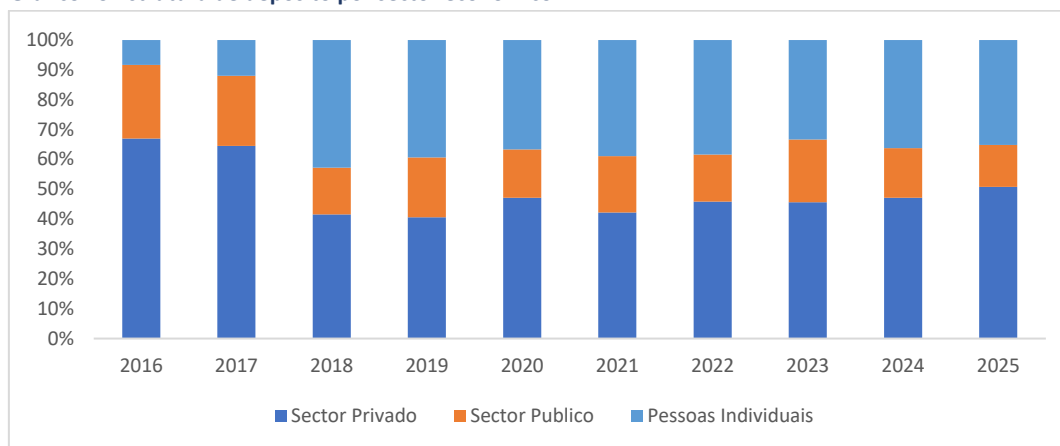
Gráfico 48 Estrutura dos depósitos por categoria



Fonte: BCSTP

Por sector económico, o sector privado (sociedades não financeiras) reforçou significativamente a sua posição, com os respectivos depósitos a aumentarem para 2 133,9 milhões de Dobras (+23,3%), passando a representar 50,8% do total de depósitos, contra 47,2% em 2024. Os depósitos das famílias (pessoas individuais) aumentaram de forma mais moderada, para 1 473,5 milhões de Dobras (+10,9%), reduzindo o seu peso relativo para 35,1% (36,2% em 2024). Os depósitos do sector público recuaram ligeiramente, para 592,5 milhões de Dobras (-2,9%), passando a representar 14,1% do total, contra 16,6% em 2024.

Gráfico 49 Estrutura de depósito por sector económico

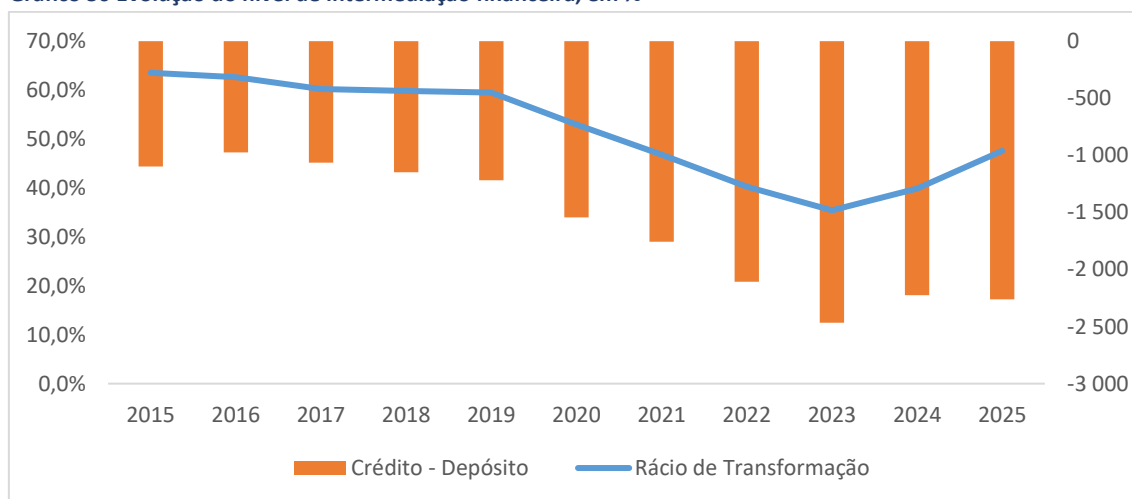


Fonte: BCSTP

Aceleração do crédito face aos depósitos eleva o rácio de transformação, sem pressionar a liquidez do Sistema.

O rácio de transformação (crédito sobre depósitos) aumentou de forma expressiva em 2025, de 39,9% para 47,6% (+7,7 p.p.), reflectindo o crescimento muito mais acelerado da carteira de crédito (+39,0%) do que dos depósitos captados (+14,4%). O gap comercial (diferença entre crédito e depósitos) alargou-se para cerca de 2 260,6 milhões de Dobras, face a 2 225,1 milhões em 2024.

Gráfico 50 Evolução do nível de intermediação financeira, em %



Fonte: BCSTP

O aumento do rácio de transformação traduz uma utilização mais intensa da capacidade de intermediação financeira do sector bancário, num contexto de recuperação da procura de crédito, nomeadamente por parte do sector empresarial privado e do sector público.

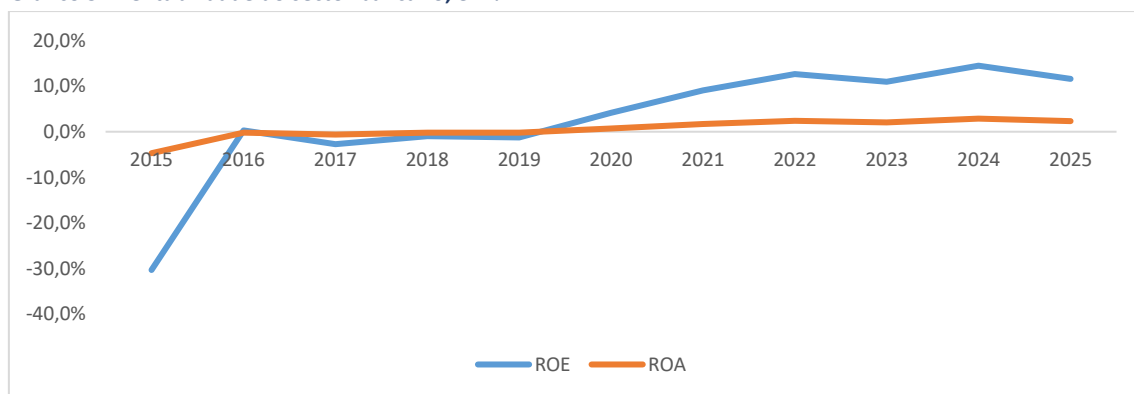
Apesar desta evolução, o rácio de transformação permanece em níveis historicamente baixos, pelo que o sector bancário continua a dispor de uma margem de liquidez relevante face às suas responsabilidades.

Assim, os indicadores disponíveis não evidenciam uma pressão imediata sobre a liquidez do sistema. Contudo, a aceleração do crédito relativamente aos depósitos constitui uma tendência que deverá continuar a ser acompanhada, sobretudo em caso de alteração das condições de financiamento ou de aumento das necessidades de liquidez das instituições.

A rentabilidade do sector bancário diminuiu em 2025, pressionada pelo aumento das despesas de exploração e pela deterioração da eficiência operacional. Apesar da evolução favorável do custo do risco de crédito e do contributo positivo da margem complementar, o resultado líquido recuou 7,6%. Esta evolução poderá limitar a capacidade de geração interna de capital e, consequentemente, a capacidade de absorção de perdas do sector.

A rentabilidade do sector bancário registou uma redução em 2025, após os níveis elevados observados no ano anterior. A rentabilidade do sector bancário registou uma moderação em 2025, com Rentabilidade do Activo (ROA) a diminuir de 2,9% para 2,3% e a Rentabilidade dos Capitais Próprios (ROE) de 14,5% para 11,6%

Gráfico 51 Rentabilidade do sector bancário, em %

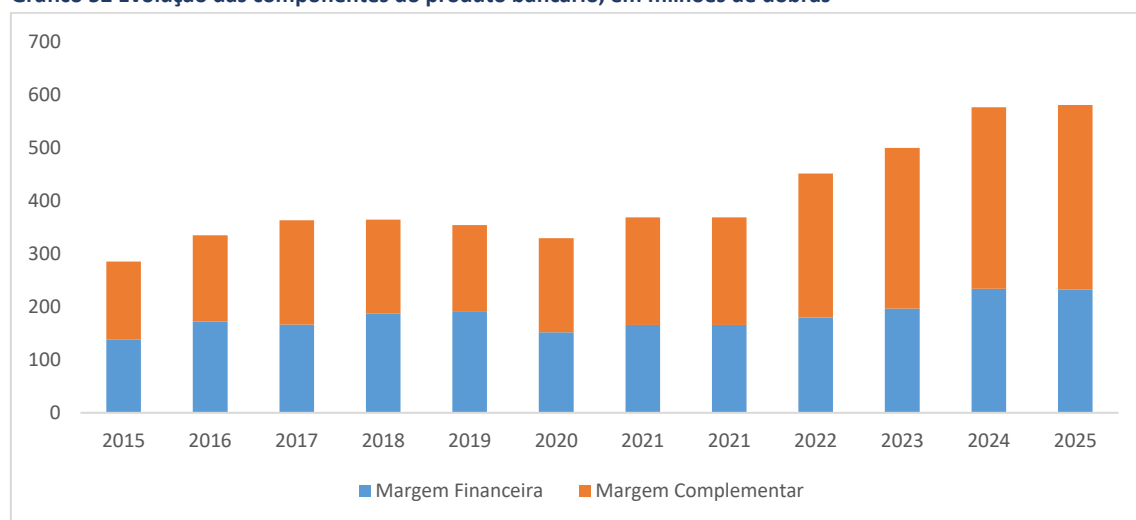


Fonte: BCSTP

O produto bancário manteve-se praticamente estável, atingindo 581,6 milhões de Dobras, correspondente a um aumento de 0,8% face aos 577,1 milhões de Dobras registados em 2024. A evolução resultou de um ligeiro recuo da margem financeira, de 0,5%, para 233,3 milhões de Dobras, compensado pelo crescimento de 1,6% da margem complementar, para 348,3 milhões de Dobras.

A margem complementar reforçou ligeiramente o seu peso no produto bancário, passando de 59,4% para 59,9%, mantendo-se como a principal componente da receita do sector.

Gráfico 52 Evolução das componentes do produto bancário, em milhões de dobras



Fonte: BCSTP

Em contraste com a relativa estabilidade do produto bancário, as despesas de exploração aumentaram 11,7%, para 371,8 milhões de Dobras, reflectindo sobretudo o crescimento das despesas administrativas e com pessoal associado à expansão da actividade.

Em consequência, o rácio cost-to-income aumentou de 54,2% para 63,9%, correspondendo a um acréscimo de 9,7 pontos percentuais. A evolução deste indicador evidencia uma redução da eficiência operacional do sector e constitui uma fonte de pressão sobre a capacidade de geração de resultados. A sua persistência poderá limitar a capacidade das instituições para reforçar os fundos próprios através da retenção de resultados.

Gráfico 53 Despesa de exploração em milhões de

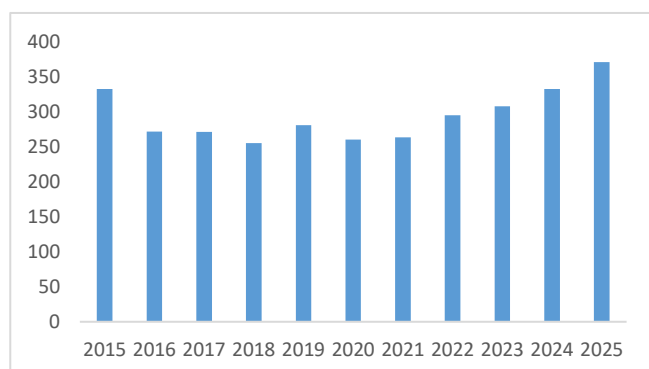
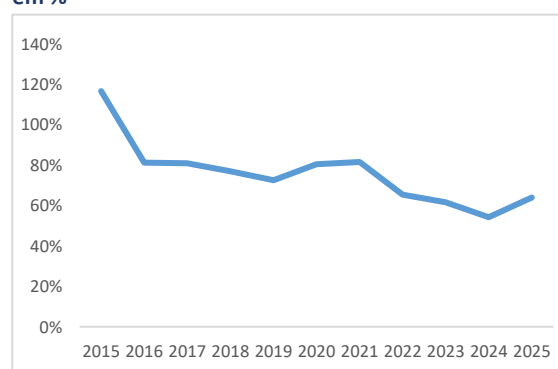


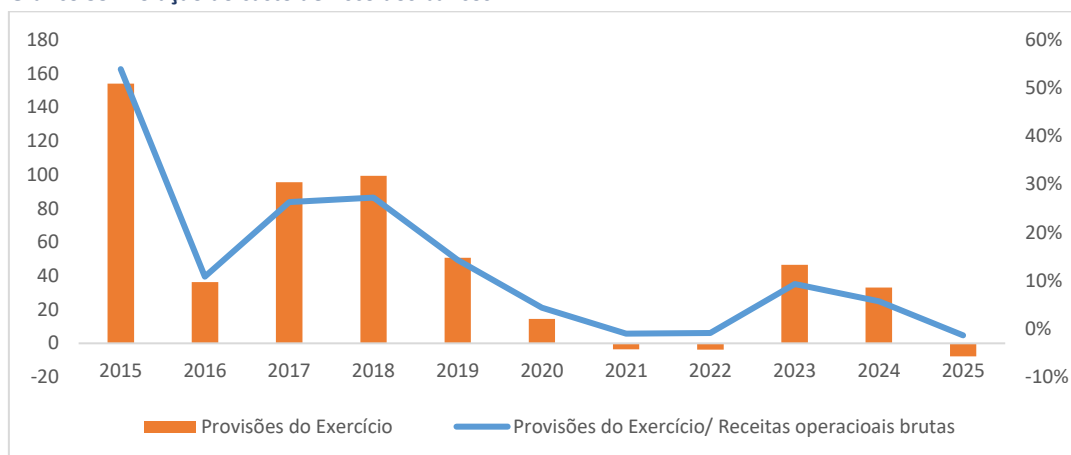
Gráfico 54 Dobras Coeficiente de eficiência bancária, em %



O custo do risco de crédito apresentou uma evolução favorável. Após um encargo líquido de provisões de 33,0 milhões de Dobras em 2024, equivalente a 5,7% das receitas operacionais brutas, o sistema registou uma reversão líquida de provisões de 7,8 milhões de Dobras em 2025, equivalente a -1,3% das receitas operacionais brutas.

Esta evolução reflectiu a melhoria da qualidade da carteira de crédito e a consequente libertação de provisões anteriormente constituídas.

Gráfico 55 Evolução do custo de risco dos bancos



Fonte: BCSTP

Apesar do efeito positivo decorrente da reversão de provisões e do contributo favorável da margem complementar, o resultado líquido do sector bancário diminuiu 7,6%, passando de 153,6 milhões para 141,9 milhões de Dobras.

A evolução da margem complementar, que registou um crescimento de 1,6% e manteve o seu peso como principal componente do produto bancário, contribuiu para atenuar a pressão sobre a rentabilidade. Contudo, este efeito positivo não foi suficiente para compensar o aumento das despesas de exploração e a consequente deterioração do *cost-to-income*, que condicionaram a capacidade de geração de resultados do sector.

Esta evolução deverá ser acompanhada, tendo em consideração o seu potencial impacto sobre a capacidade de geração interna de capital e, consequentemente, da capacidade de absorção de perdas do sector.

Gráfico 56 Evolução do resultado líquido dos bancos

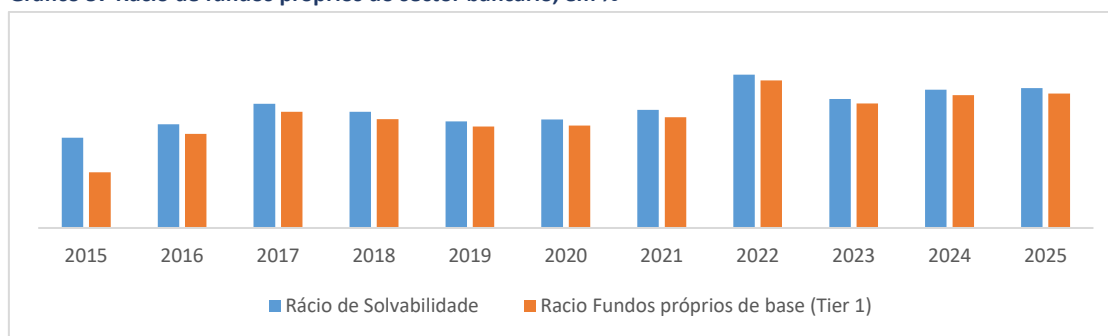


Fonte: BCSTP

Os fundos próprios do sector bancário registaram um ligeiro reforço em 2025, mantendo os rácios de solvabilidade significativamente acima dos mínimos regulamentares. Esta posição constitui um importante factor de mitigação dos riscos, reforçando a capacidade do sector para absorver perdas e enfrentar choques adversos.

Os rácios de fundos próprios do sector bancário mantiveram-se em níveis confortáveis em 2025. O rácio de fundos próprios qualificados aumentou ligeiramente de 37,0% para 37,5%, enquanto o rácio de fundos próprios de base (*Tier 1*) passou de 35,6% para 36,0%. Ambos permaneceram significativamente acima dos mínimos regulamentares.

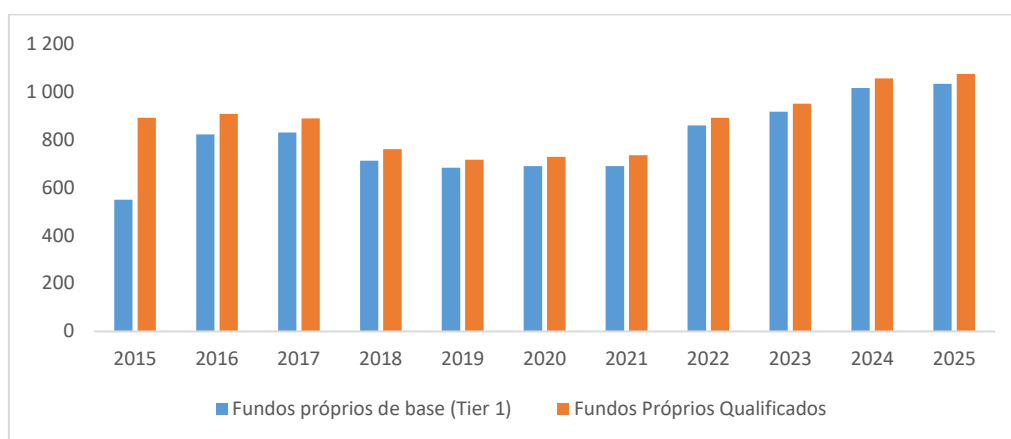
Gráfico 57 Rácio de fundos próprios do sector bancário, em %



Fonte: BCSTP

Os fundos próprios de base (*Tier 1*) aumentaram de 1.015,6 milhões para 1.032,9 milhões de Dobras, enquanto os fundos próprios qualificados totais passaram de 1.055,6 milhões para 1.074,6 milhões de Dobras. A evolução reflecte a continuidade da geração orgânica de capital através da retenção de resultados, embora a um ritmo mais moderado, em linha com a redução da rentabilidade do sector.

Gráfico 58 Fundos próprios prudenciais dos bancos em milhões de dobras

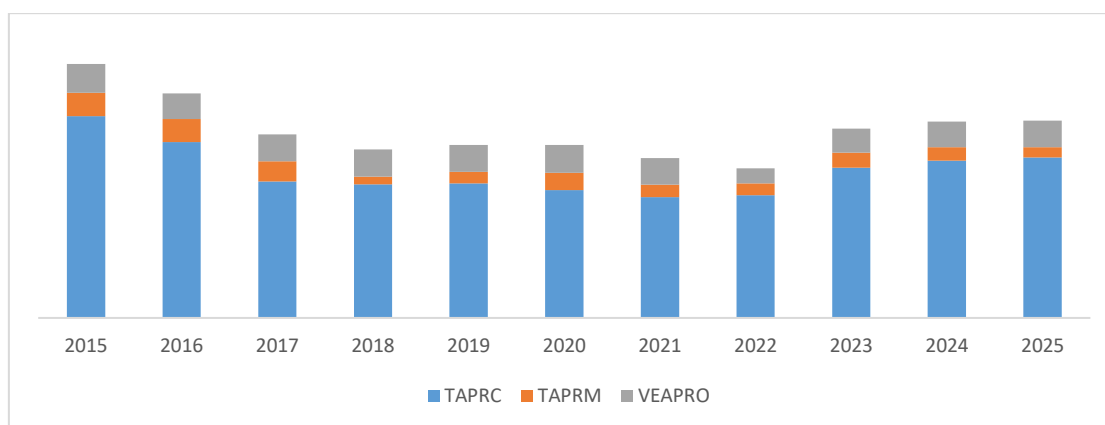


Fonte: BCSTP

Os activos ponderados pelo risco mantiveram-se praticamente estáveis, passando de 2.853,1 milhões para 2.866,7 milhões de Dobras, correspondente a um crescimento de 0,5%. Este crescimento foi significativamente inferior ao aumento do activo total do sector, de 15,6%, resultando numa redução da proporção dos activos ponderados pelo risco no activo total.

Por componente, os activos ponderados pelo risco de crédito aumentaram de 2.284,7 milhões para 2.329,0 milhões de Dobras, enquanto os activos ponderados pelo risco de mercado diminuíram de 193,8 milhões para 152,0 milhões de Dobras.

Gráfico 59 Estrutura dos activos ponderados pelo risco em milhões de Dobras



Fonte: BCSTP

A posição de capital constitui, assim, um importante factor de mitigação dos riscos identificados. Contudo, a sua capacidade de absorção de perdas deverá ser avaliada não

apenas em função dos rácios observados, mas também considerando a evolução das exposições de risco, da rentabilidade, da concentração e das condições macrofinanceiras.

O sector bancário demonstra uma capacidade significativa de absorção de choques macrofinanceiros, mantendo os rácios de capital acima dos mínimos prudenciais, mesmo nos cenários adversos. Contudo, a elevada exposição soberana e a concentração do crédito constituem vulnerabilidades que podem amplificar os efeitos de choques severos.

O Banco Central de São Tomé e Príncipe realizou um exercício de teste de esforço macroprudencial com base nos dados relativos ao exercício económico de 2025 do sector bancário, com o objectivo de avaliar a capacidade das instituições bancárias para absorver diferentes choques macroeconómicos e financeiros.

O exercício considerou três cenários com diferentes graus de severidade:

- i. cenário de base, alinhado com as projecções macroeconómicas do BCSTP;
- ii. cenário severo, caracterizado por uma deterioração significativa, mas plausível, das condições macroeconómicas; e
- iii. cenário extremo, correspondente à materialização simultânea de choques macroeconómicos e financeiros adversos, com forte contracção da actividade económica.

No cenário de base, a recuperação gradual da actividade económica, associada à implementação das reformas estruturais, nomeadamente no sector energético, contribuiria para a manutenção de condições macrofinanceiras relativamente favoráveis. Neste cenário, a economia nacional deverá crescer 0,4% em 2026 e 1,9% em 2027.

Neste cenário, a taxa média de CMP dos bancos permaneceria próxima de 4,5% no período de 2025 a 2027. Paralelamente, a evolução das margens financeira e complementar contribuiria para sustentar a rentabilidade do sector. Neste contexto, os bancos manteriam níveis confortáveis de capital prudencial, com um rácio médio de solvabilidade de cerca de 37,7% e um rácio médio de *Tier 1* de 36,2% até ao final de 2027.

No cenário severo, a deterioração das condições macroeconómicas afectaria a capacidade de pagamento das famílias e das empresas, conduzindo a um aumento significativo do

CMP. A taxa média de CMP aumentaria de 4,8% em 2025 para 16,2% em 2027. A deterioração da qualidade dos activos implicaria um aumento das necessidades de provisão e, simultaneamente, uma redução da capacidade de geração interna de capital.

A materialização deste choque implicaria um aumento das necessidades de provisão, em resultado da maior exposição ao risco de crédito, ao mesmo tempo que a deterioração dos principais componentes da demonstração de resultados condicionaria a capacidade de geração interna de capital. Neste contexto, entre 2025 e 2027, o rácio médio de solvabilidade registaria uma redução de aproximadamente 570 pontos-base, enquanto o rácio médio de Tier 1 diminuiria cerca de 583 pontos-base. Apesar desta deterioração, a posição de capital permaneceria em níveis relativamente elevados.

No cenário extremo, a forte contracção da actividade económica projectada conduziria a uma deterioração mais acentuada da situação financeira das famílias e das empresas não financeiras, com efeitos sobre a qualidade dos activos bancários. Neste cenário, a taxa média de CMP aumentaria para 6,3% em 2026 e 17,4% em 2027.

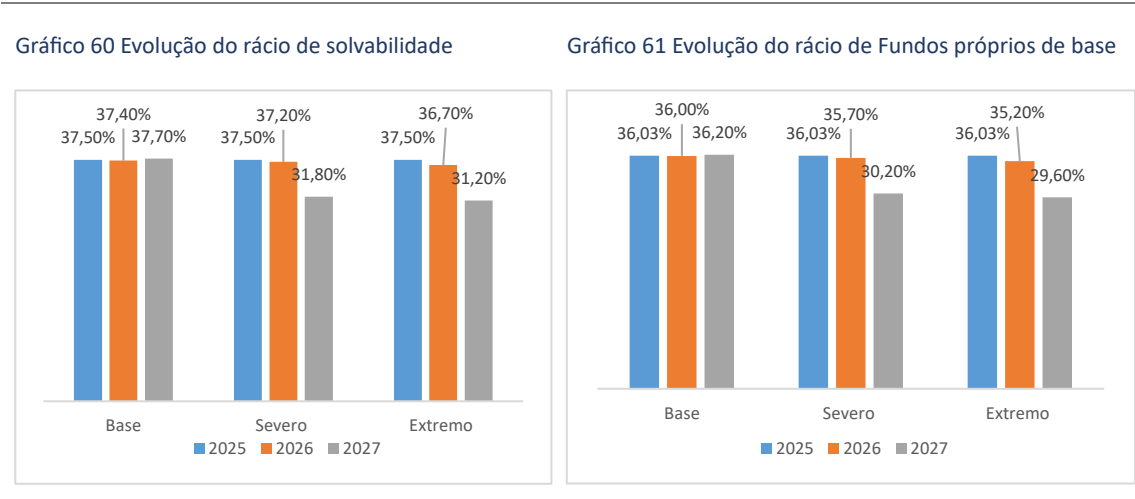
O aumento do custo do risco, conjugado com a contracção das margens de juros e das comissões em 2026, traduzir-se-ia numa redução significativa do resultado líquido das instituições bancárias. Embora a recuperação da actividade económica em 2027 permitisse uma melhoria parcial da rentabilidade, os indicadores de capital continuariam a deteriorar-se, com o rácio médio de solvabilidade a atingir 31,2% em 2027 e o segundo indicador reportado a situar-se em 29,6%.

De forma agregada, os resultados do exercício evidenciam que o sector bancário dispõe de uma capacidade significativa de absorção de choques adversos. Mesmo perante cenários de deterioração substancial da actividade económica e de aumento significativo do CMP, os indicadores de capital permanecem acima dos requisitos prudenciais mínimos vigentes. Contudo, a redução dos níveis de solvabilidade nos cenários adversos evidencia que a capacidade de absorção de choques, embora relevante, não é ilimitada. A magnitude dos efeitos depende, em particular, da intensidade e duração dos choques, da evolução da qualidade dos activos, do custo do risco e da capacidade das instituições para gerar capital internamente.

Os resultados do teste de esforço devem, por conseguinte, ser interpretados em conjunto com as vulnerabilidades estruturais identificadas no sistema financeiro. Entre estas

destaca-se a elevada exposição do sector bancário à dívida soberana, correspondente a 178% dos fundos próprios qualificados em 2025, bem como a concentração sectorial da carteira de crédito. Estas características podem constituir canais de amplificação de choques e reforçam a importância da avaliação conjunta dos riscos de crédito, concentração e interligação entre o sector bancário e o sector público.

Neste contexto, o teste de esforço constitui um instrumento relevante da política macroprudencial, ao permitir avaliar a capacidade do sector bancário para absorver choques, identificar vulnerabilidades e avaliar a adequação dos níveis de capital perante diferentes cenários macrofinanceiros. Os resultados suportam a importância da manutenção de níveis adequados de fundos próprios e do acompanhamento dos riscos de crédito, concentração e interligação entre o sector bancário e o sector público.



Fonte: BCSTP

2.4.2 Riscos relacionados com o Sector Segurador

Reduzida dimensão do sector segurador limita o seu risco sistémico directo, embora a elevada concentração e a reduzida diversificação constituam vulnerabilidades estruturais.

O sector segurador santomense apresenta reduzida dimensão e elevada concentração, sendo constituído por apenas duas seguradoras. Estas características limitam a diversificação dos riscos e aumentam a exposição das instituições a choques específicos, constituindo uma vulnerabilidade estrutural do sector.

Em 2025, a produção global de seguros atingiu 81,66 milhões de Dobras, representando menos de 1% do PIB e cerca de 3% dos activos do Sistema Financeiro Nacional. A reduzida penetração do seguro, de 0,71%, evidencia a limitada intermediação seguradora na economia, reduzindo, por um lado, a relevância directa do sector para o risco sistémico, mas podendo limitar, por outro, a capacidade de diversificação e mutualização de riscos.

Neste contexto, o principal risco para a estabilidade financeira associado ao sector segurador decorre da concentração da actividade e da reduzida escala do mercado, factores que podem condicionar a capacidade das seguradoras para absorver choques adversos e acomodar perdas inesperadas.

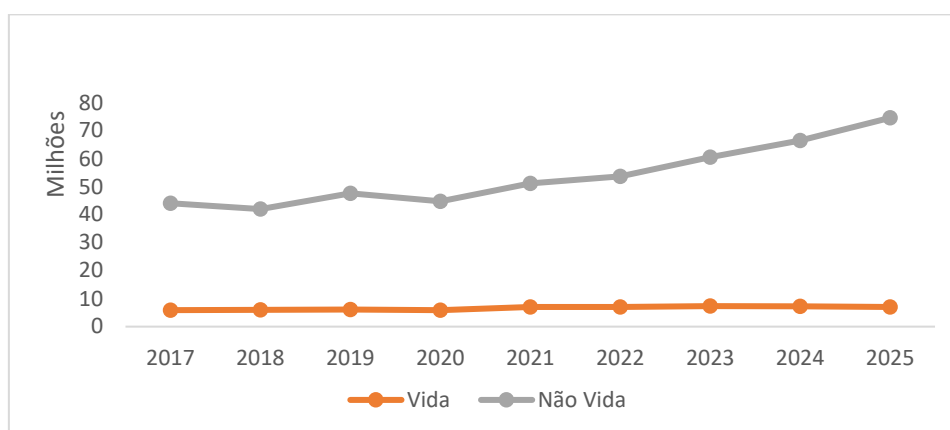
A sua reduzida dimensão constitui, contudo, um factor de mitigação do risco sistémico directo, dada a limitada interligação e o peso relativamente reduzido do sector no Sistema Financeiro Nacional.

Assim, o sector segurador apresenta risco sistémico directo limitado, permanecendo, contudo, relevantes os riscos associados à concentração, à reduzida diversificação da carteira e à capacidade de absorção de choques específicos, com potenciais implicações para a sua solidez financeira

A actividade seguradora manteve uma trajectória de recuperação em 2025, impulsionada pelo ramo não vida, embora a reduzida penetração e o fraco dinamismo do ramo vida continuem a limitar a diversificação do sector.

Em 2025, os prémios brutos emitidos aumentaram 10,7%, atingindo 81,66 milhões de Dobras. O crescimento foi determinado essencialmente pelo ramo não vida, cujos prémios aumentaram 12,2%, enquanto o ramo vida registou uma redução de 3%.

Gráfico 62 Evolução de Prémios Brutos



Fonte: BCSTP

A produção do ramo não vida atingiu 74,6 milhões de Dobras. O crescimento foi impulsionado principalmente pelos seguros de acidentes e doença e pelo seguro automóvel, com aumentos de 24% e 18%, respectivamente.

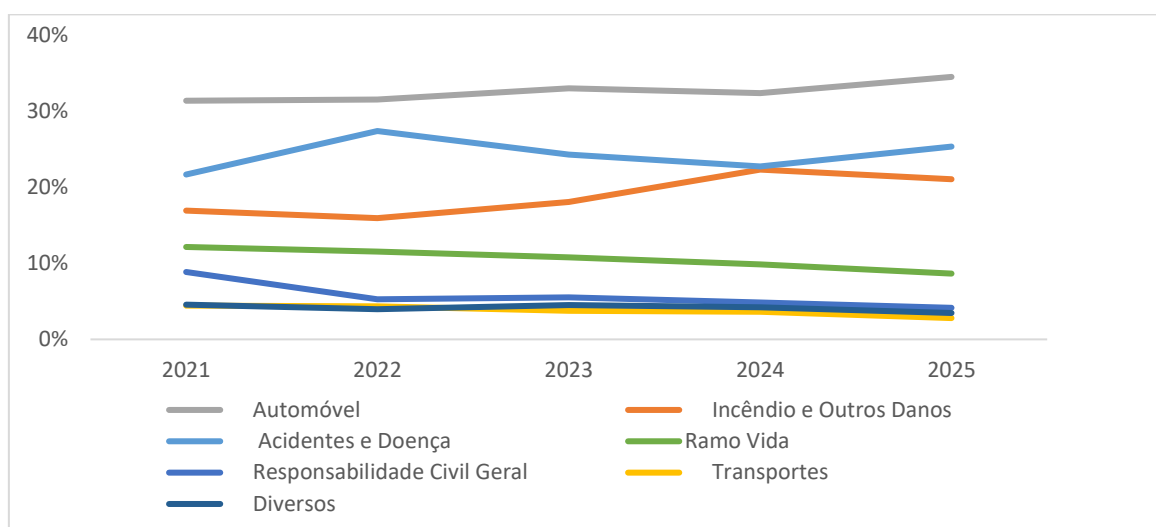
No ramo vida, os prémios brutos diminuíram 3% face ao ano anterior, mantendo-se a produção praticamente estável ao longo dos últimos anos.

A evolução dos prémios evidencia uma recuperação gradual da actividade seguradora, mas a reduzida taxa de penetração e o fraco dinamismo do ramo vida continuam a limitar a diversificação da actividade e a contribuição do sector para a protecção financeira das famílias e empresas.

A elevada concentração da carteira em poucos ramos mantém-se como uma vulnerabilidade estrutural do sector segurador.

O seguro automóvel manteve-se como o principal segmento do mercado segurador, com 28,18 milhões de Dobras em prémios brutos, correspondentes a um aumento de 18% face ao ano anterior.

Gráfico 63 Estrutura da carteira



Fonte: BCSTP

O seguro de acidentes e doença constituiu o segundo maior segmento, com 20,71 milhões de Dobras, representando 25,4% da carteira. O seguro de incêndio e outros danos constituiu o terceiro principal segmento, com 17,19 milhões de Dobras, equivalentes a 21,1% da carteira.

A concentração da produção nos seguros automóvel, acidentes e doença e incêndio e outros danos evidencia uma reduzida diversificação da actividade seguradora. Esta característica constitui uma vulnerabilidade estrutural, uma vez que choques que afectem determinados ramos poderão produzir efeitos relativamente significativos sobre os resultados técnicos das seguradoras. A evolução da concentração deverá, por conseguinte, ser considerada em conjunto com a sinistralidade, a adequação das provisões técnicas e a capacidade de cobertura dos riscos assumidos.

O aumento da sinistralidade em 2025 reforçou a pressão sobre os resultados técnicos do sector segurador.

Os custos com sinistros aumentaram 22% em 2025, atingindo 28,95 milhões de Dobras. O aumento foi determinado principalmente pelos ramos de acidentes e doença e automóvel, cujos custos com sinistros aumentaram 40% e 21%, respectivamente. Os pagamentos de indemnizações atingiram 25,73 milhões de Dobras, correspondendo a um aumento de 22% face ao ano anterior. O seguro automóvel continuou a representar a

modalidade com maior volume de indemnizações, seguido pelo seguro de acidentes e doença.

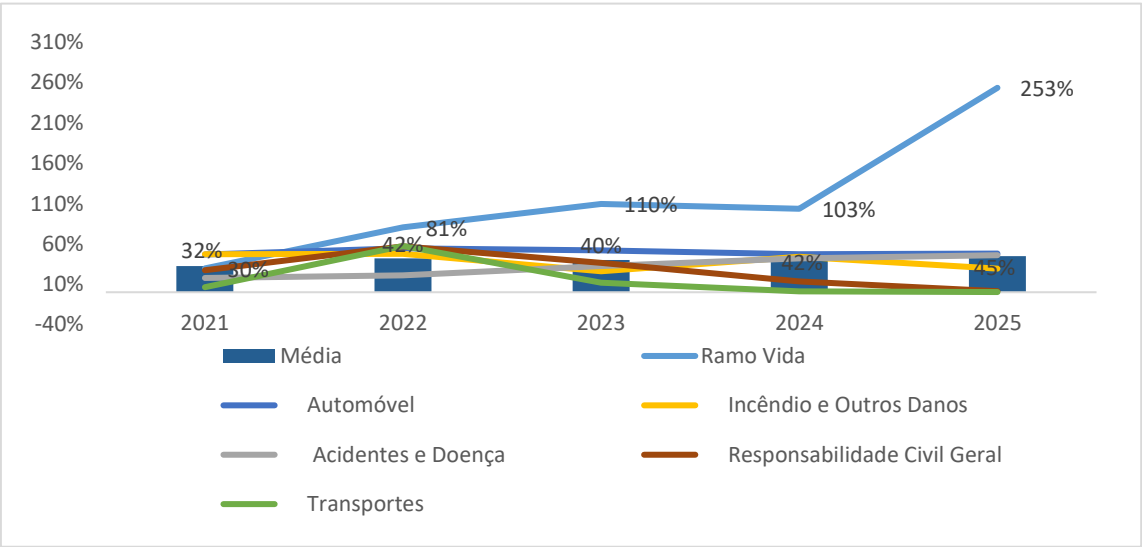
Tabela 14 Indemnizações pagas

(MILHÕES)	2021	2022	2023	2024	2025	VARIAÇÃO
ACIDENTE E DOENÇA	1,72	2,63	4,43	5,92	8,32	40,6%
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	0,71	2,33	1,86	3,93	4,14	5,3%
AUTOMÓVEL	5,38	6,50	8,35	8,63	9,24	7%
TRANSPORTE MARÍTIMO	0,13	1,25	0,0	0,024	0	-----
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	0,77	0,37	0,25	0,41	0,04	-90,3%
RAMO VIDA	1,99	1,63	2,42	2,15	3,99	85,8%
T O T A L	10,70	14,70	17,31	21,06	25,73	21,1%

Fonte: BCSTP

A taxa média de sinistralidade do sector atingiu 45% em 2025, mais 3 pontos percentuais do que no ano anterior.

Gráfico 64 Taxa de Sinistralidade



Fonte: BCSTP

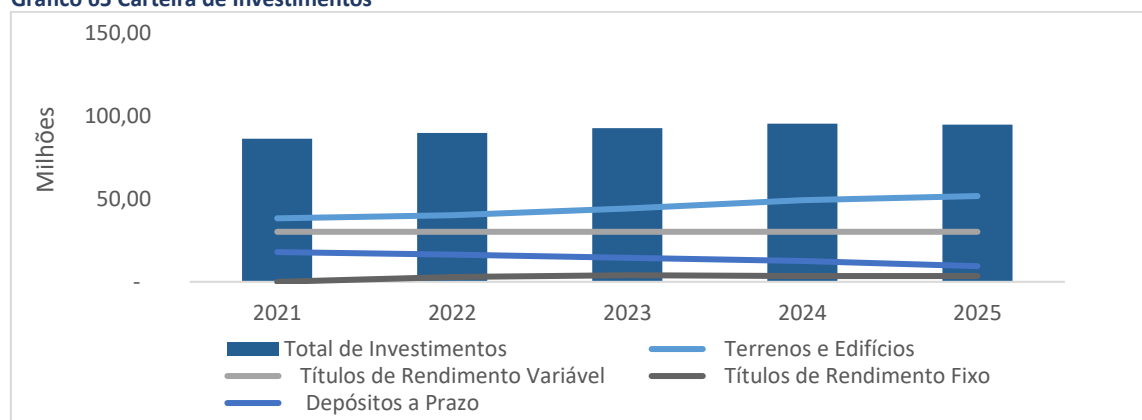
O aumento da sinistralidade representa uma fonte de pressão sobre os resultados técnicos das seguradoras, particularmente nos ramos automóvel e acidentes e doença. Embora os

níveis observados permaneçam compatíveis com a capacidade financeira do sector, a persistência de uma trajectória de aumento da sinistralidade poderá pressionar a rentabilidade e aumentar as necessidades de constituição de provisões. Neste contexto, a evolução da sinistralidade deverá continuar a ser acompanhada em conjunto com as políticas de subscrição, tarificação, constituição de provisões e gestão dos riscos assumidos.

O crescimento dos activos e a alteração da composição da carteira de investimentos evidenciam mudanças na estrutura financeira e no perfil de risco do sector segurador.

Nos últimos anos, tem-se registado resultados positivos que têm contribuído positivamente para melhoria dos fundos próprios, e aumento da robustez do sector. Em 2025, os activos do sector atingiram 177,18 milhões de Dobras, correspondendo a um crescimento de 8,2% face ao ano anterior. Os investimentos do sector totalizaram 94,86 milhões de Dobras, face a 95,49 milhões de Dobras em 2024, correspondendo a uma redução de 0,7%.

Gráfico 65 Carteira de Investimentos



Fonte: BCSTP

A carteira de investimentos é composta por terrenos e edifícios, títulos de rendimento variável, depósitos a prazo e títulos de rendimento fixo.

Observou-se, nos últimos anos, uma maior afectação de recursos à aquisição de terrenos, em detrimento dos depósitos a prazo. Paralelamente, as seguradoras têm vindo a recorrer aos títulos do Tesouro público santomense como alternativa de investimento.

A composição da carteira evidencia uma procura por aplicações com maior rentabilidade, traduzida na redução gradual do peso dos depósitos a prazo e no reforço de activos financeiros, designadamente títulos do Tesouro.

Esta evolução poderá contribuir para a geração de rendimento, mas deverá ser acompanhada do ponto de vista dos riscos de mercado, de concentração e de interligação com o sector público.

Os passivos das seguradoras totalizaram 75,58 milhões de Dobras em 2025, correspondentes a 41,5% dos activos, sendo constituídos essencialmente por credores e provisões técnicas.

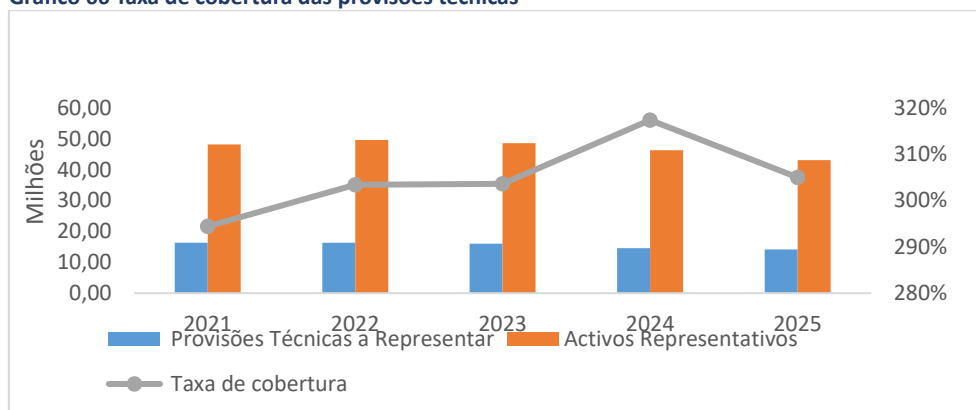
Provisões técnicas do ramo não vida mantêm uma elevada taxa de cobertura, evidenciando uma margem significativa de activos face às responsabilidades assumidas.

As provisões técnicas das seguradoras totalizaram 20,3 milhões de Dobras em 2025, correspondendo a um aumento de 2,6% face ao ano anterior. A evolução resultou principalmente do aumento de 20% das provisões para sinistros, enquanto as restantes provisões permaneceram praticamente estáveis.

Considerando exclusivamente o ramo não vida, as provisões técnicas diminuíram 3%, passando de 14,58 milhões para 14,12 milhões de Dobras.

Os activos representativos das provisões técnicas do ramo não vida totalizaram 43,06 milhões de Dobras, correspondendo a uma taxa de cobertura de 305%.

Gráfico 66 Taxa de cobertura das provisões técnicas



Fonte: BCSTP

Apesar da redução das provisões técnicas do ramo não vida, a taxa de cobertura permanece elevada e traduz uma margem significativa de activos representativos face às responsabilidades assumidas. Esta posição constitui um importante factor de mitigação dos riscos associados à actividade seguradora, devendo, contudo, a sua evolução continuar a ser acompanhada em função da dinâmica da sinistralidade e das responsabilidades futuras.

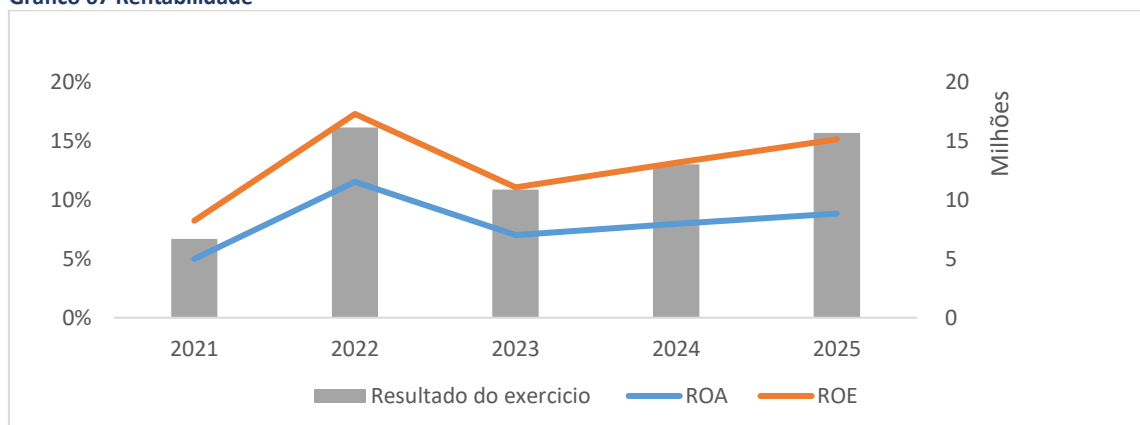
A elevada cobertura das provisões técnicas reforça a capacidade do sector para absorver perdas.

Os fundos próprios das seguradoras atingiram 103,6 milhões de Dobras em 2025, correspondendo a um aumento de 4,7% face ao ano anterior. Nos últimos cinco anos, os fundos próprios registaram uma taxa média de crescimento de 6%, evidenciando um reforço gradual da capacidade financeira do sector.

Em 2025, o resultado técnico aumentou de 20,07 milhões para 23,06 milhões de Dobras.

O resultado líquido do exercício atingiu 15,68 milhões de Dobras, correspondente a um crescimento de 20,3% face ao ano anterior. A rentabilidade dos activos situou-se em 9%, enquanto a rentabilidade dos fundos próprios atingiu 15%.

Gráfico 67 Rentabilidade



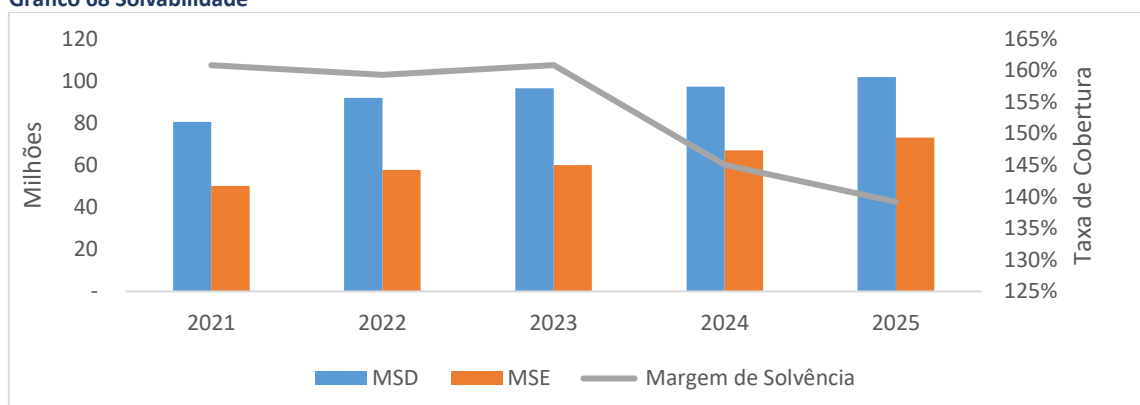
Fonte: BCSTP

A manutenção de resultados positivos e o reforço dos fundos próprios constituem factores de mitigação dos riscos financeiros do sector. Contudo, a avaliação da sustentabilidade desta posição deverá considerar a evolução da sinistralidade, da concentração da carteira e dos riscos associados à composição dos investimentos.

O sector segurador mantém uma posição de solvabilidade robusta, apesar da redução do rácio em 2025.

Em 2025, a margem de solvência disponível do sector segurador atingiu 101,74 milhões de Dobras, correspondendo a um aumento de 4,6% face ao ano anterior. A margem de solvência exigida aumentou 9%, para 73,09 milhões de Dobras. Consequentemente, o rácio da margem de solvência situou-se em 139%, embora tenha diminuído 6 pontos percentuais face a 2024.

Gráfico 68 Solvabilidade



Fonte: BCSTP

Apesar da redução observada no rácio, a margem de solvência disponível permaneceu confortavelmente acima do requisito regulamentar. Esta posição constitui um factor de mitigação dos riscos assumidos pelo sector e indica a existência de recursos próprios suficientes para cobertura dos requisitos de solvabilidade. A evolução da margem deverá, contudo, continuar a ser acompanhada, tendo em consideração o crescimento das responsabilidades, a evolução da sinistralidade, a composição dos investimentos e a capacidade de geração de resultados.

Síntese da avaliação dos riscos para a estabilidade financeira

A avaliação dos riscos para a estabilidade financeira em 2025 evidencia vulnerabilidades associadas, sobretudo, à elevada exposição do sector bancário ao soberano, que atingiu 178% dos fundos próprios qualificados, à concentração das exposições nos principais devedores e em determinados sectores de actividade, bem como ao aumento do rácio de transformação. Acrescem as pressões sobre a rentabilidade e a eficiência operacional, que poderão limitar a capacidade de geração interna de capital e, consequentemente, a capacidade de absorção de perdas.

Os resultados dos testes de esforço demonstram que a materialização de choques macrofinanceiros adversos poderá provocar uma deterioração significativa dos indicadores de capital, particularmente através do aumento do crédito malparado, das necessidades de provisões e da redução da rentabilidade. A interligação entre o sector bancário e o sector público constitui, neste contexto, um potencial canal de amplificação e transmissão de riscos.

No sector segurador, os principais riscos decorrem da reduzida dimensão do mercado, da concentração da carteira em determinados ramos e do aumento da sinistralidade, factores que poderão condicionar a capacidade de absorção de perdas, apesar dos níveis favoráveis de cobertura das provisões técnicas e de margem de solvência.

Em termos agregados, a avaliação evidencia a importância dos riscos de crédito, concentração, liquidez, rentabilidade e interligação entre o sector bancário e o sector público, bem como das vulnerabilidades estruturais do sector segurador. A sua análise integrada, através dos instrumentos de supervisão e da política macroprudencial, assume particular relevância para a identificação de potenciais fontes de acumulação e transmissão de riscos no Sistema Financeiro Nacional.

2.5 Riscos relacionados com as infraestruturas do mercado financeiro

A infraestrutura do mercado financeiro manteve, em 2025, um desempenho estável, eficiente e resiliente

Em 2025, as infraestruturas do Sistema Financeiro associadas ao sistema nacional de pagamentos mantiveram um funcionamento globalmente estável e operacionalmente resiliente, não tendo sido registados incidentes operacionais significativos susceptíveis de comprometer a estabilidade ou a continuidade dos serviços de pagamento. Esta evolução constitui um importante factor de mitigação dos riscos operacionais e de continuidade que podem decorrer de perturbações nas infraestruturas de pagamento.

Não obstante a estabilidade observada, a crescente digitalização dos serviços financeiros e a maior utilização de canais electrónicos têm vindo a aumentar a importância das infraestruturas de pagamento no funcionamento do Sistema Financeiro Nacional. Esta evolução traduz-se numa maior dependência dos participantes e dos utilizadores relativamente à disponibilidade, segurança e capacidade de processamento dessas infraestruturas, elevando, conseqüentemente, a exposição potencial a riscos operacionais, tecnológicos e de cibersegurança.

Neste contexto, destaca-se a expansão das Instituições de Pagamento e de Moeda Electrónica (FinTechs), que passaram a assumir um papel mais relevante no ecossistema nacional de pagamentos. Estas instituições operam de forma independente das infraestruturas tradicionais de compensação e liquidação, mas encontram-se integradas no sistema nacional de pagamentos e sujeitas ao enquadramento regulamentar aplicável e à supervisão do Banco Central.

A expansão destas instituições e das soluções digitais introduz novos pontos de interdependência e, conseqüentemente, novos canais potenciais de transmissão de riscos operacionais para o SF. Em particular, falhas de sistemas, indisponibilidade de plataformas, problemas de comunicação, interrupções no processamento ou incidentes de segurança podem afectar a continuidade dos serviços e, caso assumam uma dimensão relevante, a confiança dos utilizadores nos meios de pagamento electrónicos. O relatório evidencia que o BCSTP acompanha estes eventos através do registo, análise e avaliação

dos incidentes reportados, procurando identificar vulnerabilidades e promover medidas correctivas destinadas a reforçar a segurança, a resiliência e a continuidade operacional.

A materialização destes riscos ganha maior relevância perante o crescimento significativo da utilização dos canais digitais. Em 2025, as transferências efectuadas através do Mobile Banking aumentaram 38% em quantidade e 35% em valor, atingindo 383.375 operações e 1.790,7 milhões de Dobras. No Internet Banking, as transferências cresceram 17% em quantidade e 26% em valor, para 289.217 operações e 3.195,0 milhões de Dobras.

A Rede Dobra24 apresenta igualmente uma importância crescente para o funcionamento dos pagamentos electrónicos. Em 2025, os ATM processaram 2.105.536 operações, no valor de 2.032,4 milhões de Dobras, enquanto os POS registaram 1.195.358 operações, no valor de 1.267,3 milhões de Dobras. Em termos homólogos, as operações nos ATM aumentaram 6% em quantidade e 9% em valor, enquanto as operações nos POS cresceram 37% e 40%, respectivamente.

O crescimento da infraestrutura de aceitação de pagamentos reforça esta tendência. Entre 2024 e 2025, o número de ATM aumentou de 44 para 48, enquanto o número de POS passou de 286 para 556, correspondente a um crescimento de 91%. A maior utilização e expansão destas infraestruturas contribui para a eficiência e a inclusão financeira, mas aumenta também a importância da sua disponibilidade e capacidade de recuperação perante falhas, uma vez que uma interrupção prolongada poderá afectar simultaneamente um número significativo de operações e utilizadores.

Outro elemento relevante na avaliação do risco é a crescente concentração do processamento de pagamentos em determinados canais e infraestruturas. Em 2025, foram realizadas 781.782 transferências, no valor de 164.093,62 milhões de dobras, representando aumentos de 16% em quantidade e 26% em valor. O Mobile Banking concentrou 49% das operações, enquanto a Rede Dobra24 representou 94% do valor movimentado nas transferências. Esta concentração não constitui, por si só, uma evidência de risco materializado, mas representa uma vulnerabilidade potencial, na medida em que uma perturbação numa infraestrutura ou canal com elevada importância operacional poderá ter efeitos simultâneos sobre diversos participantes e utilizadores.

No domínio das operações com cheques, observou-se uma redução da sua utilização em quantidade, com os cheques recebidos no SICOI a diminuírem de 13.767 para 12.554 e

os cheques compensados de 13.688 para 11.518. Apesar da redução do número de operações, o valor global processado manteve-se relativamente estável, o que evidencia a permanência do cheque como instrumento utilizado para operações de montante relativamente elevado. Assim, embora a substituição gradual dos instrumentos tradicionais por meios electrónicos possa reduzir determinados riscos operacionais associados ao processamento físico, a continuidade e a segurança das infraestruturas de compensação permanecem relevantes para a estabilidade do sistema.

A expansão da actividade das Instituições de Pagamento e de Moeda Eletrónica constitui, por outro lado, um factor de transformação estrutural do sistema de pagamentos. Em 2025, observou-se a expansão da utilização da Dobra Digital e o lançamento da Sao Wallet, contribuindo para a diversificação dos canais e soluções de pagamento electrónico. Paralelamente, o BCSTP lançou a primeira edição do Sandbox Regulatório para FinTechs, criando um ambiente controlado para a experimentação de novas soluções financeiras digitais.

Do ponto de vista da estabilidade financeira, esta evolução requer uma atenção particular aos riscos decorrentes da entrada de novos operadores, da utilização crescente de soluções tecnológicas e das possíveis interdependências entre diferentes participantes do sistema. Embora o Relatório do Sistema de Pagamentos não apresente informação suficiente para efectuar uma avaliação individual da solvabilidade ou liquidez das Instituições de Pagamento e de Moeda Eletrónica, a sua crescente participação no sistema justifica o reforço do acompanhamento dos riscos operacionais, tecnológicos, de cibersegurança, de continuidade de negócio e de protecção dos fundos associados aos serviços de pagamento.

Neste quadro, a capacidade de monitorização e de resposta do BCSTP constitui um importante mecanismo de mitigação. A função de Superintendência inclui a monitorização contínua das principais infraestruturas, nomeadamente o SICOI, o SIBANC, o SWIFT e o Switch Nacional, abrangendo indicadores relativos à disponibilidade, volume e valor das transacções, tempos de execução, mensagens processadas, falhas e períodos de indisponibilidade. Este acompanhamento permite identificar tempestivamente riscos operacionais, acompanhar a resolução de incidentes e promover a adopção de medidas correctivas pelos operadores e participantes.

A modernização das infraestruturas nacionais constitui igualmente um factor de mitigação dos riscos. Em 2025, prosseguiu a implementação do novo Switch Nacional, baseado na solução SmartVista, e do sistema ATS+, que inclui o sistema de liquidação bruta em tempo real (LBTR/RTGS) e a câmara de compensação de cheques (ACH). Estas iniciativas visam reforçar a interoperabilidade, a eficiência, a segurança e a resiliência do sistema nacional de pagamentos.

Assim, a avaliação global para 2025 aponta para um nível contido de risco associado às infraestruturas do Sistema Financeiro, suportado pela estabilidade operacional observada, pela inexistência de incidentes significativos com impacto na continuidade dos serviços e pelos mecanismos de monitorização e gestão de riscos existentes.

Contudo, a rápida expansão dos pagamentos digitais e a crescente participação das Instituições de Pagamento e de Moeda Eletrónica alteram progressivamente o perfil de risco do sistema, aumentando a relevância dos riscos operacionais, tecnológicos, de cibersegurança, de continuidade de negócio e de concentração. Neste sentido, a evolução do sistema de pagamentos deverá continuar a ser acompanhada numa perspectiva de estabilidade financeira, com particular atenção à capacidade de recuperação das infraestruturas críticas, às interdependências entre participantes, à gestão de incidentes e à capacidade dos novos operadores para assegurar a continuidade e a segurança dos serviços prestados.

Tabela 15 Evolução das operações de compensação e da Rede Dobra24

<i>Indicadores</i>	<i>2024</i>	<i>2025</i>	<i>Variação</i>	<i>Média mensal 2025</i>
	Qtde.	Valor (STN	Qtde.	Valor (STN
	(mil)	milhões)	(mil)	milhões)
<i>Cheques recebidos</i>	13,8	1 035,86	12,6	924,78
<i>Cheques devolvidos</i>	0,08	1,87	0,07	6,37
<i>Cheques compensados</i>	13,7	1 033,99	11,5	936,22
<i>Rede Dobra24 (Total)</i>	2 856,7	2 775,18	3 300,9	3 299,66
<i>ATM</i>	1 983,9	1 871,85	2 105,5	2 032,37
<i>POS</i>	872,8	903,33	1 195,4	1 267,29
<i>Total geral</i>	2 870,5	3 811,04	3 313,4	4 224,44

Fonte: SPAUT, tratamento BCSTP/DSP

II. Temas de destaque

1. Risco Soberano e a Estabilidade Financeira do Sector bancário

1.1 Introdução

São Tomé e Príncipe tem registado, nos últimos anos, progressos na consolidação dos fundamentos macroeconómicos, num contexto de implementação do Acordo de Facilidade de Crédito Alargado (ECF) celebrado com o Fundo Monetário Internacional (FMI), aprovado em Dezembro de 2024. Apesar da evolução favorável de alguns indicadores, nomeadamente ao nível do saldo orçamental e da acumulação de reservas internacionais, permanecem vulnerabilidades associadas à posição das finanças públicas, ao nível da dívida e à existência de atrasos no serviço da dívida externa.

O FMI mantém São Tomé e Príncipe classificado como estando em situação de sobre-endividamento (*debt distress*), em resultado, designadamente, de atrasos prolongados no pagamento da dívida externa. Não obstante, a trajectória da dívida pública é considerada sustentável no âmbito da mais recente Análise de Sustentabilidade da Dívida (DSA), conduzida pelo FMI e pelo Banco Mundial.

No contexto da estabilidade financeira, o risco soberano constitui um importante vector de risco, dada a sua capacidade de afectar directamente os balanços das instituições financeiras e, por via de diferentes canais de transmissão, as condições de financiamento e a capacidade de intermediação da economia. Assume particular relevância, neste âmbito, o denominado nexo soberano-bancário, resultante da interligação entre a posição financeira do Estado e a situação patrimonial e prudencial das instituições bancárias.

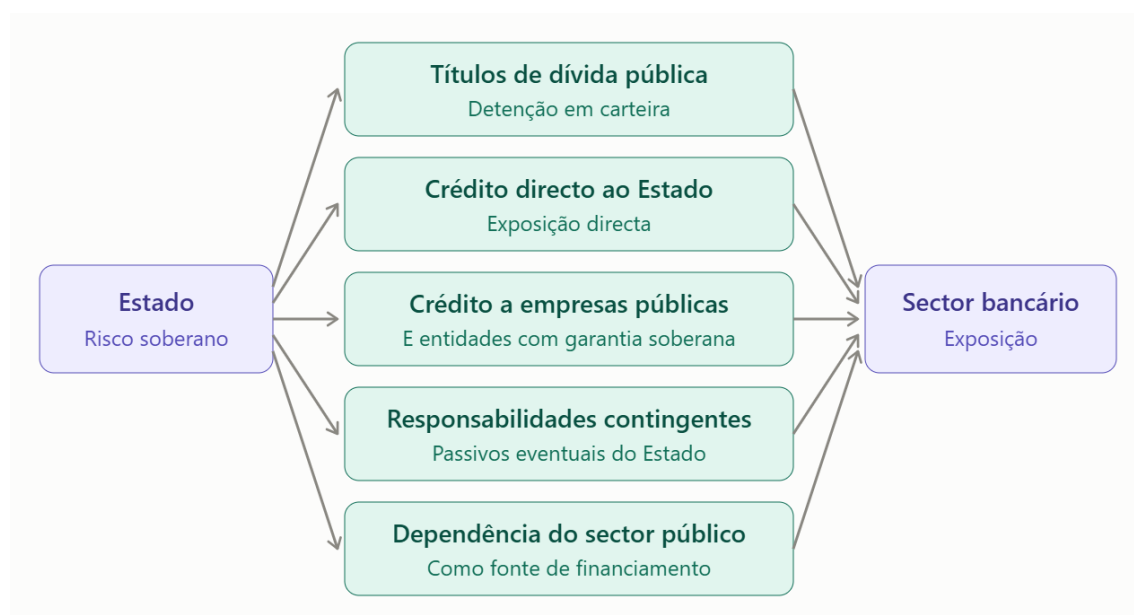
Num sistema financeiro de reduzida dimensão e composto por cinco instituições bancárias, a exposição directa e indirecta aos activos e às responsabilidades do sector público constitui uma vulnerabilidade estrutural que justifica acompanhamento sistemático no âmbito da supervisão macroprudencial. Esta vulnerabilidade foi igualmente identificada pelo Banco Central de São Tomé e Príncipe no Relatório de Estabilidade Financeira de 2024, designadamente no que respeita à concentração da exposição das instituições bancárias em activos associados ao soberano.

Neste contexto, a presente secção analisa a evolução do risco soberano e da exposição do sector bancário ao Estado, os principais canais de transmissão entre o risco soberano e a estabilidade financeira, bem como as medidas macroprudenciais adoptadas e as opções de política consideradas para o acompanhamento e eventual mitigação das vulnerabilidades associadas a estenexo.

1.2 Revisão de Literatura (nexo soberano-bancário, teoria do "doom loop", casos de estudo de pequenas economias)

O risco soberano corresponde à possibilidade de deterioração da capacidade do Estado para cumprir as suas obrigações financeiras, com potenciais implicações sobre o valor dos activos soberanos, as condições de financiamento e a confiança dos agentes económicos.

No sector bancário, a exposição ao risco soberano pode ocorrer através de diferentes canais, nomeadamente:



A materialização de riscos associados à posição soberana pode afectar o sector bancário através de diferentes mecanismos. Uma deterioração da percepção sobre a capacidade de pagamento do Estado poderá, por exemplo, afectar o valor e a liquidez dos activos soberanos detidos pelas instituições, pressionar a sua posição de capital e limitar a capacidade de concessão de crédito à economia.

A interligação entre o risco soberano e o risco bancário é designada na literatura por nexo soberano-bancário. Este mecanismo pode assumir uma natureza bidireccional. Por um

lado, uma deterioração da posição financeira do Estado pode afectar negativamente os balanços bancários através da exposição à dívida pública. Por outro, uma eventual deterioração da situação financeira das instituições bancárias poderá aumentar os riscos para as finanças públicas, sobretudo quando exista a possibilidade de apoio público ao sector bancário.

A intensidade deste nexo depende, entre outros factores, da dimensão da exposição dos bancos ao soberano, da estrutura dos activos detidos, da capacidade fiscal do Estado, das condições de liquidez do mercado e do grau de diversificação das carteiras bancárias. Em economias pequenas e com mercados financeiros pouco profundos, a reduzida disponibilidade de activos domésticos alternativos pode contribuir para uma maior concentração das instituições em instrumentos de dívida pública.

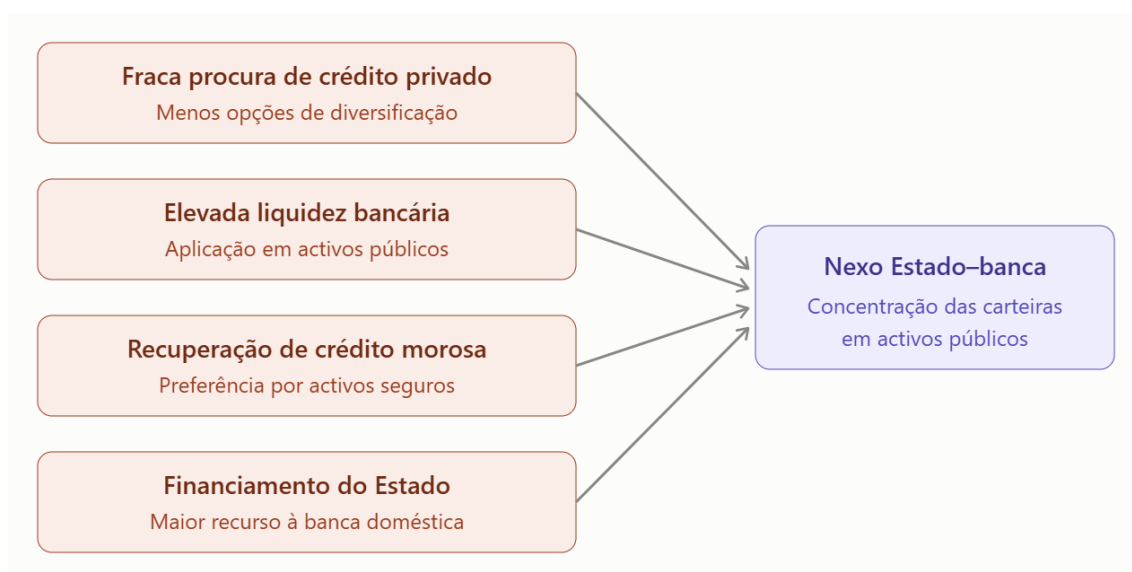
Importa, contudo, reconhecer que a exposição à dívida soberana não representa, por si só, um risco materializado para a estabilidade financeira. A dívida pública pode desempenhar uma função relevante na gestão da liquidez das instituições, particularmente em sistemas financeiros caracterizados por mercados pouco desenvolvidos. O risco decorre, sobretudo, da concentração da exposição, da capacidade de absorção de eventuais perdas e da interdependência entre a posição financeira do Estado e a solidez das instituições bancárias.

1.3 Principais factores estruturais da exposição soberana.

No caso de São Tomé e Príncipe, a elevada exposição do sector bancário ao Estado deve ser analisada à luz de factores estruturais que condicionam a afectação dos recursos financeiros, nomeadamente:

- **Reduzida procura e intermediação de crédito ao sector privado:** a limitada profundidade da actividade económica e as restrições que afectam famílias e empresas condicionam a expansão do crédito privado, reduzindo as oportunidades de diversificação das carteiras bancárias.
- **Elevada liquidez do sector bancário:** os níveis de liquidez disponíveis nas instituições constituem um importante amortecedor face a choques, mas podem também favorecer a aplicação de recursos em activos públicos, particularmente num contexto de reduzida disponibilidade de alternativas de investimento doméstico.

- **Fragilidades na recuperação de crédito:** a morosidade dos processos judiciais e das operações de execução de garantias pode limitar a expansão do crédito ao sector privado e contribuir para uma maior preferência por activos considerados de menor risco de crédito e maior liquidez.
- **Necessidades de financiamento do Estado:** as necessidades de financiamento público e as restrições no acesso a financiamento externo podem aumentar a procura de recursos junto do sector bancário doméstico, reforçando a interligação entre o Estado e as instituições financeiras.



1.4 O Perfil de Risco Soberano de STP

São Tomé e Príncipe encontra-se, desde Dezembro de 2024, ao abrigo de um Acordo de Facilidade de Crédito Alargado (ECF) com o FMI, com uma duração de 40 meses e acesso total equivalente a 18,5 milhões de Direitos de Saque Especiais (125% da quota do país). O programa constitui uma importante âncora para o processo de consolidação orçamental, bem como para a mobilização de financiamento e assistência técnica junto dos parceiros de desenvolvimento.

A trajectória da dívida pública apresentou uma evolução favorável. Segundo estimativas do Grupo Banco Mundial, a dívida pública e garantida pelo Estado diminuiu de 65,2% do PIB em 2024 para 56,5% em 2025, acompanhando a redução do défice orçamental global, que passou de 3,9% do PIB em 2022-2023 para 1,5% em 2024-2025.

Não obstante esta evolução, permanecem riscos fiscais associados à existência de passivos contingentes, estimados em 31,7% do PIB, sobretudo relacionados com a cadeia de responsabilidades entre a Empresa de Água e Electricidade (EMAE) e a Empresa Nacional de Combustíveis e Óleos (ENCO). A eventual materialização destes passivos poderá exercer pressão adicional sobre as finanças públicas e, indirectamente, sobre o risco soberano.

Apesar da melhoria de alguns indicadores, o país permanece classificado pelo FMI em situação de sobre-endividamento (*debt distress*), em resultado, entre outros factores, de atrasos prolongados no serviço da dívida externa. Embora a dívida seja considerada sustentável na mais recente DSA, esta situação continua a constituir uma vulnerabilidade, na medida em que pode condicionar as condições de acesso a financiamento externo e aumentar a exposição do país a riscos de liquidez externa.

No sector externo, as reservas internacionais brutas registaram um aumento significativo, passando de cerca de USD 39 milhões no final de 2024 para USD 69 milhões no final de 2025. Este reforço contribuiu para ampliar a capacidade de absorção de potenciais choques externos e a margem de intervenção do BCSTP no mercado cambial.

Paralelamente, a inflação manteve uma trajectória descendente, após os níveis elevados observados em períodos anteriores, contribuindo para uma melhoria gradual das condições de estabilidade macroeconómica.

Em sentido contrário, a actividade económica registou um crescimento real de 1,0% em 2025, representando uma desaceleração de 0,5 p.p. face ao crescimento observado em 2024.

Apesar destes desenvolvimentos, o perfil de risco soberano continua condicionado por vulnerabilidades estruturais decorrentes da reduzida dimensão da economia, da concentração da base produtiva e exportadora, da dependência de importações de combustíveis e de bens essenciais, da exposição a choques climáticos e da existência de passivos contingentes no sector energético.

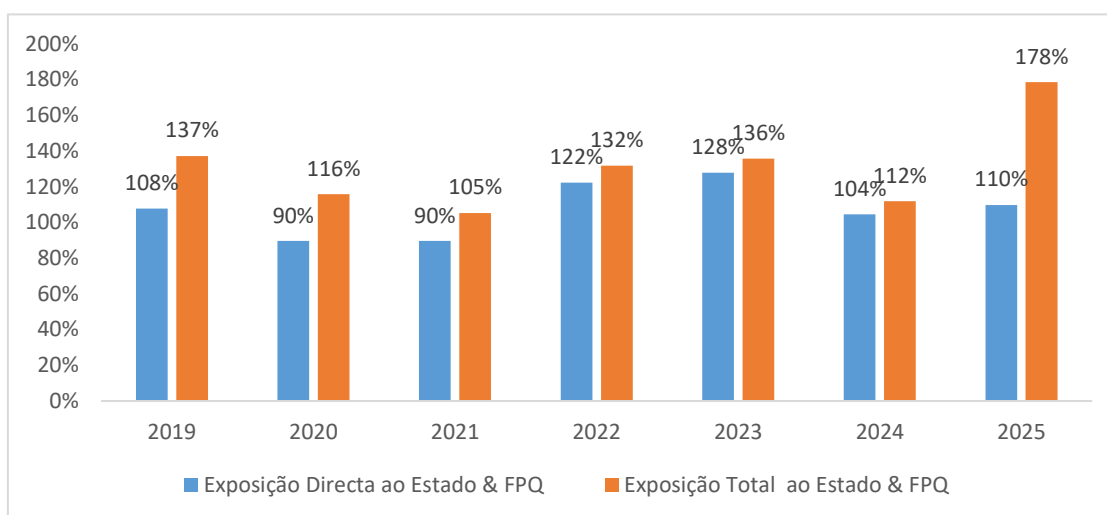
Neste contexto, a evolução da posição fiscal e externa do país permanece particularmente relevante para a estabilidade financeira, dada a elevada exposição do sector bancário ao soberano.

1.5 Exposição do Sector Bancário à Dívida Pública

A elevada exposição do sector bancário ao Estado constitui uma das principais vulnerabilidades estruturais do sistema financeiro santomense. Após a redução observada em 2024, associada à reestruturação da dívida pública, a exposição soberana voltou a aumentar em 2025, atingindo 178% dos Fundos Próprios Qualificados (FPQ) das instituições bancárias.

Este nível encontra-se significativamente acima do limite indicativo de 85% dos FPQ estabelecido no quadro macroprudencial nacional através da NAP n.º 06/2024.

Gráfico 69 Exposição dos Bancos ao Estado



Fonte: BCSTP

Os Títulos de Dívida Pública, designadamente Bilhetes do Tesouro e Obrigações do Tesouro denominados em dobras, constituem uma componente relevante da exposição das instituições financeiras ao Estado. Num mercado financeiro de reduzida profundidade, estes instrumentos desempenham igualmente uma função importante na gestão da liquidez das instituições.

A exposição total ao Estado encontra-se repartida por três principais componentes: Títulos de Dívida Pública, Crédito Indirecto e Crédito Directo ao Estado. Do total da exposição considerada, os Títulos de Dívida Pública representam 43%, constituindo a componente de maior peso. O Crédito Indirecto corresponde a 38%, enquanto o Crédito Directo ao Estado representa 18%.

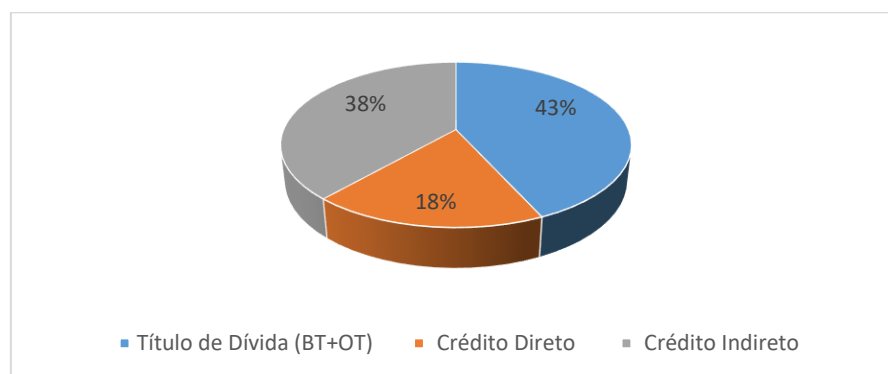
A predominância dos Títulos de Dívida Pública reflecte a importância destes instrumentos na estrutura da exposição ao soberano, cuja evolução deve ser acompanhada no âmbito da avaliação da estabilidade financeira, atendendo à sua dimensão e à eventual sensibilidade a alterações na percepção do risco soberano e nas condições de liquidez do mercado.

O Crédito Indirecto, que compreende o crédito concedido a empresas públicas e as operações de crédito com garantia do Estado, representa 38% da exposição total. Esta componente constitui um canal adicional de transmissão entre a situação financeira do sector público e as instituições financeiras, nomeadamente através do risco associado às empresas públicas e da eventual materialização de garantias soberanas.

Por sua vez, o Crédito Directo ao Estado corresponde a 18% da exposição total, constituindo a componente de menor peso na estrutura da exposição considerada.

A distribuição da exposição entre estas três componentes evidencia a relevância das posições relacionadas com o sector público na estrutura dos activos das instituições, justificando o seu acompanhamento no quadro da análise macroprudencial, em particular quanto à concentração das exposições, à capacidade de absorção de eventuais perdas e aos potenciais canais de transmissão do risco soberano para o sistema financeiro.

Gráfico 70 Estrutura da Exposição bancária ao Soberano



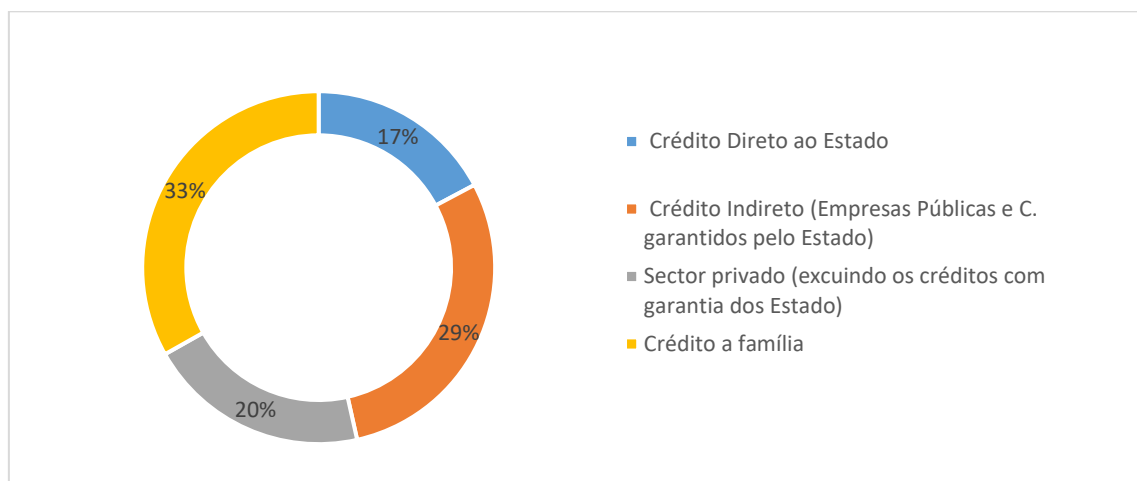
Fonte: BCSTP

A análise da composição da carteira de crédito confirma a elevada concentração das exposições relacionadas com o sector público. O crédito directo ao Estado representa 17% da carteira de crédito, enquanto o crédito indirecto, constituído pelo financiamento a empresas públicas e pelos créditos garantidos pelo Estado, corresponde a 29%. Em conjunto, estas exposições representam 46% da carteira de crédito.

Em contrapartida, o crédito às famílias representa 33% da carteira, enquanto o crédito ao sector privado, excluindo as operações com garantia estatal, corresponde a 20%.

Esta composição evidencia a importância das exposições relacionadas com o sector público na afectação dos recursos bancários e a reduzida diversificação da carteira de crédito. Para efeitos de estabilidade financeira, esta configuração justifica o acompanhamento da evolução da exposição soberana, tendo em consideração o seu potencial impacto sobre a capacidade de absorção de perdas e sobre a capacidade de intermediação financeira das instituições.

Gráfico 71 Exposição ao Estado em relação à carteira de crédito



Fonte: BCSTP

1.6 Avaliação e Resposta Macroprudencial

A avaliação do nexo soberano-bancário em São Tomé e Príncipe deve considerar, simultaneamente, a função que os activos soberanos desempenham no sistema financeiro e os riscos decorrentes da elevada concentração dessas exposições.

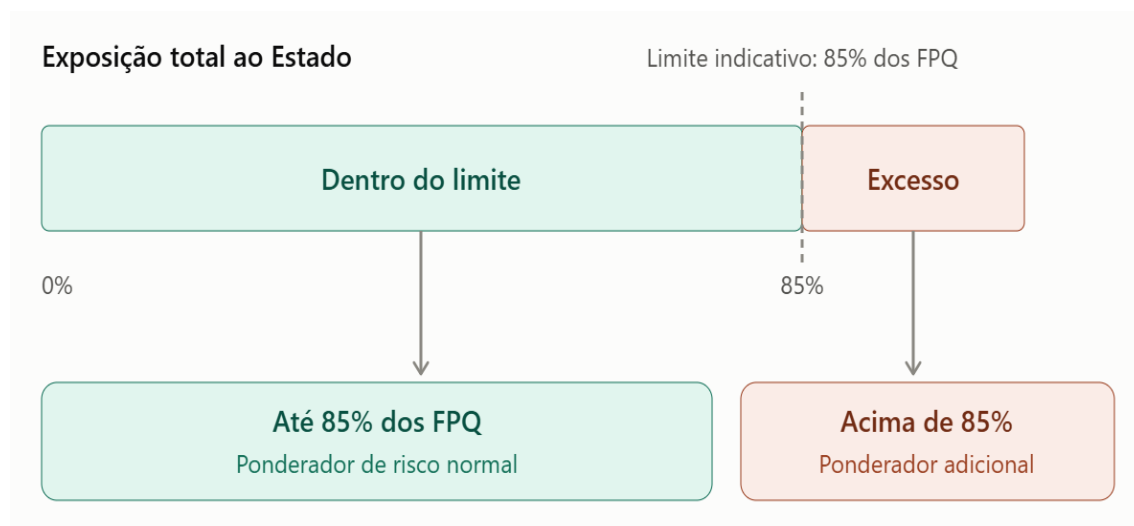
Por um lado, a detenção de dívida pública doméstica permite às instituições bancárias aplicar parte dos seus recursos em activos que desempenham uma função relevante na gestão da liquidez, num contexto de reduzida profundidade do mercado financeiro nacional. A dívida pública constitui, deste modo, um instrumento importante para a gestão dos activos líquidos das instituições.

Por outro lado, a elevada concentração das exposições ao soberano constitui uma fonte de vulnerabilidade, na medida em que uma eventual deterioração da posição financeira do Estado poderá afectar simultaneamente um número significativo de instituições. Num sistema composto por apenas cinco bancos, a materialização de um choque sobre o risco soberano poderá apresentar maior potencial de transmissão e amplificação através do sistema financeiro.

A exposição soberana deve, assim, ser analisada não apenas em termos do seu nível absoluto, mas também considerando a sua dimensão relativamente aos fundos próprios, a composição das exposições, a capacidade de absorção de perdas e os potenciais efeitos sobre a liquidez e a intermediação financeira.

Neste contexto, os passivos contingentes associados ao sector energético constituem igualmente um factor a acompanhar, uma vez que a sua eventual materialização poderá aumentar as necessidades de financiamento do Estado e, consequentemente, afectar a percepção de risco soberano e os activos relacionados com o sector público detidos pelas instituições bancárias.

Reconhecendo as vulnerabilidades associadas à concentração da exposição soberana, o BCSTP introduziu, em 2024, medidas macroprudenciais destinadas a reforçar a gestão deste risco, destacando-se:



Encontra-se em curso o processo de transformação destes instrumentos em medidas vinculativas, com o objectivo de reduzir gradualmente a concentração das exposições ao soberano e reforçar a capacidade de absorção de eventuais choques adversos.

Paralelamente, o BCSTP prevê tornar vinculativo, em 2026, o Rácio de Cobertura de Liquidez (LCR), igualmente previsto na NAP n.º 06/2024. O reforço do quadro de gestão do risco de liquidez deverá contribuir para aumentar a capacidade das instituições bancárias para fazer face a saídas de liquidez em cenários adversos.

A monitorização macroprudencial e a realização periódica de testes de esforço constituem, igualmente, instrumentos importantes para avaliar a capacidade de resistência das instituições perante diferentes cenários de risco. Neste âmbito, a incorporação de choques associados ao risco soberano permite avaliar os potenciais efeitos sobre a solvabilidade, a liquidez e a capacidade de intermediação das instituições, complementando os restantes cenários macroeconómicos e financeiros considerados pelo BCSTP.

1.7 Perspectivas e Desafios Futuros

A evolução observada em 2025 evidencia uma melhoria de alguns fundamentos macroeconómicos e da posição externa do país. Contudo, a elevada exposição do sector bancário ao Estado permanece uma vulnerabilidade relevante para a estabilidade financeira, particularmente num sector bancário de reduzida dimensão e com limitada diversificação dos activos.

A redução gradual desta vulnerabilidade dependerá da evolução da posição fiscal e da capacidade de diversificação das carteiras bancárias, bem como do aprofundamento da intermediação financeira e do desenvolvimento do mercado financeiro nacional.

Neste contexto, a preservação da estabilidade financeira requer o acompanhamento sistemático do nexos soberano-bancário, tendo em consideração tanto a evolução do risco de crédito soberano como os seus potenciais efeitos sobre a solvabilidade, a liquidez e a capacidade de financiamento da economia.

Entre os principais desafios para o reforço da resiliência do sistema financeiro destacam-se:



A evolução destes factores será determinante para avaliar a capacidade do sector bancário de absorver eventuais choques associados ao risco soberano e para assegurar a manutenção da estabilidade financeira no médio e longo prazo.

Bibliografia

Acharya, V. V., Drechsler, I., & Schnabl, P. (2014). A pyrrhic victory? Bank bailouts and sovereign credit risk. *Journal of Finance*.

Banco Mundial (2025). São Tomé e Príncipe — Panorama geral. Grupo Banco Mundial.

Bocola, L. (2016). The pass-through of sovereign risk. *Journal of Political Economy*.

Brunnermeier, M. K., Garicano, L., Lane, P. R., Pagano, M., Reis, R., Santos, T., Thesmar, D., Van Nieuwerburgh, S., & Vayanos, D. (2016). The sovereign-bank diabolic loop and ESBies. *American Economic Review Papers and Proceedings*.

Dell'Ariccia, G., Ferreira, C., Jenkinson, N., Laeven, L., Martin, A., Minoiu, C., & Popov, A. (2018). Managing the sovereign-bank nexus. IMF Departmental Paper.

Fundo Monetário Internacional (2025). Democratic Republic of São Tomé and Príncipe: 2025 Article IV Consultation and First Review Under the Extended Credit Facility Arrangement. IMF Staff Country Report.

Kaminsky, G. L., & Reinhart, C. M. (1999). The twin crises: The causes of banking and balance-of-payments problems. *American Economic Review*.

Centre for Economic Policy Research (2024). The rise of sovereign-bank nexus risks in developing economies. CEPR VoxEU column.

Centre for Economic Policy Research (2024). Who holds sovereign debt and why it matters. CEPR VoxEU column.

Anexos

Anexo I Balanço Monetário do Banco Central de São Tomé e Príncipe

Saldos em fim de período (Milhões nDb)	dez/18	dez/19	dez/20	dez/21	dez/22	dez/23	dez/24	dez/25
ACTIVO EXTERNO (LÍQUIDO)	1 419,10	1 501,89	1 554,64	1 156,49	995,22	363,44	693,26	833,72
Reservas Internacionais Líquidas ¹	1 184,41	1 225,12	1 274,74	1 232,00	1 048,00	657,42	987,36	1 082,98
Ativos Externos	1 800,15	1 938,61	2 316,38	2 490,24	2 443,51	2 003,32	2 495,67	2 575,58
Reservas Oficiais	1 354,25	1 446,86	1 831,39	1 920,18	1 844,73	1 385,76	1 838,49	1 991,79
Outros Activos Externos	445,90	491,75	484,98	570,06	598,78	617,56	657,18	583,78
Passivos Externos	-381,05	-436,72	-761,74	-1 333,75	-1 448,29	-1 639,88	-1 802,41	-1 741,85
Passivos Externos De Curto Prazo	-169,84	-221,74	-556,65	-688,18	-796,74	-728,34	-851,13	-908,81
Outros Passivos Externos	0,00	0,01	0,01	0,01	0,00	-282,16	-300,26	-225,75
Alocações em Direito Especial de Saque	-211,22	-214,98	-205,09	-645,57	-651,56	-629,38	-651,01	-607,30
ACTIVO INTERNO (LÍQUIDO)	76,67	-117,19	358,69	999,38	1 124,98	1 445,66	1 415,72	1 591,02
Crédito Interno Líquido	133,38	-90,12	-139,74	367,45	286,41	1 281,11	1 317,89	1 404,31
Crédito a outras Sociedades de Depósito	194,58	189,62	198,20	198,20	198,20	467,17	467,17	486,86
Crédito líquido a Administração Central	-200,64	-417,74	-478,72	25,37	-63,58	661,40	689,21	756,07
Crédito a Administração Central	309,89	304,95	279,66	500,02	875,40	1 489,17	1 576,45	1 514,46
dos quais: uso de Direito Especial de Saque	211,22	214,98	205,09	645,57	651,56	629,38	651,01	607,30
Passivos Face a Administração Central	-510,53	-722,69	-758,38	-474,65	-938,98	-827,77	-887,24	-758,39
Depósitos Administração Central	-7,36	-25,12	-76,45	-41,95	-92,49	-334,98	-109,66	-80,90
Recursos De Contrapartida	-64,67	-95,51	-62,78	-72,32	-47,37	-72,16	-81,22	-82,13
Depósito em Moeda Estrangeira	-425,51	-585,80	-601,99	-345,08	-753,03	-395,75	-667,24	-590,62
Outros depósitos Administração Central	-12,99	-16,26	-17,16	-15,31	-46,09	-24,88	-29,12	-4,75
Crédito a Economia	139,45	138,00	140,78	143,88	151,79	152,53	161,51	161,38
Outros Ativos (líquido)	-56,72	-27,07	498,43	631,93	838,56	164,55	97,83	186,71
Passivos Monetários	1 495,77	1 384,70	1 913,33	2 155,87	2 120,19	1 809,09	2 108,98	2 424,74
Base Monetária	1 495,77	1 384,70	1 913,33	2 155,87	2 120,19	1 809,09	2 108,98	2 424,74
Circulação Monetária	392,57	410,74	431,75	524,30	541,26	545,84	715,09	895,20
Reservas Bancárias ²	1 103,20	973,96	1 481,57	1 631,57	1 578,93	1 263,25	1 393,89	1 529,54
Reservas Bancárias Moeda Nacional	946,59	843,14	1 348,75	1 360,61	1 456,60	1 189,10	1 128,86	1 356,44
Reservas Bancárias Moeda Estrangeira	156,61	130,82	132,82	270,97	122,33	74,15	265,03	173,11
Memorando:								
Reservas Internacionais (milhões de dólares)	63,31	66,08	91,80	88,59	80,18	62,86	78,37	95,58
(dos quais):								
Conta de Petróleo (milhões de dólares)	19,58	18,83	16,50	13,57	15,71	16,61	19,59	17,91
Reservas Bancárias (milhões de dólares)	7,32	5,97	6,66	12,50	5,32	3,36	11,30	8,31
Depósito de Garantia (milhões de dólares)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas Internacionais Líquidas ¹ (Milhões de dólares)	28,59	32,21	41,78	29,97	14,10	1,38	-5,13	7,81
(em meses de importação) ³	1,79	2,01	3,03	1,87	0,88	0,09	-0,32	0,49
						0,00	0,00	0,00
¹ Reservas Internacionais Líquidas exclui Reservas Bancárias e Depósito de Garantia								
² As reservas bancárias foram ajustadas de janeiro a junho de 2015								
³ Importação de Bens e Serviços exclui importação de bens de investimento e Assistência Técnica								

Anexo II Balanço Monetário dos Bancos Comerciais

Saldos em fim de período (Milhões nDb)	dez/18	dez/19	dez/20	dez/21	dez/22	dez/23	dez/24	dez/25
ACTIVO EXTERNO (LÍQUIDO)	220,48	258,29	32,05	129,04	131,19	934,69	930,50	518,95
Ativos Externos	689,31	752,42	593,38	735,05	691,64	1 227,91	1 259,53	1 058,93
Moeda Estrangeira	68,90	48,46	39,73	56,22	40,38	32,82	54,36	51,21
Depósitos	487,72	635,90	490,93	616,06	602,17	1 160,01	1 178,63	968,35
Títulos excepto Participação de Capital	44,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	70,08	52,69	47,38	41,39	22,16	10,81	9,04	8,11
Derivados Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	18,32	15,37	15,34	21,38	26,93	24,27	17,50	31,26
Passivos Externos	468,83	494,13	561,33	606,01	560,46	293,22	329,02	539,98
Depósitos	243,49	255,78	263,90	223,46	223,32	93,97	56,41	50,16
Títulos excepto Participação de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	155,45	167,87	216,34	299,15	272,14	138,23	208,22	420,20
Outros	69,89	70,49	81,10	83,41	65,00	61,02	64,39	69,62
ACTIVOS FACE A BANCO CENTRAL	1 067,19	1 062,28	1 537,93	1 591,19	1 681,97	1 358,71	1 534,79	1 932,92
Notas e Moedas	78,13	95,79	84,78	106,91	97,45	69,91	110,29	112,06
Reservas Obrigatórias	989,06	966,48	1 380,96	1 470,00	1 584,53	1 223,88	1 204,32	1 547,46
Outros Ativos	0,00	0,00	72,18	14,28	0,00	64,92	220,18	273,40
ACTIVO INTERNO (LÍQUIDO)	2 289,18	2 438,03	2 368,23	2 045,96	2 170,32	1 855,82	1 937,19	2 760,74
Créditos a Residentes	2 289,18	2 438,03	2 368,23	2 045,96	2 170,32	1 855,82	1 937,19	2 760,74
Crédito a Administração Central (Líquido)	294,74	247,23	341,80	130,65	593,03	698,40	708,54	949,65
Crédito a Administração Central	667,01	907,73	779,56	722,85	1 131,32	1 181,26	1 136,17	1 366,54
Responsabilidades para com a Administração Central	372,27	533,22	437,77	592,20	538,30	482,86	427,63	416,89
Crédito a Economia	1 994,43	2 190,79	2 026,43	1 915,31	1 577,30	1 157,42	1 228,65	1 811,08
Crédito a Outras Sociedades Financeiras	1,46	1,41	1,80	1,75	2,95	3,27	3,86	4,31
Crédito a Administrações Estaduais E Locais	5,20	11,76	0,06	0,06	0,00	0,00	0,00	0,93
Crédito a Sociedades Não Financeiras Públicas	106,54	150,85	100,78	88,45	61,74	41,19	74,36	384,37
Crédito ao Setor Privado	1 881,23	2 026,77	1 923,79	1 825,05	1 512,60	1 112,96	1 150,43	1 421,48
PASSIVOS INTERNOS	3 576,85	3 758,60	3 938,20	3 766,18	3 983,49	4 149,21	4 402,48	5 212,61
Depósitos Incluídos na Massa Monetária	2 751,08	2 682,56	2 975,95	2 814,61	3 136,97	3 295,43	3 188,41	3 752,32
Depósitos Transferíveis incluídos na Massa Monetária	2 140,72	2 200,68	2 537,30	2 433,39	2 752,59	2 978,71	2 816,14	3 327,79
Outros Depósitos incluídos na Massa Monetária	610,35	481,88	438,66	381,22	384,38	316,73	372,27	424,53
Depósitos Excluídos da Massa Monetária	23,02	67,85	26,25	52,90	66,55	33,37	226,86	145,09
Passivos Face a Banco Central	155,77	192,57	201,15	201,16	201,16	0,00	0,00	62,65
Empréstimos	12,74	13,86	12,96	11,67	10,13	9,94	8,43	9,53
Acções e Outras Participações	530,33	505,45	447,58	496,62	565,44	933,21	1 035,88	1 231,75
Outros Activos e Passivos (Líquido)	103,92	296,30	274,31	189,23	3,23	-122,74	-57,10	11,27

Fonte: Bancos Comerciais

Anexo III Agregados Monetários

Saldos em fim de período (Milhões nDb)	dez/18	dez/19	dez/20	dez/21	dez/22	dez/23	dez/24	dez/25
M0 (BASE MONETÁRIA)	1 495,77	1 384,70	1 913,33	2 155,87	2 120,19	1 809,09	2 108,98	2 424,74
Emissão Monetária	392,57	410,74	431,75	524,30	541,26	545,84	715,09	895,20
M1	1 849,27	1 907,36	2 243,82	2 202,89	2 586,44	2 549,33	2 655,21	3 430,39
Moeda em Circulação	314,43	314,95	346,97	417,38	443,81	475,93	604,79	783,13
Depósitos Transferíveis em Moeda Nacional	1 534,84	1 592,42	1 896,85	1 785,51	2 142,63	2 073,40	2 050,42	2 647,25
M2	2 365,74	2 337,48	2 664,69	2 554,89	2 927,33	2 847,39	3 012,43	3 845,85
M1	1 849,27	1 907,36	2 243,82	2 202,89	2 586,44	2 549,33	2 655,21	3 430,39
Outros Depósitos em Moeda Nacional	516,47	430,12	420,87	352,00	340,89	298,05	357,21	415,46
M3	3 106,42	3 041,85	3 364,43	3 274,08	3 597,16	3 787,42	3 806,40	4 549,34
M2	2 365,74	2 337,48	2 664,69	2 554,89	2 927,33	2 847,39	3 012,43	3 845,85
Depósitos em Moeda Estrangeira	740,68	704,37	699,73	719,19	669,84	940,04	793,98	703,49

Anexo IV TAXAS DE JURO

TAXA DE JUROS DO BANCO CENTRAL (%)								
	Dez-18	Dez-19	Dez-20	Dez-21	Dez-22	Dez-23	Dez-24	Dez-25
TAXA DE JUROS DE REFERÊNCIA DO BANCO CENTRAL	9,00	9,00	9,00	9,00	10,00	10,00	10,00	10,00
TAXA DE JUROS DOS BANCOS COMERCIAIS (% e por prazo)								
MOEDA NACIONAL	Dez-18	Dez-19	Dez-20	Dez-21	Dez-22	Dez-23	Dez-24	Dez-25
TAXA DE JUROS OPERAÇÕES ATIVAS								
Crédito Concedido								
91 a 180 dias	19,67	19,52	19,15	18,21	17,86	17,83	17,88	18,03
181 dias a 1 ano	19,78	18,89	19,48	18,53	17,84	17,84	17,69	17,68
Superior a 1 ano	19,51	18,45	18,40	17,95	17,82	17,84	17,91	17,60
Descoberto								
01 a 30 dias	24,50	24,50	24,50	23,25	24,25	24,74	24,75	24,50
31 dias a 90 dias	22,00	21,10	20,10	21,33	24,25	18,21	21,33	20,25
Superior a 90 dias	18,72	19,10	24,50	19,88	24,25	18,36	18,37	17,91
TAXA DE JUROS OPERAÇÕES PASSIVAS								
Depósitos à Prazo								
91 a 180 dias	3,00	3,50	3,00	2,01	2,40	1,94	2,56	2,75
181 dias a 1 ano	3,55	3,44	3,40	2,15	2,39	2,34	2,58	2,25
Superior a 1 ano	3,68	3,32	3,27	2,34	2,72	2,75	2,76	2,34
Poupança								
01 a 180 dias	2,12	2,05	2,04	2,45	2,83	2,44	2,17	2,50
181 dias a 1 ano	2,29	2,08	2,06	2,83	2,83	2,17	2,17	2,50
Superior a 1 ano	2,45	2,45	2,39	2,88	2,88	2,38	2,38	2,63
TAXA DE JUROS MÉDIA DOS BANCOS COMERCIAIS								
Média das Maturidades								
Taxas de Juros Operações Ativas	19,65	18,96	19,01	18,23	17,84	17,84	17,82	17,77
Taxas de Juro Operações Passivas	2,73	2,72	2,69	2,43	2,66	2,32	2,52	2,44
Depósitos à Prazo	3,17	3,24	3,21	2,20	2,45	2,24	2,67	2,25
Poupança	2,29	2,19	2,17	2,66	2,88	2,41	2,38	2,63

Anexo V ÍNDICE DE PREÇOS NO CONSUMIDOR

Base: (Dez 2014 = 100)	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2025	264,67	267,51	268,72	271,12	272,16	274,29	276,10	278,41	281,99	283,41	285,10	289,40
2024	237,22	240,83	244,37	246,61	246,20	248,19	248,58	249,03	250,02	252,90	257,02	262,34
2023	202,72	203,25	205,49	206,92	211,07	218,68	221,63	222,28	224,09	227,07	230,54	235,14
2022	161,51	164,63	167,38	170,01	171,33	174,46	178,42	183,40	189,48	194,17	197,74	200,92
2021	146,19	146,86	148,43	148,66	149,06	149,49	150,53	153,51	155,40	157,18	158,66	160,47
2020	135,17	135,62	136,03	138,46	139,51	140,45	140,77	141,06	142,47	145,01	145,76	146,53
2019	124,05	125,42	125,75	126,28	126,76	127,52	127,69	128,17	128,55	129,59	131,52	133,98
2018	114,46	114,83	115,26	115,85	116,26	117,47	118,05	119,83	122,01	123,62	123,21	124,37
2017	106,30	106,65	107,49	108,73	108,30	110,21	111,97	111,38	111,63	112,16	112,39	114,06
2016	101,51	101,70	102,51	104,20	104,68	104,21	104,47	104,57	104,93	105,30	106,15	105,91
2015	97,16	97,46	97,94	98,35	98,56	98,73	99,00	99,11	99,20	99,49	99,98	100,75
2014	91,33	91,75	91,97	92,72	93,47	93,99	94,25	94,42	94,65	95,36	95,80	96,92
2013	85,33	85,91	85,66	87,15	87,40	87,55	87,72	88,12	88,40	88,89	89,75	91,06
2012	77,30	77,73	78,00	78,69	79,77	81,67	82,38	82,85	83,09	83,48	84,03	85,00
2011	69,11	69,71	71,23	72,84	73,47	73,66	73,82	74,38	74,58	74,91	75,64	76,99
2010	61,28	61,75	62,07	62,41	62,58	63,17	64,15	64,73	65,51	66,19	67,43	68,78
2009	52,87	53,33	54,07	55,02	56,00	56,65	57,05	57,39	57,89	58,56	59,66	60,92
2008	42,81	44,44	45,92	46,82	47,57	48,03	49,43	50,09	50,64	51,04	51,63	52,48
2007	33,52	33,88	34,33	34,65	35,03	35,51	36,08	37,05	38,21	39,20	40,62	42,04
2006	27,19	28,19	29,40	30,92	31,07	31,29	31,56	31,92	32,05	32,23	32,48	32,96
2005	23,24	23,95	24,71	24,98	25,09	25,13	25,20	25,32	25,52	25,89	26,15	26,46

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Anexo VI INFLAÇÃO		(Base Dez 2014=100)											
	(%)	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Taxa inflação acumulada													
2025		0,89	1,97	2,43	3,35	3,74	4,55	5,24	6,13	7,49	8,03	8,68	10,31
2024		0,88	2,42	3,92	4,88	4,70	5,55	5,71	5,91	6,33	7,55	9,30	11,57
2023		0,89	1,16	2,27	2,99	5,05	8,84	10,30	10,63	11,53	13,01	14,74	17,03
2022		0,65	2,59	4,31	5,95	6,77	8,72	11,19	14,29	18,08	21,00	23,23	25,21
2021		-0,23	0,23	1,30	1,46	1,73	2,02	2,73	4,77	6,06	7,27	8,28	9,51
2020		0,89	1,22	1,53	3,34	4,13	4,83	5,07	5,28	6,33	8,23	8,80	9,36
2019		-0,26	0,84	1,11	1,53	1,92	2,53	2,67	3,05	3,36	4,20	5,75	7,72
2018		0,35	0,68	1,05	1,57	1,93	2,99	3,50	5,06	6,97	8,39	8,02	9,04
2017		0,37	0,70	1,49	2,66	2,26	4,06	5,72	5,16	5,39	5,89	6,12	7,69
2016		0,75	0,94	1,74	3,42	3,90	3,43	3,69	3,79	4,14	4,51	5,36	5,12
2015		0,25	0,57	1,05	1,48	1,70	1,87	2,15	2,26	2,36	2,66	3,16	3,96
2014		0,30	0,76	0,99	1,71	2,64	3,21	3,50	3,69	3,94	4,72	5,20	6,43
2013		0,39	1,07	0,77	2,53	2,82	3,00	3,21	3,67	4,00	4,58	5,59	7,13
2012		0,40	1,00	1,30	2,20	3,60	6,10	7,00	7,60	7,90	8,40	9,10	10,40
2011		0,50	1,40	3,60	5,90	6,80	7,10	7,30	8,10	8,40	8,90	10,00	11,90
2010		0,60	1,40	1,90	2,40	2,70	3,70	5,30	6,20	7,50	8,60	10,70	12,90
2009		0,70	1,60	3,00	4,80	6,70	7,90	8,70	9,30	10,30	11,60	13,70	16,10
2008		1,80	5,70	9,20	11,40	13,20	14,20	17,60	19,20	20,50	21,40	22,80	24,80
2007		1,70	2,80	4,20	5,10	6,30	7,70	9,50	12,40	15,90	18,90	23,30	27,60
2006		2,70	6,50	11,10	16,80	17,40	18,30	19,30	20,60	21,10	21,80	22,80	24,60
2005		2,94	6,08	9,45	10,63	11,15	11,33	11,63	12,14	13,05	14,70	15,80	17,20
Variação em cadeia													
2025		0,89	1,07	0,45	0,89	0,38	0,78	0,66	0,84	1,28	0,50	0,60	1,51
2024		0,88	1,52	1,47	0,92	-0,17	0,90	0,15	0,18	0,40	1,15	1,63	2,07
2023		0,89	0,26	1,10	0,70	2,00	3,60	1,35	0,29	0,82	1,33	1,53	2,00
2022		0,65	1,93	1,67	1,57	0,78	1,83	2,27	2,80	3,31	2,48	1,84	1,61
2021		-0,23	0,46	1,07	0,16	0,27	0,29	0,70	1,98	1,23	1,15	0,94	1,14
2020		0,89	0,33	0,30	1,78	0,76	0,67	0,22	0,21	1,00	1,79	0,52	0,52
2019		-0,26	1,11	0,26	0,42	0,38	0,60	0,13	0,38	0,30	0,81	1,49	1,87
2018		0,35	0,33	0,37	0,51	0,36	1,04	0,49	1,51	1,82	1,32	-0,33	0,95
2017		0,37	0,33	0,78	1,16	-0,39	1,76	1,60	-0,53	0,22	0,47	0,21	1,48
2016		0,75	0,19	0,80	1,65	0,46	-0,45	0,25	0,10	0,34	0,36	0,81	-0,22
2015		0,25	0,31	0,49	0,42	0,22	0,17	0,28	0,10	0,09	0,29	0,49	0,77
2014		0,30	0,46	0,23	0,71	0,91	0,55	0,28	0,18	0,24	0,76	0,46	1,16
2013		0,39	0,68	-0,29	1,74	0,28	0,18	0,19	0,45	0,32	0,55	0,97	1,46
2012		0,40	0,60	0,30	0,90	1,40	2,40	0,90	0,60	0,30	0,50	0,70	1,20
2011		0,50	0,90	2,20	2,30	0,90	0,30	0,20	0,80	0,30	0,50	1,00	1,80
2010		0,60	0,80	0,50	0,50	0,30	0,90	1,60	0,90	1,20	1,00	1,90	2,00
2009		0,70	0,90	1,40	1,80	1,80	1,20	0,70	0,60	0,90	1,20	1,90	2,10
2008		1,80	3,80	3,30	1,90	1,60	0,90	2,90	1,30	1,10	0,80	1,20	1,60
2007		1,70	1,10	1,30	0,90	1,10	1,40	1,60	2,70	3,10	2,60	3,60	3,50
2006		2,70	3,70	4,30	5,10	0,50	0,70	0,90	1,10	0,40	0,60	0,80	1,50
2005		2,94	3,20	3,30	1,20	0,47	0,17	0,27	0,46	0,90	1,70	1,10	1,20
Variação Homóloga													
Variação Homóloga 2025/2024		11,57	11,08	9,97	9,94	10,55	10,51	11,07	11,80	12,79	12,06	10,93	10,31
Variação Homóloga 2024/2023		17,02	18,49	18,92	19,18	16,64	13,50	12,16	12,03	11,57	11,38	11,49	11,57
Variação Homóloga 2023/2022		25,52	23,46	22,77	21,7	23,2	25,35	24,22	21,20	18,27	16,95	16,58	17,03
Variação Homóloga 2022/2021		10,48	12,10	12,77	14,36	14,94	16,70	18,53	19,47	21,93	23,53	24,63	25,21
Variação Homóloga 2021/2020		8,15	8,28	9,11	7,37	6,84	6,43	6,93	8,83	9,08	8,40	8,85	9,51
Variação Homóloga 2020/2019		8,97	8,13	8,17	9,65	10,06	10,14	10,24	10,06	10,80	11,90	10,83	9,36
Variação Homóloga 2019/2018		8,38	9,22	9,11	9,00	9,03	8,56	8,17	6,97	5,36	4,83	6,75	7,72
Variação Homóloga 2018/2017		7,67	7,67	7,23	6,55	7,35	6,59	5,43	7,59	9,30	10,22	9,62	9,04
Variação Homóloga 2017/2016		4,73	4,87	4,86	4,35	3,47	5,76	7,18	6,51	6,39	6,51	5,88	7,69
Variação Homóloga 2016/2015		4,47	4,35	4,67	5,95	6,21	5,55	5,52	5,51	5,77	5,84	6,17	5,12
Variação Homóloga 2015/2014		6,38	6,25	6,49	6,07	5,45	5,04	5,05	4,97	4,81	4,33	4,36	3,96
Variação Homóloga 2014/2013		7,04	6,80	7,37	6,28	6,95	7,34	7,44	7,14	7,07	7,28	6,74	6,43
Variação Homóloga 2013/2012		10,40	10,50	11,30	10,70	9,60	7,20	6,50	6,40	6,40	6,50	6,80	7,10
Variação Homóloga 2012/2011		11,80	11,50	9,50	8,00	8,60	10,90	11,60	11,40	11,40	11,40	11,10	10,40
Variação Homóloga 2011/2010		12,80	12,90	14,80	16,70	17,40	16,60	15,10	14,90	13,80	13,20	12,20	11,90
Variação Homóloga 2010/2009		15,90	15,90	14,80	13,40	11,80	11,50	12,40	12,80	13,20	13,00	13,00	12,90
Variação Homóloga 2009/2008		23,50	20,00	17,70	17,50	17,70	18,00	15,40	14,60	14,30	14,80	15,60	16,10
Variação Homóloga 2008/2007		27,70	31,20	33,80	35,10	35,80	35,30	37,00	35,20	32,50	30,20	27,10	24,80
Variação Homóloga 2007/2006		17,70	20,20	16,80	12,10	12,70	13,50	14,30	16,10	19,20	21,60	25,10	27,60

Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas

Anexo VII Taxas de Câmbio Oficial do Banco Central

%valorização (+) / depreciação (-) homóloga de dobras face às moedas selecionadas

média mensal

		EUR	USD	GBP	CAD	CHF	BRL	ZAR	XAF	CNY	DSE
2025	dez-25	0,00%	11,60%	5,63%	8,47%	-0,06%	-0,19%	3,61%	0,00%	8,06%	7,08%
	nov-25	0,00%	8,61%	5,54%	9,27%	-0,77%	0,18%	4,52%	0,00%	7,19%	5,51%
	out-25	0,00%	6,61%	4,35%	8,63%	-1,01%	2,50%	4,93%	0,00%	7,17%	4,46%
	set-25	0,00%	5,72%	3,31%	7,87%	-0,70%	2,34%	4,62%	0,00%	6,31%	4,00%
	ago-25	0,00%	5,65%	1,60%	6,62%	-0,76%	3,84%	3,79%	0,00%	5,95%	3,64%
	jul-25	0,00%	7,84%	2,48%	7,62%	-3,61%	7,62%	4,84%	0,00%	6,47%	4,15%
	jun-25	0,00%	6,79%	0,27%	6,64%	-2,54%	10,66%	3,48%	0,00%	5,75%	3,36%
	mai-25	0,00%	4,38%	-1,37%	5,93%	-4,78%	15,26%	2,77%	0,00%	4,14%	2,00%
	abr-25	0,00%	4,31%	-0,36%	7,07%	-4,01%	18,14%	4,32%	0,00%	5,17%	2,22%
	mar-25	0,00%	-0,77%	-2,19%	5,20%	-1,13%	15,00%	-3,94%	0,00%	-0,08%	-0,61%
	fev-25	0,00%	-3,54%	-2,77%	1,62%	-0,47%	12,09%	-6,07%	0,00%	-2,45%	-2,17%
	jan-25	0,00%	-5,13%	-2,25%	1,76%	0,49%	16,55%	-5,52%	0,00%	-3,40%	-2,74%
2024	dez-24	0,00%	-3,79%	-3,84%	1,66%	-1,26%	19,33%	-6,45%	0,00%	-1,97%	-2,06%
	nov-24	0,00%	-1,38%	-4,23%	0,34%	-2,87%	16,41%	-4,73%	0,00%	-1,81%	-1,06%
	out-24	0,00%	3,37%	-3,77%	3,74%	-1,70%	14,26%	-4,85%	0,00%	0,18%	1,38%
	set-24	0,00%	3,69%	-2,40%	3,75%	-1,88%	16,84%	-3,43%	0,00%	0,69%	1,51%
	ago-24	0,00%	0,77%	-0,86%	2,41%	-1,40%	14,52%	-2,72%	0,00%	-0,46%	0,34%
	jul-24	0,00%	-1,94%	-1,80%	1,69%	0,08%	13,01%	-1,69%	0,00%	-0,98%	-0,45%
	jun-24	0,00%	-0,60%	-1,41%	2,32%	-1,40%	9,47%	-2,35%	0,00%	0,77%	0,46%
	mai-24	0,00%	-0,68%	-1,77%	0,47%	0,74%	2,49%	-3,58%	0,00%	2,91%	0,75%
	abr-24	0,00%	-2,02%	-2,72%	-0,73%	-0,97%	-0,23%	2,00%	0,00%	2,99%	0,13%
	mar-24	0,00%	1,65%	-3,01%	0,63%	-2,60%	-2,92%	4,83%	0,00%	6,13%	2,08%
	fev-24	0,00%	0,77%	-3,47%	1,75%	-4,50%	-3,38%	6,92%	0,00%	6,09%	1,68%
	jan-24	0,00%	1,27%	-2,64%	1,16%	-5,95%	-4,47%	11,38%	0,00%	6,91%	2,06%
2023	dez-23	0,00%	3,09%	-0,76%	2,19%	-4,17%	-3,64%	11,44%	0,00%	5,44%	2,61%
	nov-23	0,00%	6,06%	0,25%	8,30%	-2,11%	-1,32%	12,03%	0,00%	6,79%	4,18%
	out-23	0,00%	7,58%	-0,46%	7,29%	-2,28%	3,55%	13,21%	0,00%	9,43%	5,07%
	set-23	0,00%	7,86%	-1,35%	9,95%	-0,58%	1,95%	16,80%	0,00%	12,33%	5,56%
	ago-23	0,00%	7,66%	1,76%	12,38%	-1,02%	2,35%	20,82%	0,00%	14,82%	6,27%
	jul-23	0,00%	8,37%	0,96%	10,67%	-2,18%	-3,24%	17,26%	0,00%	15,77%	6,37%
	jun-23	0,00%	3,09%	-0,76%	2,19%	-4,17%	-3,64%	11,44%	0,00%	5,44%	2,61%
	mai-23	0,00%	2,92%	2,54%	8,21%	-5,81%	3,05%	22,72%	0,00%	7,28%	2,87%
	abr-23	0,00%	0,99%	5,30%	8,00%	-3,48%	7,06%	22,56%	0,00%	8,36%	2,29%
	mar-23	0,00%	-2,95%	5,48%	4,83%	-3,34%	1,52%	18,40%	0,00%	5,50%	0,48%
	fev-23	0,00%	-5,56%	5,65%	-0,19%	-5,38%	-5,99%	10,99%	0,00%	1,68%	-3,06%
	jan-23	0,00%	-4,85%	5,61%	1,28%	-4,23%	-10,70%	5,12%	0,00%	1,67%	-0,86%
2022	dez-22	0,00%	-6,46%	2,14%	-0,73%	-5,27%	-13,06%	1,75%	0,00%	2,57%	-1,53%
	nov-22	0,00%	-10,94%	2,50%	-4,53%	-6,51%	-15,50%	1,01%	0,00%	0,13%	-3,79%
	out-22	0,00%	-15,39%	2,80%	-6,81%	-8,83%	-19,41%	3,32%	0,00%	-5,38%	-6,69%
	set-22	0,00%	-15,82%	1,97%	-11,71%	-11,12%	-16,37%	1,59%	0,00%	-8,67%	-7,37%
	ago-22	0,00%	-13,89%	-0,99%	-11,77%	-9,97%	-15,68%	-2,73%	0,00%	-9,68%	-6,98%
	jul-22	0,00%	-13,71%	-0,67%	-10,80%	-9,03%	-9,69%	0,11%	0,00%	-10,26%	-6,84%
	jun-22	0,00%	-12,33%	-0,15%	-7,95%	-6,26%	-12,72%	-0,34%	0,00%	-8,60%	-5,98%
	mai-22	0,00%	-12,94%	-1,56%	-7,82%	-5,58%	-18,60%	-1,65%	0,00%	-9,40%	-6,48%
	abr-22	0,00%	-9,07%	-3,11%	-8,57%	-7,53%	-22,99%	-5,95%	0,00%	-10,61%	-4,99%
	mar-22	0,00%	-7,52%	-2,73%	-6,89%	-7,34%	-18,23%	-7,45%	0,00%	-9,83%	-4,45%
	fev-22	0,00%	-6,27%	-4,00%	-6,09%	-3,53%	-9,94%	-3,34%	0,00%	-7,89%	-1,72%
	jan-22	0,00%	-6,96%	-6,46%	-7,76%	-3,64%	-3,46%	-4,91%	0,00%	-8,61%	-4,17%
2021	dez-21	0,00%	-7,00%	-6,13%	-7,20%	-3,69%	1,96%	-1,09%	0,00%	-9,45%	-4,37%
	nov-21	0,00%	-3,37%	-5,43%	-7,37%	-2,30%	-1,53%	-4,05%	0,00%	-6,54%	-2,18%
	out-21	0,00%	-1,47%	-6,60%	-7,12%	-0,23%	-3,06%	-11,26%	0,00%	-6,00%	-1,38%
	set-21	0,00%	-0,16%	-5,83%	-4,25%	0,69%	-2,61%	-13,36%	0,00%	-5,37%	-0,80%
	ago-21	0,00%	-0,42%	-5,37%	-5,40%	-0,06%	-3,64%	-14,72%	0,00%	-7,00%	-1,14%
	jul-21	0,00%	3,35%	-5,41%	-4,25%	1,49%	0,29%	-10,69%	0,00%	-4,62%	0,91%
	jun-21	0,00%	7,19%	-4,39%	-3,53%	2,10%	4,49%	-13,12%	3306,84%	-2,90%	2,95%
	mai-21	0,00%	11,51%	-2,50%	-3,08%	3,82%	5,07%	-13,43%	0,00%	1,04%	5,56%
	abr-21	0,00%	9,81%	-1,51%	-2,29%	4,69%	15,97%	-14,33%	0,00%	1,29%	4,88%
	mar-21	0,00%	7,73%	-3,70%	-2,47%	4,42%	25,51%	-2,28%	0,00%	-0,10%	3,50%
	fev-21	0,00%	11,02%	3,92%	6,16%	1,85%	38,61%	9,43%	0,00%	2,51%	5,51%
	jan-21	0,00%	9,60%	5,12%	6,66%	0,23%	41,47%	15,36%	0,00%	2,48%	4,83%

Fonte: Banco Central de São Tomé e Príncipe

ÍNDICE DE PREÇO AO CONSUMIDOR (Base Dez 2019=100)

Índice de Taxa de Câmbio Efetiva Nominal e Real

Anexo VIII ÍNDICE DE TAXA DE CAMBIO EFECTIVA NOMINAL E REAL (Base Dez 2019=100)

Peso (%)	ITCEN				ITCER			
	Global	Países avançados	Países emergentes	África Subsaariana	Global	Países avançados	Países emergentes	África Subsaariana
	100	69,95	7,36	22,68	100	69,95	7,36	22,68
2025								
dez-25	119,26	100,09	100,90	118,09	138,61	150,46	105,94	86,96
nov-25	118,80	100,07	100,82	117,75	136,38	148,95	105,75	86,58
out-25	119,13	100,08	100,90	117,98	135,96	148,07	105,78	86,81
set-25	119,43	100,09	100,96	118,19	135,95	147,64	105,82	87,02
ago-25	119,36	100,08	100,96	118,14	135,06	147,04	105,74	86,87
jul-25	119,57	100,09	101,02	118,26	134,30	146,04	105,73	86,97
jun-25	119,05	100,06	100,91	117,91	133,09	145,14	105,60	86,84
mai-25	118,48	100,03	100,83	117,47	131,93	144,45	105,45	86,61
abr-25	118,30	100,02	100,88	117,26	131,80	144,28	105,47	86,61
mar-25	116,85	99,95	100,56	116,25	130,01	143,94	105,08	85,96
fev-25	115,53	99,89	100,31	115,30	129,46	144,60	104,79	85,44
jan-25	115,53	99,88	100,37	115,24	128,54	143,51	104,77	85,49
2024								
dez-24	115,93	99,90	100,46	115,51	127,76	142,37	104,84	85,60
nov-24	116,38	99,93	100,43	115,96	126,25	140,51	104,66	85,86
out-24	117,09	99,97	100,46	116,59	125,26	138,84	104,54	86,31
set-24	118,00	100,00	100,57	117,33	125,32	137,89	104,56	86,92
ago-24	116,80	99,98	100,56	116,16	124,79	138,41	104,53	86,25
jul-24	115,88	99,96	100,53	115,32	123,79	137,96	104,51	85,85
jun-24	114,98	99,95	100,42	114,55	122,79	137,43	104,42	85,57
mai-24	113,02	99,95	100,36	112,67	120,27	136,68	104,27	84,38
abr-24	112,34	99,94	100,30	112,06	120,55	137,00	104,24	84,41
mar-24	114,62	99,96	100,32	114,30	122,96	136,58	104,19	86,40
fev-24	114,28	99,95	100,26	114,05	122,84	136,78	103,96	86,38
jan-24	113,45	99,97	100,30	113,15	120,99	135,51	103,97	85,88
2023								
dez-23	113,31	99,97	100,27	113,05	152,56	134,74	103,89	108,99
nov-23	112,86	99,95	100,27	112,61	149,43	132,58	103,75	108,63
out-23	112,08	99,92	100,22	111,92	146,46	130,83	103,56	108,09
set-23	112,30	99,94	100,26	112,07	145,37	129,57	103,50	108,39
ago-23	112,92	99,97	100,35	112,55	146,46	129,62	103,55	109,12
jul-23	113,28	99,99	100,37	112,87	147,51	129,72	103,57	109,79
jun-23	109,13	99,96	100,22	108,94	140,57	128,30	103,32	106,04
mai-23	102,62	99,97	100,15	102,50	128,16	125,36	102,97	99,29
abr-23	101,91	99,98	100,14	101,79	124,61	123,20	102,81	98,38
mar-23	101,17	99,94	100,04	101,20	123,62	123,01	102,65	97,90
fev-23	101,14	99,94	99,98	101,22	123,77	123,35	102,51	97,89
jan-23	101,23	99,95	100,00	101,28	124,03	123,40	102,49	98,06
2022								
dez-22	100,86	99,92	100,04	100,91	122,17	121,96	102,52	97,71
nov-22	99,78	99,85	99,93	100,00	119,02	120,33	102,29	96,70
out-22	96,75	99,79	99,65	97,29	113,57	118,75	101,87	93,88
set-22	95,91	99,81	99,57	96,50	111,00	117,76	101,62	92,75
ago-22	96,31	99,85	99,53	96,92	108,96	116,08	101,35	92,62
jul-22	96,49	99,86	99,60	97,01	106,31	113,80	101,20	92,31
jun-22	97,43	99,92	99,72	97,78	105,28	112,20	101,17	92,75
mai-22	96,62	99,92	99,70	96,99	103,34	111,42	101,02	91,81
abr-22	97,34	99,96	99,57	97,80	104,17	111,54	100,83	92,63
mar-22	99,67	99,99	99,71	99,97	106,71	111,78	100,90	94,61
fev-22	102,65	100,04	99,99	102,62	110,31	112,43	101,09	97,06
jan-22	103,50	100,03	100,10	103,36	109,92	111,26	101,11	97,71
2021								
dez-21	104,39	100,03	100,13	104,22	110,95	111,04	101,13	98,80
nov-21	105,63	100,05	100,20	105,36	111,59	110,27	101,11	100,09
out-21	106,44	100,08	100,38	105,95	112,29	109,96	101,26	100,84
set-21	107,50	100,10	100,44	106,92	113,10	109,57	101,29	101,91
ago-21	108,13	100,10	100,45	107,54	113,46	109,21	101,23	102,63
jul-21	108,38	100,11	100,44	107,79	111,92	107,67	101,10	102,82
jun-21	108,97	100,14	100,50	108,27	112,09	107,02	101,14	103,56
mai-21	109,27	100,15	100,66	108,40	112,70	106,95	101,26	104,06
abr-21	108,63	100,12	100,69	107,75	112,40	106,90	101,29	103,80
mar-21	107,91	100,12	100,68	107,05	112,33	107,11	101,26	103,57
fev-21	109,13	100,15	100,68	108,23	113,75	107,26	101,16	104,82
jan-21	109,53	100,16	100,74	108,56	113,92	106,70	101,24	105,47

Fonte: Banco Central de São Tomé e Príncipe

Anexo IX BALANÇA COMERCIAL POR

	Em Mil USD	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
1. EXPORTAÇÕES DE BENS - FOB		12 303,43	9 710,26	12 025,53	18 841,12	16 743,25	16 956,81	25 150,91	34 100,47
1.1. Cacau		8 203,17	6 898,51	6 703,86	10 278,15	7 768,59	10 082,22	18 199,60	26 484,86
1.2. Café		17,93	8,16	10,14	3,34	23,92	37,75	1,17	1,53
1.3. Pimenta		207,58	267,91	136,02	1,23	131,29	251,14	129,94	394,54
1.4. Óleo de Coco		143,22	192,99	238,79	450,44	319,95	155,97	207,95	175,09
1.5. Chocolate		429,76	394,85	127,72	217,89	143,10	136,65	143,46	96,31
1.6. Coco		171,75	151,42	147,00	52,58	90,25	32,15	39,44	3,56
1.7. Óleo de Palma		0,00	523,81	3 629,87	6 026,41	7 863,37	5 775,70	6 116,36	5 775,61
1.7. Outros		3 130,02	1 272,60	1 032,13	1 811,07	402,80	485,23	312,98	1 168,96
2. REEXPORTAÇÃO		3 724,50	3 438,29	2 215,29	1 949,80	5 118,35	6 667,73	4 198,35	3 829,62
3. IMPORTAÇÕES DE BENS- FOB		131 878,10	126 634,31	114 987,14	157 704,71	164 738,73	180 863,83	153 480,88	182 925,53
3.1. Bens de Consumo		63 120,57	63 942,10	59 733,94	75 141,58	69 711,52	77 087,92	73 707,04	83 002,37
3.1.1. Géneros alimentícios		25 677,74	26 311,41	27 327,64	32 307,24	31 371,93	39 847,92	33 881,43	38 976,28
3.1.2. Bebidas não alcóolicas		4 058,58	3 720,38	3 152,24	4 510,94	3 690,05	3 536,95	3 281,88	3 909,60
3.1.3. Bebidas alcóolicas tabaco e narcóticos		5 461,43	5 023,20	5 109,62	6 910,50	6 620,68	5 630,45	5 802,99	8 395,95
3.1.4. Vestuário e calçado		1 850,83	1 593,24	1 353,57	1 716,50	1 333,28	1 780,95	1 843,67	2 449,04
3.1.5. Mobiliário, artigo de decoração e equip. doméstico		7 072,77	4 496,60	5 450,98	5 573,51	5 213,60	4 829,73	6 794,53	7 574,28
3.1.6. Medicamentos		1 022,61	2 257,06	1 330,05	1 704,05	1 370,12	1 409,03	1 388,63	1 869,65
3.1.7. Veículos motorizados		4 056,68	4 945,81	3 918,73	7 193,51	4 695,29	5 198,49	5 870,72	4 993,73
3.1.8. Material informático e de telecomunicação		4 518,11	3 375,30	3 677,62	4 532,44	3 814,11	4 331,99	4 524,80	4 279,46
3.1.9. Livros, Mat. Didáticos e outros prod. das indústrias gráficas		1 300,66	3 905,51	433,12	655,44	669,95	982,99	1 057,58	1 117,52
3.1.10. Bens de consumo diverso		8 101,17	8 313,59	7 980,35	10 037,45	10 932,51	9 539,42	9 260,79	9 436,85
3.2. Bens de Capital		31 222,53	23 460,19	27 265,50	29 799,63	36 072,03	32 961,35	31 271,73	42 246,86
3.2.1. Equipamentos		20 841,60	14 643,22	14 591,67	15 068,17	24 687,86	23 180,77	21 398,92	29 164,50
3.2.2. Materiais de Construção		10 380,92	8 816,97	12 673,83	14 731,45	11 384,17	9 780,58	9 872,82	13 082,36
Dos quais: Cimento		1 750,57	1 082,05	2 669,83	3 146,19	2 610,79	2 132,28	1 612,93	3 297,91
Ferro Alumínio e Out. Simil.		3 010,90	1 896,26	4 458,65	5 145,81	2 602,45	2 480,11	2 648,41	3 762,83
3.3. Produtos petrolíferos		33 468,59	34 456,94	22 784,97	45 264,33	51 433,51	64 702,20	42 268,66	50 284,73
3.3.1. Gasóleo		20 599,07	20 068,45	15 753,52	31 609,02	31 941,05	41 686,45	23 168,35	30 024,01
3.3.2. Gasolina		6 338,32	6 302,09	2 999,61	6 982,85	8 316,53	9 660,68	6 667,71	8 904,48
3.3.3. Outros		6 531,20	8 086,40	4 031,84	6 672,45	11 175,94	13 355,08	12 432,61	11 356,25
3.4. Outros		4 066,41	4 775,07	5 202,73	7 499,18	7 521,66	6 112,35	6 233,45	7 391,55
4. SALDO DA BALANÇA COMERCIAL (1-3)		-119 574,67	-116 924,05	-102 961,60	-138 863,59	-147 995,48	-163 907,02	-128 329,98	-148 825,06

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Anexo X BALANÇA COMERCIAL

	Em Mil USD	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
1. EXPORTAÇÕES - FOB		12 303,43	9 710,26	12 025,53	18 841,12	16 743,25	16 956,81	25 150,91	34 100,47
1.1. África		274,63	321,91	1 065,52	1 473,52	1 435,12	468,12	92,39	363,84
1.1.1. Países Membros da SADC		235,90	263,72	537,72	532,20	615,72	77,15	58,96	90,78
1.1.1.1. África do Sul		0,00	6,49	0,00	2,05	9,53	4,45	0,00	31,14
1.1.1.2. Angola		235,90	257,23	537,72	530,16	606,18	72,70	58,96	59,64
1.1.2. Países Membros da CEEAC		3,23	26,91	515,65	930,45	772,79	347,80	11,49	236,79
1.1.2.1. Gabão		3,23	26,91	84,38	144,26	24,43	39,55	10,25	0,32
1.1.2.2. Camarões		0,00	0,00	431,27	786,19	748,36	308,25	1,24	236,47
1.1.3. Países Membros da CEDAO		35,49	31,27	12,15	10,86	46,62	43,18	21,95	36,27
1.1.3.1. Nigéria		35,49	31,27	12,15	10,86	46,62	43,18	21,95	36,27
1.2. Europa		10 553,08	8 336,93	10 188,12	16 456,67	14 668,72	14 575,28	23 859,35	23 652,61
1.2.1. Países Membros da União Europeia		10 553,08	8 336,93	10 188,12	16 456,67	14 668,72	14 575,28	23 859,35	23 652,61
1.2.1.1. Bélgica		2 212,28	3 342,68	1 998,70	3 559,88	3 030,63	3 518,78	2 830,10	3 567,73
1.2.1.2. Espanha		114,72	93,43	62,81	96,11	554,72	561,28	174,31	263,71
1.2.1.3. França		603,94	380,40	212,20	215,82	168,98	296,65	129,94	269,71
1.2.1.4. Países Baixos		4 678,09	3 337,88	5 831,28	8 790,30	8 439,65	8 700,94	18 378,41	15 484,94
1.2.1.5. Portugal		2 944,05	1 182,53	1 287,88	2 394,07	1 913,35	830,91	680,87	342,33
1.2.1.6. Alemanha		0,00	0,00	795,25	1 400,51	561,39	666,72	1 665,72	3 724,17
1.3. América		50,00	123,90	9,53	28,71	131,98	96,26	116,90	158,78
1.3.1. América do Norte		50,00	123,90	9,53	28,71	131,98	96,26	116,90	158,78
1.3.1.1. E. U. América		50,00	123,90	9,53	28,71	131,98	96,26	116,90	158,78
1.4. Outros Países		1 425,72	927,52	762,37	882,23	507,43	1 817,15	1 082,26	9 925,25
2. IMPORTAÇÕES - FOB		131 878,10	126 634,31	114 987,14	157 704,71	164 738,73	180 863,83	153 480,88	182 925,53
2.2. Europa		75 941,25	69 250,07	68 190,36	78 282,47	84 061,21	70 025,24	71 685,02	73 464,72
2.2.1. Países Membros da União Europeia		75 864,74	69 054,02	68 082,68	78 130,66	83 978,68	70 012,32	71 641,61	73 384,84
2.2.1.1. Bélgica		1 198,69	4 225,95	1 028,17	2 699,54	1 216,21	1 466,72	728,19	1 734,65
2.2.1.2. Espanha		1 228,42	1 162,14	1 438,41	1 669,23	2 035,04	2 108,29	1 208,73	1 803,08
2.2.1.3. França		741,07	679,16	1 497,92	848,21	667,35	1 148,99	480,41	1 033,05
2.2.1.4. Itália		317,89	371,61	412,10	529,71	10 551,72	286,88	494,57	6,87
2.2.1.5. Países Baixos		1 166,65	1 281,45	1 520,24	1 925,49	903,00	1 408,09	1 162,36	1 334,29
2.2.1.6. Portugal		70 641,04	60 721,93	61 412,98	69 447,59	66 249,31	62 693,69	67 081,54	66 957,88
2.2.1.7. Rep. Fed. Alemã		182,85	161,96	261,63	516,64	358,43	673,37	309,33	398,57
2.2.1.8. Suécia		0,00	102,08	0,00	0,00	0,00	2,73	5,80	22,95
2.2.1.9. Dinamarca		388,13	347,75	511,22	494,24	1 997,61	223,57	170,67	93,48
2.2.2. Países Não Membros da União Europeia		76,51	196,05	107,68	151,81	82,53	12,92	43,41	79,88
2.2.2.1. Suíça		76,51	196,05	107,68	151,81	82,53	12,92	43,41	79,88
2.3. África		36 255,48	37 363,42	26 265,12	50 597,00	56 674,01	69 161,44	49 829,71	58 486,52
2.3.1. Países Membros da SADC		34 337,08	25 620,52	13 325,70	18 846,35	26 560,90	27 650,43	18 565,88	22 817,31
2.3.1.1. África do Sul		480,61	341,46	460,15	482,78	312,93	633,44	449,91	1 134,90
2.3.1.2. Angola		33 856,47	25 279,07	12 865,55	18 363,57	26 247,97	27 016,99	18 115,97	21 682,41
2.3.2. Países Membros da CEEAC		1 075,94	1 505,11	1 563,69	2 193,03	1 583,46	4 599,81	2 346,71	2 470,34
2.3.2.1. Gabão		1 031,29	1 458,06	1 448,36	2 021,86	1 553,62	4 562,30	2 344,31	2 006,70
2.3.2.2. Camarões		44,65	47,06	115,33	171,17	29,84	37,51	2,40	463,63
2.3.3. Países Membros da CEDAO		842,46	10 237,78	11 375,73	29 557,62	28 529,65	36 911,20	28 917,12	33 198,86
2.3.3.1. Nigéria		471,69	9 957,77	337,75	216,76	302,41	694,91	679,09	899,08
2.3.3.2. Togo		370,77	280,01	11 037,98	29 340,86	28 227,23	36 216,29	28 238,03	32 299,78
2.4. Ásia		10 257,28	10 173,10	8 347,21	13 892,99	8 737,50	17 141,93	14 008,75	19 815,14
2.4.1. China		6 870,47	7 093,66	5 160,88	9 503,70	6 148,13	7 599,63	10 475,22	16 252,89
2.4.2. Coreia		1 210,21	213,84	269,19	13,51	143,12	391,67	264,63	86,39
2.4.3. Indonésia		677,29	320,45	891,40	549,52	681,00	955,47	383,39	354,54
2.4.4. Japão		832,18	1 573,62	600,33	2 459,70	1 108,74	7 059,10	662,69	1 964,55
2.4.5. Taiwan (Província da China)		0,00	12,60	5,49	10,01	0,00	3,12	0,00	18,58
2.4.6. Vietname		102,68	250,58	245,92	176,87	98,55	766,69	795,30	655,00
2.4.7. Tailândia		564,44	708,35	1 173,99	1 179,67	557,96	366,25	1 427,52	483,20
2.5. América		3 713,97	4 063,15	3 883,03	3 868,39	3 401,53	6 971,45	5 319,52	4 124,65
2.5.1. América do Norte		1 920,37	2 128,85	1 160,92	1 482,38	997,97	4 054,50	853,69	168,04
2.5.1.1. E. U. América		1 920,37	2 128,85	1 160,92	1 482,38	997,97	4 054,50	853,69	168,04
2.5.2. Outros Países da América		1 793,60	1 934,31	2 722,10	2 386,01	2 403,56	2 916,96	4 465,84	3 956,62
2.5.2.1. Bahamas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.2.2. Brasil		1 793,60	1 934,31	2 722,10	2 386,01	2 403,56	2 916,96	4 465,84	3 956,62
2.6. Médio Oriente		476,92	905,71	600,67	706,53	590,58	541,81	448,21	1 019,31
2.6.1. Emirados A. U.		476,92	905,71	600,67	706,53	590,58	541,81	448,21	1 019,31
2.7. Outros Países		5 233,21	4 878,85	7 700,75	10 357,33	11 273,90	17 021,95	12 189,67	26 015,20
3. SALDO DA BALANÇA COMERCIAL (1-2)		-119 574,67	-116 924,05	-102 961,60	-138 863,59	-147 995,48	-163 907,02	-128 329,98	-148 825,06

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Anexo XI Balança de Pagamentos

<i>Fluxos do período (Milhões de Dólares)</i>	2022*	2023*	2024*	2025*
1. Balança corrente	-98,38	-77,15	-52,11	-91,58
1.1. Balança de bens	-142,88	-157,24	-124,13	-145,00
Exportações de bens (f.o.b.)	21,86	23,62	29,35	37,93
das quais:cacau	7,77	10,08	18,20	26,48
Óleo de palma	7,86	5,78	6,12	5,78
Importação de bens (f.o.b.)	164,74	180,86	153,48	182,93
1.2. Balança de serviços	-84,52	-22,22	0,09	-122,36
crédito	55,21	93,13	107,44	111,97
Viagens	21,91	49,06	83,55	83,40
das quais: Turismo	10,91	38,61	51,59	51,89
débito	139,74	115,35	107,35	234,34
1.3. Rendimento primário	96,63	66,05	20,12	143,85
crédito	29,17	21,81	19,08	43,95
débito	-67,45	-44,25	-1,04	-99,90
1.4. Rendimento secundário	32,39	36,25	51,81	31,92
crédito	39,06	43,41	56,34	38,90
remessas de emigrantes	7,70	8,12	3,97	3,97
débito	6,67	7,16	4,53	6,98
2. Balança de capital	45,70	72,51	82,98	58,43
3. Balança financeira	-16,39	-20,68	-58,67	-118,08
3.1. Investimento directo	-29,28	-11,02	-37,34	-102,33
Investimento directo no exterior	0,16	1,23	1,23	1,12
Investimento directo no país	29,43	12,25	38,57	103,46
dos quais:empresas petrolíferas	100,18	57,66	41,53	186,49
3.2. Investimento de carteira	8,12	-0,08	0,74	3,21
Activos	8,09	0,57	-0,16	0,23
Passivos	-0,03	0,64	-0,90	-2,98
3.3. Derivados Financeiros	0,00	-11,80	0,00	1,97
3.4. Outros Investimentos	20,29	24,57	-53,20	-27,85
Activos	21,28	23,48	-27,55	-4,17
Passivos	0,98	-1,09	25,64	23,68
3.5. Activos de Reserva	-15,53	-22,36	31,13	6,92
4. Erros e Omissões líquidos	36,29	-16,04	-89,55	-84,92
<i>por memória:</i>	0,00	0,00	0,00	0,00
Balança Corrente e de Capital	-52,69	-4,64	30,87	-33,16

Fonte: Direcção de Estatísticas Económicas do Banco Central de S. Tomé e Príncipe